

CLIPPING CAPITAL

1/6/2017



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**

ANO XXI
EDIÇÃO 100



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 18ª Legislatura

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris – Presidente

Luiz Fernando T. Ferreira: 1º Secretário
Estevam Galvão: 2º Secretário
Chico Sardelli: 3º Secretário
Adilson Rossi: 4º Secretário

Analice Fernandes: 1ª Vice-Presidente
Maria Lúcia Amary: 2ª Vice-Presidente
Milton Vieira: 3ª Vice-Presidente
Jooji Hato: 4ª Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

www.al.sp.gov.br

Volume 127 • Número 102 • São Paulo, quinta-feira, 1º de junho de 2017

www.imprensaoficial.com.br



MANDATO EM PAUTA



Nesta edição, a Assembleia Legislativa de São Paulo dá continuidade à série de entrevistas com os 94 deputados. Cada parlamentar apresentará um breve balanço do mandato, além dos projetos que consideram prioritários para o Estado. Hoje, o entrevistado é o deputado **Vaz de Lima** (PSDB).

PÁG. 2

São Paulo ganha 20 Municípios de Interesse Turístico

BEATRIZ CORREIA - FOTO: VERA MASSARO

O governador Geraldo Alckmin sancionou a lei que classifica vinte cidades como Municípios de Interesse Turístico (MIT). O evento aconteceu nesta quarta-feira, 31/5, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Com a decisão, cada município receberá R\$650 mil por ano para investimento nos setores turísticos. Os dois projetos que originaram a nova lei foram de autoria de todos os deputados do Parlamento.

A iniciativa pretende criar 140 MITs até o final de 2017. Concorrem ao título todas as cidades, exceto as Estâncias Turísticas. Para ser classificada, é preciso atender a alguns critérios, como possuir potencial turístico, ter instalado um conselho municipal de turismo, ter serviço médico emergencial, infraestrutura básica, plano diretor de turismo e outros atrativos no setor.

O governador ressaltou que a aprovação da lei representa uma medida auxiliar na diminuição do desemprego em São Paulo: "O desafio do mundo moderno é o emprego, porque a tecnologia desemprega. Ela traz mais eficiência, reduz custos, mas dispensa profissões". Alckmin esclareceu ainda como a atividade turística é influente no desenvolvimento do Estado. "Turismo é oportunidade de negócio, é cultura, respeito à diversidade, distribuição de renda e conhecimento do outro", afirma.

O presidente da Assembleia, Cauê Macris (PSDB), agradeceu a todos os 94 deputados da Casa afirmando serem eles os



Geraldo Alckmin sanciona Lei dos Municípios de Interesse Turístico

responsáveis pela viabilização da lei. "Desde que me tornei deputado estadual e presidente da Alesp, nunca vi um projeto de autoria de todos os deputados - um marco para os municípios paulistas. É a primeira vez", declarou.

O prefeito de Espírito Santo do Pinhal, Sérgio Bianchi, agradeceu, em nome dos gestores dos municípios beneficiados pela lei, a iniciativa da Assembleia Legislativa e a sanção do governador Geraldo Alckmin. "Turismo é emprego e renda rápida, e é isso que as cidades e o Estado precisam", disse.

Os municípios beneficiados são: Agudos, Barretos, Brodowski, Buriama, Espírito Santo do Pinhal, Guararema, Iacanga, Jundiá,

Martinópolis, Monte Alto, Pedreira, Piedade, Rifaina, Rubineia, Sabino, Sales, Santa Isabel, Santo Antonio da Alegria, Tapiraí e Tatui.

Segundo o ministério do Turismo e o Banco Central, em 2015 entraram no Brasil 6,3 milhões de turistas e a receita cambial gerada pela atividade foi de 5,8 bilhões de dólares. O governador defendeu a atividade turística estadual: "O turismo está no DNA de São Paulo. Essa é a terra de todos os povos, onde japonês fala português com sotaque italiano. Aqui é a terra da miscigenação, um múltiplo mural cosmopolita".

Estiveram presentes, além dos citados, o vice-governador Márcio França, o deputado federal e chefe da Casa Civil de São Paulo, Samuel Moreira, e o chefe de gabinete

da secretaria de Turismo, Daniel Parra - representando o secretário de turismo, Laércio Benko.

Participaram do evento os deputados Adilson Rossi (PSB), Analice Fernandes (PSDB), André do Prado (PR), Antonio Salim Curiati (PP), Barros Munhoz (PSDB), Beth Sahão (PT), Caio França (PSB), Carlos Bezerra Junior (PSDB), Carlos Cezar (PSB), Célia Leão (PSDB), Celso Nascimento (PSC), Cezinha de Madureira (DEM), Chico Sardelli (PV), Coronel Camilo (PSD), Coronel Telhada (PSDB), Davi Zaia (PPS), Delegado Olim (PP), Doutor Ulysses (PV), Ed Thomas (PSB), Edmir Chedid (DEM), Edson Giriboni (PV), Estevam Galvão (DEM), Feliciano Filho

(PSC), Fernando Cury (PPS), Gileno Gomes (PSL), Gilmar Gimenes (PP), Hélio Nishimoto (PSDB), Itamar Borges (PSDB), João Caraméz (PSDB), Junior Aprillanti (PSB), Leci Brandão (PCdoB), Leo Oliveira (PMDB), Luiz Carlos Gondim (SD), Marcos Zerbini (PSDB), Maria Lúcia Amary (PSDB), Marta Costa (PSD), Milton Vieira (PRB), Orlando Bolçone (PSB), Paulo Correa Jr (PEN), Pedro Tobias (PSDB), Professor Auriel (PT), Rafael Silva (PDT), Ramalho da Construção (PSDB), Ricardo Madalena (PR), Roberto Morais (PPS), Roberto Tripoli (PV), Rogério Nogueira (DEM), Sebastião Santos (PRB), Wellington Moura (PRB) e Welson Gasparini (PSDB).



MANDATO EM PAUTA

Entrevista com o deputado Vaz de Lima

LARISSA LEÃO - FOTO: RAPHAEL MONTANARO

Vaz de Lima (PSDB) começou sua carreira política cedo, quando tinha 24 anos, como chefe de gabinete do prefeito de Bebedouro, em 1977. Antes sua experiência foi com política estudantil, e com o tempo tornou-se agente fiscal de rendas do Estado de São Paulo, por meio de concurso público. Logo engajou-se em lutas associativas e, assim que a Constituição permitiu a sindicalização, foi um dos fundadores do sindicato da categoria - sendo na primeira diretoria secretário-geral e, na segunda, presidente do sindicato.

Com isso, elegeu-se em 1994 para deputado estadual pela primeira vez, com 35.745 votos. Vaz de Lima escolheu ingressar na área política porque "acredita que ela (a política) pode sempre ser um diferencial para um município, um Estado e um país."

Atuação política

Em seu quinto mandato na Assembleia Legislativa, o deputado atua na área de finanças, orçamento e tributação. Segundo ele, dentro da atividade parlamentar é possível realizar muitas coisas. "É um equívoco da sociedade imaginar que a única função de um deputado seja apresentar projetos de leis e aprovar leis. Não é isso que avalia a vida parlamentar. Ela é muito mais ampla", ressalta. Para Vaz de Lima, o Brasil já possui muitas leis que, se fossem cumpridas, a sociedade estaria em boas condições.

Em uma legislatura, o deputado explica que o indivíduo pode ser tanto da situação, quanto da oposição. As duas classes parlamentares têm o mesmo valor no Parlamento, que tem como função fiscalizar o Executivo.

Durante a conversa, Vaz de Lima parafrazeou o filósofo Schopenhauer, destacando que na vida há dois tipos de pessoas que cumprem papéis: alma penada e espírito atormentador. "Nem sempre você é alma penada, nem sempre você é espírito atormentador. É assim que se cumprem esses papéis. No Parlamento, você pode ser base de governo, e atuar para aprovar os projetos de interesse do governo; e em outro momento, você pode ser oposição, fazendo críticas. Os dois têm importância", diz o deputado.

Vaz de Lima, durante a presidência na Assembleia Legislativa no biênio março/2007 a março/2009, conta que estar no Parlamento e chegar à presidência coroa seus mandatos e acrescentam na questão de aprendizagem.

Na época, o governador era José Serra, que enviou para Casa muitos projetos mudando ações no Estado. Para o parlamentar, o papel do presidente do Legislativo é "criar condições para que a Casa debata de forma saudável, sem se envolver, permitindo que os parlamentares discutam, amadureçam e votem a matéria da melhor maneira possível."

Durante seu mandato foi incluída na Constituição Estadual a obrigatoriedade de os secretários virem às Comissões duas

vezes por ano para apresentar resultados da sua pasta. Além disso, contribuiu para a alteração do Regimento Interno, que criou condições para que o Parlamento cumprisse seu papel de fiscalização. "A partir dessa alteração, a Casa tem CPI funcionando normalmente, feita de acordo com o que Supremo Tribunal Federal decidiu. É uma legislação brasileira moderna", frisa Vaz de Lima.

Durante seus mandatos, Vaz de Lima tem sido base de governo na Casa. Porém, quando foi para Brasília, em 2010, eleito com 170.777 votos como deputado federal, apresentou-se como oposição no primeiro governo Dilma Rousseff. "Lá eu cumpri meu papel como oposição. Convocando ministros, criticando e apresentando projetos que não eram de interesse de governo, mas da sociedade", ressalta.

Depois de cumprir seu mandato federal, retornou à Assembleia Legislativa, em 2014, respaldado por 113.422 votos.

Luta pelas injustiças

O deputado recorda-se que uma das grandes lutas em Brasília foi para que o governo aceitasse mexer na Tabela do Imposto de Renda, que segundo ele "está defasada ao longo desses anos cerca de 90% e o governo não altera, e quem paga por isso é o trabalhador". Vaz de Lima ressalta que depois o governo começou a corrigir normalmente, mas não a do passado.

Além disso, recentemente o parlamentar fez um projeto de lei para corrigir o que considerava uma injustiça. "Havia uma lei que as pessoas sem condições financeiras podiam fazer a inscrição da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec) sem pagar, até no limite de isenção total". Ele relata que descobriu essa Lei 12.782, de 20/12/2007, por meio de um eleitor de Ribeirão Preto. Com isso, ele fez este PL 485/2016 para incluir a possibilidade de isenção ou diminuição do custo aplicado não só as Fatec's, mas também para as escolas técnicas. O PL foi aprovado e transformado em norma, a Lei 16.382/2017. "Isso é o Parlamento. Conseguir avançar. Tentar corrigir as injustiças em que você acredita", diz o deputado.

ICMS

Em relação ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o Projeto de Lei 57/2017, que aguarda votação em plenário, Vaz de Lima acredita que, caso o PL seja aprovado, "o momento que estamos vivendo, com problemas na economia, pode aliviar para os contribuintes que estão devendo impostos, para pagar e se regularizar."

Na visão do deputado, só é possível fazer um projeto desses "porque há uma categoria profissional, que são os agentes fiscais de rendas, que estão tentando aprovação da PEC 5/2016 para ter uma melhor remuneração". Para o parlamentar, "os agentes foram fazer seu trabalho, atuaram aqueles que não estavam agindo corretamente quanto ao



pagamento do tributo e agora serão beneficiados por este projeto, porque já foram penalizados com alta infração", explica. Para Vaz de Lima, a categoria tem importância vital. A aprovação da PEC, em sua opinião, é fundamental para que o Estado cumpra seu papel de arrecadar e ter recursos para fazer outras coisas necessárias na área da educação, da saúde, da cultura e do lazer.

Além disso, destaca: "um projeto dessa natureza não pode acontecer todo dia. Se não, o contribuinte faz a coisa errada, esperando anistia. É um caráter excepcional".

Cenário brasileiro

Vaz de Lima levantou alguns requerimentos que fez durante seu mandato em Brasília, relacionados ao cenário brasileiro atual, particularmente o escândalo de corrupção envolvendo a JBS. O deputado conta que lá atuava nas comissões de Finanças e Tributação e de Fiscalização Financeira e Controle. Em junho de 2014, apresentou um requerimento pedindo uma audiência pública para levar o presidente do BNDES, na época Luciano Coutinho, o presidente da Comissão de Valores Mobiliários, na época Leonardo Pereira, e o presidente da Companhia JBS, na época Wesley Batista, com o objetivo de prestar esclarecimentos do que vinha acontecendo, recebendo vultosos recursos do BNDES e da Caixa Econômica Federal. "Porém não foi aprovado, apenas arquivado", lamenta o deputado.

Outra atuação parlamentar foi em relação à Petrobras. Vaz de Lima foi o primeiro deputado a falar sobre os problemas da empresa. Em março de 2013, pediu à Comissão de Fiscalização para que abrisse uma ficha de fiscalização na Petrobras sobre a compra de refinaria. "A vida parlamentar é dinâmica, coisa que você pensa agora, às vezes vai dar resultado lá na frente".

Além disso, Vaz de Lima declara que é dever do parlamentar prestar contas. "Há diversas maneiras de fazer esse procedimento, seja pessoalmente com os eleitores, seja pela imprensa ou pelas mídias sociais". O parlamentar destaca que usa todas as ferramentas, e que faz mensalmente um boletim para que os eleitores possam receber em suas casas o informativo para acompanhar seu trabalho.

opinião

Venda da Escola da Vila sugere privatização do ensino público, avaliam educadores

CARLOS GIANNAZI*

Fundada em 1980, a Escola da Vila é uma instituição privada de ensino básico que surgiu de um projeto pedagógico de vanguarda pautado no desenvolvimento de formas democráticas de convívio, do pensamento crítico e do conhecimento como meio de transformação social. Criada por um grupo de professores, entre eles Madalena Freire, filha do educador Paulo Freire, a escola sempre cultivou o trabalho democrático e participativo, que inclui a manutenção de um centro de formação de professores considerado referência nacional.

Em 14/02 deste ano foi anunciada à BM&FBovespa a venda de 80% de suas cotas ao grupo financeiro Bahema SA. Na época, pais de alunos questionaram se a mercantilização da escola não iria afetar seu projeto pedagógico, inclusive porque a comunicação da venda ocorreu após o início do ano letivo.

Ao ser procurado por Beatriz Daruj Gil, professora de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e mãe de aluna da escola, abri as portas da Assembleia Legislativa no sábado, 27/5, para a realização de audiência pública sobre o assunto. Educadores temem que essa ação possa ser o início de um projeto que visa à privatização das escolas públicas no país.

Como membro da Comissão de Educação e Cultura, já foi apurado, inclusive por meio de uma CPI, que a incorporação de universidades por grupos financeiros pode levar à precarização das relações de trabalho e à queda da qualidade

de ensino. Cito como exemplo as Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), hoje um complexo educacional administrado por grupos empresariais. A partir dessa prática que já vem afetando o ensino superior, chamo a atenção ao que pode estar ocorrendo na educação básica. Um dos novos acionistas da Escola da Vila é adepto do Escola sem Partido, um movimento que ataca Paulo Freire e toda a filosofia progressista da instituição. Essa contradição vai aparecer em algum momento.

Maurício Ayer, pai de um ex-aluno, optou por tirar o filho da escola. Ele falou da contradição de os donos manifestarem ideias absolutamente opostas ao que a Vila sempre foi. Rosângela Veliago, pedagoga, mãe de duas alunas – uma já formada na escola e outra ainda cursando –, explicou que sua escolha pela Escola da Vila baseou-se no projeto pedagógico pluralista que considerava adequado às suas filhas. E acabou fazendo uma autocrítica com relação à sua opção pelo ensino privado. É uma situação surreal termos de defender a escola de seus próprios donos.

“Negócio da vez”

O professor e jornalista Antônio José Lopes acredita que a área da educação básica está sendo vista pelos fundos de investimentos como o “negócio da vez” e citou exemplos desse fenômeno: “90% do mercado editorial de livros didáticos estão nas mãos de apenas



três grandes editoras, sendo que quase metade dessa fatia é controlada pela companhia Tarpon Investimentos; 45% do ensino a distância pertencem à Kroton Educacional, que tem ligações estreitas com fundos de investimentos; e agora 80% da Escola da Vila passam ao grupo Bahema”, disse.

Romualdo Portela, professor da Faculdade de Educação da USP, enxerga um grande movimento de investimentos no setor da educação superior de massa de baixo custo. Para ele, o mercado

agora encontrou um nicho nas escolas alternativas de ensino básico.

Com relação ao setor público, Portela ainda disse que o foco do mercado hoje é a venda de material didático e material apostilado, este último fazendo parte de um pacote que inclui avaliação e formação continuada de professores. Num futuro próximo, acredita que haverá uma tentativa de implementação do modelo norte-americano de gestão privada de escolas públicas.

Depois de aberta a palavra a todos os participantes, comprometi-me a acionar a secretaria da Educação e o Conselho Estadual de Educação – ambos órgãos de fiscalização de escolas privadas – e a levar o assunto à Comissão de Educação da Assembleia. O objetivo é que os novos administradores da Escola da Vila firmem um compromisso de manutenção do conteúdo pedagógico.

(*) Carlos Giannazi é deputado pelo PSOL

Diretas Já: a única saída para retirar país do atoleiro

BETH SAHÃO*

O Brasil atravessa uma crise de legitimidade sem precedentes. Temos um presidente - Michel Temer, do PMDB - rejeitado pela maioria expressiva da população e cujos principais assessores (isto para não falar de próprio) estão afundados até a tampa em denúncias de corrupção.

Alçado ao cargo graças às manobras de um presidente da Câmara que ora se encontra preso por corrupção, ele tenta impor ao povo brasileiro uma série de medidas que equivalem à destruição dos direitos básicos dos cidadãos.

Sua base de sustentação no Congresso só o apoia por conta de conchavos inomináveis. Contudo, a “fidelidade” desses deputados e senadores vai se esvaindo na medida em que Temer aparece como protagonista em escândalos assombrosos, sobretudo após a divulgação das gravações entregues à Justiça pelos irmãos Batista, donos do Grupo JBS.

Desde que foi pego com a boca na botija – reunindo-se com um empresário acusado de corrupção e tratando de uma infinidade de sujeiras, a começar pela “mesada” ao presidente Eduardo Cunha -, Temer, que já era amplamente contestado pelos movimentos sociais e pela imensa maioria da população,



passou a representar um sério incômodo para as elites que antes o sustentavam.

A questão que atormenta as classes dominantes consiste em: como pode um governo desprovido de legitimidade levar adiante as chamadas reformas? Não pode, e a prova disso é que, a partir da delação da JBS, todos os projetos de Temer encontram-se paralisados no Congresso.

Que Michel Temer converteu-se em um cadáver insepulto, isto ninguém nega.

Diante de sua já anunciada queda, os setores conservadores – estes mesmos que apoiaram abertamente o impeachment de uma presidenta contra a qual não pesava qualquer acusação de crime de responsabilidade – agora se revestem de um legalismo de fachada, na esperança de impor eleições indiretas ao País.

Afirmam que a Constituição de 88 (essa mesma, que ultimamente vem sendo desfigurada, sob os aplausos efusivos das elites, por propostas que retiram direitos da população) não autoriza a realização de eleição direta para presidente faltando menos de dois anos para o próximo pleito – o que é mentira, pois há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sendo analisada pelo Supremo Tribunal Federal que abriria possibilidade para as Diretas Já.

O que as classes dominantes desejam, na verdade, é “mudar” para que tudo permaneça como está. Sabem que numa eleição direta são reais as chances de as chamadas reformas serem rejeitadas pelo eleitorado. Por isso, aceitam de bom grado substituir Temer por outro títere qualquer.

Do alto de seu desprezo pelos cidadãos comuns, querem nos empurrar uma “democracia” sem povo, um arremedo disfarçado sob o formalismo de interpretações canhestras da lei. Segundo pesquisa do Instituto Datafolha de 30/4 deste ano, 85% dos brasileiros defendem a realização de eleições diretas para presidente.

Diante desse quadro, podemos questionar: é possível superar a crise de legitimidade política do País contrariando o anseio da imensa maioria da população? Perguntamos ainda: o povo aceitará, passivamente, os atos de um desconhecido qualquer escolhido por um Congresso cujos membros, em grande parte, também estão envolvidos em escândalos de corrupção e que, até o presente momento, continuam a apoiar o governo de Temer?

Nossa democracia não será salva por puxadinhos formalistas, sobretudo porque a condição básica para sua existência é o poder emanar do povo. Nesse sentido, somente as Diretas Já serão capazes de retirar a política e as instituições do atoleiro em que estão afundadas.

(*) Beth Sáhão é deputada pelo PT

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 JULIO MESQUITA (1862 - 1927)

Quinta-feira 1 DE JUNHO DE 2017 R\$ 4,00 ANO 138 Nº 45152 EDIÇÃO DE 1H15

estadao.com.br



Caderno2

Obsessão na selva
Robert Pattinson está no complexo filme *Z-A Cidade Perdida*

Paladar

Mocinho ou vilão?
Chefs dão dicas para usar - sem demonizar - o micro-ondas

Esportes

Palmeiras avança
Time de Cuca perde no Beira-Rio, mas segue na Copa do Brasil. **PÁG. A18**

JEFERSON GUAREZI/AGF



Senado aprova fim do foro, mas blindo político de prisão

Parlamentares não poderão ser detidos antes que processo tenha transitado em julgado, salvo em flagrante

O Senado aprovou ontem por unanimidade (69 votos a zero) a proposta de emenda à Constituição (PEC) que extingue o foro privilegiado para todas as autoridades, com exceção dos chefes dos três Poderes. O texto, porém, sofreu alteração para favorecer a classe política. Depois de acordo firmado entre o relator, Raulo Rodrigues (REDE-AP), e líderes partidários, continua vetada a prisão de parlamentares até que o processo seja julgado em última instância, salvo em flagrante de crime inafiançável e com autorização do presidente da respectiva Casa, Câmara ou Senado. Durante a discussão, também foi suprimido artigo da PEC que explicitava a prisão de parlamentares após condenação em segunda ins-

Análise

✶ Eloísa Machado de Almeida

Risco de mais impunidade

Há questões importantes que não foram levadas em consideração, como a pressão que poderosos podem exercer em instâncias judiciais locais. **PÁG. A4**

tância. A proposta acaba com o foro privilegiado de 55 mil autoridades e segue para a Câmara dos Deputados. Hoje, o STF, em um movimento paralelo e sem relação com o do Senado, retoma sessão para discutir o alcance do foro privilegiado. **POLÍTICA / PÁGS. A4 e A5**



No Senado. Eunício Oliveira e Romero Jucá durante discussão da PEC

ANDRÉ COELHO/AGÊNCIA O GLOBO

Ala do PSDB articula saída do governo antes de julgamento

Grupo de deputados federais do PSDB articula o desembarque do governo na terça-feira, primeiro dia do julgamento da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral. A proposta dos "cabeças-pretas", ala mais jovem da bancada, conta com apoio de parlamentares experientes, que avaliam não haver mais condição de a legenda sustentar o presidente da República. A ideia é que o partido nem espere a decisão do TSE para romper. **POLÍTICA / PÁG. A8**

Fachin mantém depoimento de Temer

Ministro Edson Fachin, do STF, negou pedido da defesa de Temer e manteve autorização à Polícia Federal para colher depoimento do presidente. **PÁG. A6**

Atentado mata 90 pessoas em Cabul

A explosão de um caminhão-bomba matou 90 pessoas e deixou cerca de 400 feridos ontem em Cabul, capital do Afeganistão. O atentado ocorreu às 8h30 local (1h30 de Brasília) perto de embaixadas, danificando representações da França, Alemanha, Japão, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Índia e Bulgária. Ninguém assumiu o ataque. **INTERNACIONAL / PÁG. A13**



OMAR SOBHANI/REUTERS

BC reduz Selic para 10,25% e indica ritmo menor de corte

O Banco Central reduziu ontem a Selic em um ponto porcentual, de 11,25% para 10,25% ao ano, e já indicou que deve promover corte ainda menor dos juros em julho. Como justificativa, a instituição argumentou que as incertezas sobre a realização das reformas trabalhistas e da Previdência e de ajustes na economia, diante da atual crise política, levaram a medidas mais cautelosas. O próximo corte deve ficar em 0,75 ponto porcentual. **ECONOMIA / PÁG. B1**

NOTAS & INFORMAÇÕES

É isto a justiça?

Em meio a grave crise, a agenda nacional foi contaminada pelo pressuposto de que o País só será salvo se a classe política for desbaratada, como se fosse uma quadrilha. Isso não costuma dar boa coisa. **PÁG. A3**

Emprego e risco político

É cedo para estimar o impacto econômico da crise, se o cenário de incertezas se prolongar. **PÁG. A3**

Teatro Municipal de SP deve R\$ 1,6 milhão a estrangeiros

Com uma dívida total de R\$ 14 milhões, o Teatro Municipal de São Paulo deixou de pagar R\$ 1,6 milhão a 14 artistas internacionais que se apre-

sentaram em 2016. A Prefeitura afirma que a prioridade é honrar compromissos para manter o teatro em funcionamento. **METRÓPOLE / PÁG. A14**

Celso Ming

BC reconhece que "o aumento recente de incerteza" pode emperrear as reformas. **ECONOMIA / PÁG. B2**

Veríssimo

Na primeira noite, contou que tinha morado em Londres. Não entrou em detalhes. **CADERNO2 / PÁG. C8**

Citado em delação vai dirigir Fundo do FGTS

ECONOMIA / PÁG. B7

Trump deve desistir de acordo climático

INTERNACIONAL / PÁG. A10

Tempo em SP **22° Máx. 14° Mín.**

MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C113259

Esta publicação é impressa em papel certificado FSC® empresa de manejo florestal responsável, pela S.A. D. Estado de S. Paulo

ISSN - 1516-2935-1
9 771516 293057

PEC. Senadores sancionam emenda constitucional que mantém prerrogativa apenas para os chefes dos Poderes; porém, no caso de prisão de parlamentares, texto preserva imunidade

Senado aprova fim do foro, mas dificulta prisão

PRÓXIMOS PASSOS

Fim do foro

A proposta que tramita no Congresso pretende acabar com o privilégio por prerrogativa de função a todos, menos os chefes do três Poderes

COMO É:

Cerca de **55 mil pessoas** têm direito privilegiado no País

COMO FICA:

Terão direito ao foro privilegiado:



Michel Temer
PRESIDENTE DA REPÚBLICA



VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Rodrigo Maia
PRESIDENTE DA CÂMARA



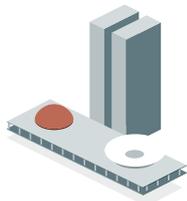
Eunício Oliveira
PRESIDENTE DO SENADO



Carmem Lúcia
PRESIDENTE DO STF

Rito da PEC no Congresso

1 Senado



A proposta foi aprovada ontem no plenário (primeiro turno foi em abril). Dos 81 senadores, 69 votaram a favor. Era necessário mínimo de 49 votos. A PEC agora segue para a Câmara

2 CCJ da Câmara



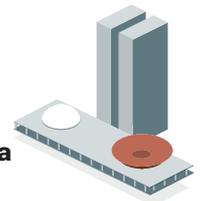
O texto deve ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, que analisará sua admissibilidade. Se for aprovado, irá para a Comissão Especial

3 Comissão Especial da Câmara



A Casa deve criar e eleger os membros da Comissão Especial que analisará a emenda à Constituição em 40 sessões. Se o texto for aprovado, ele segue para o plenário da Câmara

4 Plenário da Câmara



A PEC deve ser votada em dois turnos, assim como no Senado, com intervalo de cinco sessões. Para ser aprovada, a emenda deve ter 308 votos, no mínimo. Se for modificada, volta para o Senado



Isabela Bonfim

Julia Lindner* / BRASÍLIA

No mesmo dia em que o Supremo Tribunal Federal começou a discutir a restrição ao foro privilegiado, o Senado aprovou ontem por unanimidade uma emenda à Constituição para acabar com a prerrogativa, com exceção para os chefes de Poderes – presidente e vice-presidente da República; e presidentes da Câmara, do Senado e do STF. O texto, porém, blinda da prisão deputados federais e senadores. A PEC aprovada em segundo turno por 69 votos segue agora para a Câmara.

Os líderes fecharam um acordo e retiraram da proposta a previsão de possibilidade de cumprimento de pena após condenação em segunda instância, diferentemente do estabelecido pelo STF desde novembro para qualquer cidadão. Mesmo sem foro, deputado federal ou senador só poderá ser preso se flagrado cometendo crime inafiançável, conforme já prevê a Constituição. Mesmo assim, será necessária a autorização de seus pares por meio de votação na Câmara ou no Senado.

“Havia um impasse desde a semana passada, mas houve um acordo e eu cedi para permitir a votação”, afirmou o relator Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Segundo o senador, a supressão do cumprimento da pena após condenação em segunda instância não causa qualquer efeito contrário à decisão do Supremo. “Para mim, está muito claro que existe uma resolução do STF que permite a prisão em segunda instância.” Assessores técnicos do Senado, no entanto, alegaram que a decisão dos parlamentares impede a prisão. Nenhum senador discursou contra a supressão do dispositivo.

O projeto, que já estava pronto para votação havia duas semanas, foi colocado em pauta após o início da discussão do alcance do foro privilegiado pelo plenário do Supremo – a sessão na Corte será retomada hoje (*mais informação na pág. A5*). “Não chegaríamos até aqui se não houvesse a iminência de uma decisão do STF”, afirmou Randolfe. Na avaliação dos senadores, era melhor o Parlamento aprovar o fim do foro, resguardando algumas prerrogativas, do que deixar a decisão para o Judiciário.

Com a aprovação do texto, além de evitar a prisão de um deputado federal ou senador por decisão de um juiz de pri-



Peemedebistas. Presidente da Casa, Eunício Oliveira (CE), e o senador Romero Jucá (AC)

* **SUPREMO EM PAUTA:**
Eloísa Machado de Almeida

ESTADÃO FGV DIREITO SP

Risco de mais impunidade

No mesmo dia e no ápice da Lava Jato, Supremo Tribunal Federal e Senado avançaram em propostas que podem alterar as regras do foro privilegiado. Essa sintonia mostra a candência do tema, mas escondendo grandes diferenças entre as propostas.

No STF, mantém-se o foro para as mesmas autoridades, restringindo-o. O relator Luís Roberto Barroso delimitou o alcance do foro para crimes cometidos no mandato e exercício da função pública. Faltam, ainda, votos de outros dez ministros. Já no Senado, a proposta de emenda à Constituição (PEC) mantém o foro apenas para os presidentes dos Poderes, extinguindo-o para todos os

demais. Parlamentares seriam processados nas instâncias ordinárias, mas somente poderiam ser presos após trânsito em julgado ou confirmação da condenação pelo STJ.

O Supremo parece estar desconfiado de que os políticos vão diminuir suas próprias garantias, ainda mais com vários deputados e senadores sob investigação. Uma decisão do STF, porém, pode se tornar inócua se a Câmara votar a PEC e mudar a Constituição.

Ninguém nega a importância de rever o foro, mas o debate precisa ser ampliado: há questões importantes que não foram levadas em consideração nem por STF nem Senado, como a pressão que poderosos podem exercer em instâncias judiciais locais. Pode-se, em nome de combater a impunidade em uma ponta, gerar impunidade em outra.

* PROFESSORA E COORDENADORA DO SUPREMO EM PAUTA FGV DIREITO SP

meira instância, como é o caso de Sérgio Moro da Operação Lava Jato, os senadores tiraram o foro privilegiado de cerca de 55 mil autoridades de todo o País – entre elas magistrados e membros do Ministério Público.

Sem pressa. Apesar da pressão dos senadores em se antecipar à decisão do Supremo, líderes partidários na Câmara disseram ontem que a prioridade é a aprovação das reformas da Previdência e política, o que lançaria a votação do fim do foro para o segundo semestre deste ano. “Temos tantas coisas para votar antes”, afirmou o vice-líder do governo na Casa, Darcísio Perondi (PMDB-RS).

Na Câmara e no Senado, parlamentares aparecem em dela-

ções da Odebrecht e da JBS no âmbito da Operação Lava Jato.

Deputados, porém, afirmam que não há disposição da Casa de tocar em um tema que esbarra nas discussões em curso no Supremo. Eles dizem acreditar que não há clima para votar agora a PEC na Câmara. Nos próximos dias, a base governista retomará os trabalhos de convenci-

● **Acordo**
“Havia um impasse desde a semana passada, mas houve um acordo e eu cedi para permitir a votação.”

Randolfe Rodrigues (Rede-AP)
RELATOR NO SENADO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

mento dos partidos aliados para aprovar a reforma previdenciária. Em paralelo, os deputados começarão a votar os principais tópicos da reforma política.

Na Câmara, a PEC terá de ser submetida à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que votará a admissibilidade da proposta. Se aprovada, será criada uma comissão especial que analisará o projeto em até 40 sessões. A PEC poderá ser votada no plenário e precisará de pelo menos 308 votos em dois turnos.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não mostrou disposição para dar prioridade ao tema e disse que a PEC terá tramitação normal na Casa. “Respeito as regras do jogo apenas. Não tenho como não cumprir.”/COLABOROU DAIENE CARDOSO

PARA ENTENDER

Da prerrogativa
ao 'privilégio'1824
Origem do foro

A primeira Constituição do País, de 1824, na época do Império, garantia privilégio no julgamento de autoridades. O imperador, descrito como pessoa “inviolável e sagrada”, era quem detinha a maior regalia. “Ele não está sujeito a responsabilidade alguma”, dizia o artigo 99 da Carta. Já o Senado Imperial tinha atribuição exclusiva quando se tratava de delitos cometidos por membros da família imperial, ministros e conselheiros de Estado, senadores e deputados no período da Legislatura.

1891

A Carta republicana

Na primeira Carta republicana, o presidente seria submetido a processo e julgamento apenas depois que a Câmara, perante o Supremo Tribunal Federal, declarasse a acusação de crimes comuns procedente, e o Senado fizesse o mesmo em crimes de responsabilidade.

1937

Restrições

A Constituição de 1937 não menciona o termo foro especial, o que é mantido na Constituição de 1946.

1988

Ampliação do foro



- › Aquela que é considerada a Constituição mais democrática da história do Brasil, a de 1988, foi a primeira a prever o foro especial por prerrogativa de função, conhecido como foro privilegiado. Pela Carta, deputados e senadores, por exemplo, passariam a ser submetidos por julgamento na esfera criminal no STF.

Fachin mantém
depoimento de
presidente à PF

BRASÍLIA

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem pedido da defesa de Michel Temer e manteve a autorização à Polícia Federal para colher depoimento por escrito do presidente da República. O ministro esclareceu que o presidente tem direito de não responder a perguntas.

A defesa sustentou que Temer só deveria ser ouvido após perícia no áudio da conversa com o delator Joesley Batista; ou que Fachin deveria recomendar à PF a não fazer perguntas sobre a conversa. O ministro ressaltou que é lícito “o direito, se assim desejar, de não responder quaisquer das perguntas que lhes forem formuladas”.

Quando receber as perguntas da PF, o presidente terá 24 horas para responder por escrito.

O advogado Antônio Cláudio Mariz de Oliveira havia argumentado que “é de fácil percepção a absoluta impossibilidade de o Presidente fornecer respostas enquanto não finalizada a perícia deferida como prioridade por Vossa Excelência”.

A tomada desde já do depoimento de Temer foi autorizada por Fachin na última terça-feira. Ele apontou que o inquérito contra o presidente e seu ex-assessor Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) tem prazo reduzido por haver investigado preso — Roberta Funaro, irmã de Lúcio Funaro, apontado como operador de Eduardo Cunha.

Fachin também rejeitou separar a investigação de Temer da de Loures, o que frustra a tentativa de se livrar da suspeita de Loures receber “malas” de R\$ 500 mil semanais em troca de influência sobre o preço do gás fornecido pela Petrobrás à termelétrica EPE — o valor da propina, segundo delatores da J&F, seria, em benefício de Temer. /

BRENO PIRES E ISADORA PERON

País vive 'conflitos' de instituições, diz Temer

Em tom de desabafo, presidente afirma que abusar da autoridade é 'violiar a lei'

Tânia Monteiro
Carla Araújo / BRASÍLIA

O presidente Michel Temer disse ontem, no discurso de posse do novo ministro Torquato Jardim (Justiça e Segurança Pública), que o País vive "momentos de grandes conflitos institucionais" e que abusar da autoridade é "violiar a lei". "Toda vez que alguém ultrapassa os limites legais é que está, aí, sim, abusando da autoridade", afirmou.

Para o presidente, este "conflito institucional" existe "porque não se dá cumprimento, muitas e muitas vezes, à ordem institucional". Segundo ele, é preciso, com celeridade, "recuperar a institucionalidade do País", que, na sua avaliação, só virá "com o cumprimento da lei".

● **Declaração**
"Toda vez que alguém ultrapassa os limites legais é que está, aí sim, abusando da autoridade."

"É preciso, com celeridade recuperar a institucionalidade do País."
Michel Temer

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Alvo de inquérito que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da Lava Jato, Temer fez ontem o discurso em tom de desabafo. O presidente considera que o Brasil enfrenta uma "grave instabilidade política" depois de um "crime perfeito" praticado pelo dono da JBS, Joesley Batista.

O presidente afirma que o empresário gravou "ilegalmente" suas conversas com ele em encontro no dia 7 de março, à noite, no Palácio do Jaburu, e que o áudio teria sido divulgado, posteriormente, "com edições". Além disso, a defesa do presidente contesta o uso da gravação como provas pela Procuradoria-Geral da República sem perícia prévia. No inquérito, Temer é investigado por corrupção passiva, participação em organização criminosa e obstrução à Justiça.

Colaboração. Em discurso no Palácio do Planalto, Temer disse que Torquato, "com a larga experiência institucional, democrática e política, pode dar colaboração neste instante que atravessamos" e vai conseguir dar respostas rápidas à crise.

Temer ainda reiterou que Torquato poderá contribuir no momento de crise e fez um apelo: "Vamos deixar o Judiciário trabalhar sossegado. Vamos deixar



Delação. Temer atribui 'grave instabilidade política' ao que chama de 'crime perfeito' de Joesley

o Legislativo trabalhar em paz. Vamos deixar o Executivo, convenhamos, trabalhar em paz".

Segundo ele, "quantas e quantas vezes" ouviu pronunciamentos de pessoas que "querem muito" que continue o programa de governo inaugurado no País há um ano. "Até quando fazem uma ou outra objeção ainda dizem: Olhe, mas é preciso continuar o programa que se iniciou neste governo", um programa de governo acolhido pelas necessidades do País.

O presidente também fez questão de citar o antecessor de Torquato, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), sem criticá-lo, apesar das queixas no Planalto por sua atuação a frente do ministério. Em sua fala, Temer disse ter certeza de que o deputado continuará trabalhar pelo governo na Câmara.

Serraglio recusou assumir o Ministério da Transparência, após ter sido retirado da Justiça. O nome do peemedebista teve uma repercussão negativa en-

tre funcionários da pasta, que chegaram a marcar protesto caso Serraglio assumisse.

Em nenhum momento do discurso, Temer fez referências à Polícia Federal, subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.



Facebook.
Curta a página da
Política

facebook.com/politicaestadao

Ministro não descarta mudança na cúpula da PF

Torquato Jardim, novo titular da Justiça, diz que vai conversar com chefe da corporação; ele, porém, elogia Operação Lava Jato

BRASÍLIA

Ao assumir o cargo ontem, o novo ministro da Justiça, Torquato Jardim, deixou em aberto a permanência de Leandro Daiello no comando da Polícia Federal. Em sua primeira entrevista coletiva, no Palácio do Planalto, ele disse que uma definição sobre a continuidade do diretor-geral da PF e de agentes de destaque na força-tarefa da Operação Lava Jato levará até três meses de “observações”.

Torquato também avisou que o efetivo da polícia nas in-

vestigações dependerá de uma análise de orçamento.

Diante de perguntas sobre uma possível queda da cúpula da PF, o novo ministro deixou em suspense a situação de Daiello. Ele disse que fará amanhã uma viagem com o diretor-geral a Porto Alegre, onde dará posse ao novo superintendente da PF no Rio Grande do Sul, Ricardo Saadi.

“Ida e volta são quatro horas de conversa. Acho que vai dar para aprender alguma coisa com o diretor da Polícia Federal”, afirmou Torquato. “Só daqui a três meses poderei responder a pergunta”, afirmou. “Vamos conversar, vamos viajar juntos, vamos conversar sobre a Polícia Federal para que eu conheça o ambiente.”.

Torquato afirmou que também está sob avaliação. “Posso



Encontro. Torquato viaja hoje com Daiello a Porto Alegre

ter que ir embora daqui a algumas semanas, sabe-se lá.”

De acordo com ele, serão feitas mudanças “mínimas” de pessoal no Ministério da Justiça e

na Polícia Federal.

‘**Ética pública**’. Para tentar bater alegações da oposição de que ele tentaria barrar a Lava

Jato, o novo ministro disse que a investigação é uma “demanda da sociedade brasileira”.

“Não deve haver dúvida alguma de que apoio a Lava Jato. A Lava Jato não é um programa de governo, mas uma vontade de Estado, uma oportunidade única para o Brasil ter uma nova ética pública”, disse.

Jurisprudência. Torquato foi questionado sobre um texto publicado pelo seu escritório de advocacia, em 2015, no qual defendia, em caso da “desconstituição” do diploma da então presidente Dilma Rousseff”, a cassação do vice e hoje titular Michel Temer. “Eu não mudei de ideia, a jurisprudência que mudou”, disse.

Ele afirmou que se fosse para atuar na “sombra” durante o julgamento do TSE era melhor ir para “advocacia” ou permanecer no Ministério da Transparência. / **T.M., C.A. e LEONENCIO NOSSA**

‘Minha experiência em segurança foi ter duas tias assaltadas’

● Ao ser questionado sobre a experiência que tem na área de segurança pública, o ministro Torquato Jardim disse que “ninguém chega lá conhecendo tudo”. “Minha experiência na segurança pública foi ter duas tias e eu próprio assaltados em Brasília e no Rio de Janeiro”, afirmou, em sua primeira entrevista coletiva como ministro. Em seguida, completou: “A pasta é muito grande. Ninguém chega lá conhecendo tudo”. Torquato não comentou o plano de combate à violência lançado em janeiro pelo então ministro Alexandre de Moraes – hoje no STF. Ao tratar de demarcação de terras indígenas, Torquato também foi evasivo.

Marco Aurélio vai relatar ação de Aécio no STF

Isadora Peron
Breno Pires / BRASÍLIA

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), é o novo relator do inquérito que investiga o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) por suspeita de receber R\$ 2 milhões em propina da JBS e tramar contra a Operação Lava Jato, com base na delação dos empresários do Grupo J&F, Joesley e Wesley Batista.

O inquérito foi redistribuído por sorteio eletrônico após o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato na Corte, entender

que a investigação não tem relação com a operação.

No curso das investigações sobre Aécio, que nega as acusações, foram presos na Operação Patmos sua irmã, Andrea Neves, seu primo Frederico Pacheco e o advogado Mendherison Souza Lima.

Após as decisões de Fachin de afastar Aécio da atividade de senador e prender os três investigados, caberá agora a Marco Aurélio analisar os recursos apresentados pelas defesas e também pela PGR – que insiste na prisão do tucano, negada por Fachin.

Marco Aurélio sinalizou que deverá levar os recursos ao plenário do Supremo. O ministro mostrou bom humor ao comentar o fato de ter sido sorteado eletronicamente. “Parece que o computador que opera a distribuição não gosta de mim.”

Delator cita propina em ‘espécie’ a Serraglio

Ex-ministro da Justiça é apontado por fiscal da Agricultura no Paraná como beneficiário de esquema sob investigação na Operação Carne Fraca

Fábio Serraglio / BRASÍLIA

Em negociação de delação premiada com os procuradores da Operação Carne Fraca, Daniel Gonçalves Filho, apontado pela Polícia Federal como chefe do esquema de cor-

rupção na unidade do Ministério da Agricultura no Paraná, cita pagamentos, “normalmente em espécie”, de empresas do setor alimentício para o ex-ministro da Justiça e deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR).

O peemedebista voltará à Câmara após recusar o convite de Michel Temer para assumir o Ministério da Transparência.

Serraglio, segundo Gonçalves Filho, seria um de seus “padrinhos” no cargo. Ao lado de Maria do Rocio Nascimento,

ex-chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Gonçalves Filho é apontado pela PF como responsável por arrecadar propinas de frigoríficos e empresas alimentícias.

A proposta de delação do fiscal está na Procuradoria-Geral da República (PGR). Como vai reassumir sua cadeira na Câmara, Serraglio pode ser investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), caso o acordo seja homologado pela Corte.

Por meio de sua assessora, Serraglio negou irregularidades. “Absolutamente impossível ele estar falando isso. Jamais, em momento algum, o deputado tratou com ele sobre qualquer tipo de recursos, menos ainda de qualquer tipo de

ilicitude”, informou a nota.

Valores. O candidato a delator afirmou no documento para os procuradores que empresas do setor de carnes e processados pagavam valores para Serraglio e outros políticos. Gonçalves Filho afirmou em um dos anexos que ele mesmo entregava o dinheiro para o peemedebista.

Em março, um grampo da Carne Fraca capturou uma conversa de Serraglio com o fiscal agropecuário. No diálogo, Serraglio se refere a Gonçalves Filho como “o grande chefe”.

Segundo a decisão que deflagrou a operação, “em conversa com o deputado Osmar Serraglio, Daniel é informado sobre problemas que um frigorífico

de Iporã estaria tendo com a fiscalização do ministério (o Frigorífico Larissa situa-se na mesma cidade)”.

Novo acordo. Maria do Rocio também deu início a uma negociação de delação premiada. Ela assinou o termo de confidencialidade com o MPF nos últimos dias. O Estado apurou que nas primeiras conversas com os investigadores, a funcionária pública confirmou os supostos pagamentos.

Em conversa telefônica interceptada pela Polícia Federal em 2016, com autorização judicial, a fiscal, que está presa preventivamente, cita o nome “Serraglio” como “o velhinho que está conosco”.

Bancada do PSDB pede saída do governo

Dos 46 deputados do partido, 27 são a favor de a legenda abandonar a base aliada de Temer antes da decisão do TSE na próxima terça-feira

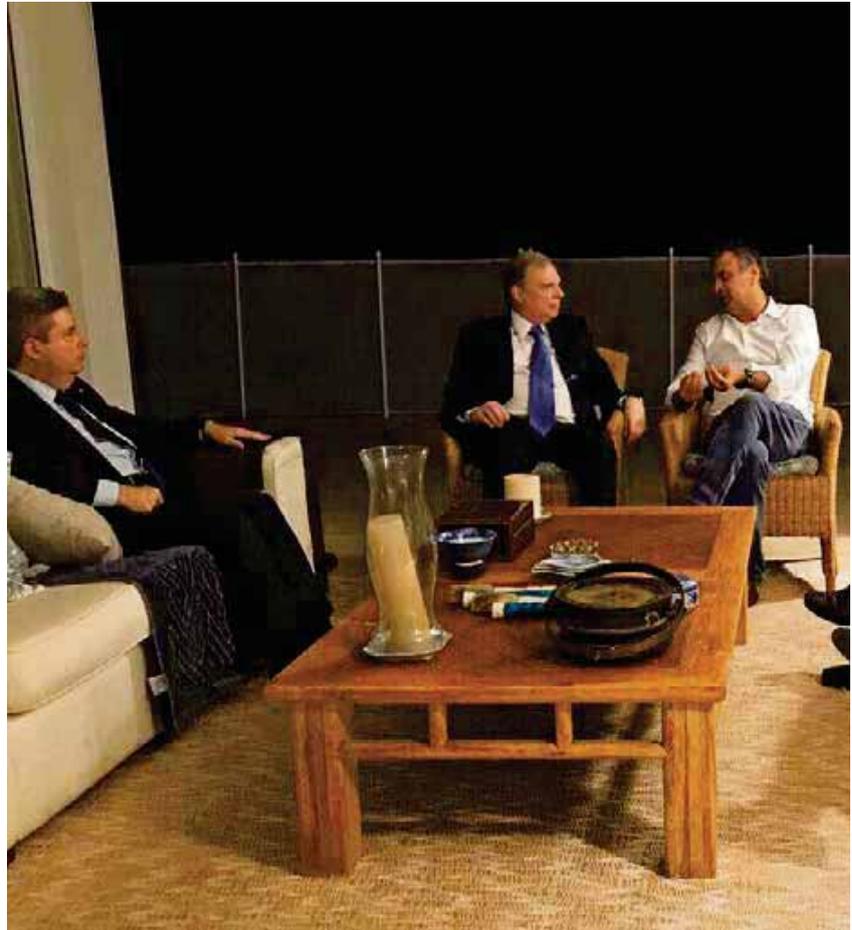
Renan Truffi / BRASÍLIA
Pedro Venceslau

Parlamentares do PSDB na Câmara dos Deputados pressionam a cúpula da legenda para decidir na terça-feira, primeiro dia do julgamento da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a saída do partido da base aliada. A proposta vem dos “cabeças pretas”, ala mais jovem da bancada, mas também tem o apoio de deputados mais experientes, que avaliam não haver mais condição de a legenda continuar apoiando o governo, independentemente do resultado final do julgamento do TSE. A ideia é que o PSDB não espere a decisão da Corte para se posicionar.

De acordo com cálculos de tucanos, dos 46 deputados do partido, 27 são a favor de a legenda abandonar a base aliada de Temer e 12 estariam indecisos. Outros sete são contrários.

Os deputados que rejeitam a permanência no governo articulam uma votação na bancada para tratar do tema logo após a leitura do parecer do ministro Herman Benjamin, relator da ação na corte eleitoral. O grupo quer também buscar o apoio de senadores – cinco dos 11 teriam sinalizado ser a favor da saída. Além da votação, eles pressionam para que os ministros tucanos entreguem seus cargos.

Voto. A avaliação nessa ala é de que Temer está em uma situação de “equilíbrio instável” e



que o voto do relator seria suficiente para deixar a base, em uma tentativa de evitar mais desgaste nas eleições de 2018.

“No momento em que o partido decidir deliberar, sou a favor de entregar os cargos, mas manter a agenda de reformas”, defendeu o deputado Daniel Coelho (PSDB-PE), um dos “cabeças pretas” que apoiam a deliberação na terça-feira. “Não podemos estar junto de um grupo que não busca o esclarecimento dos fatos”, disse ele.

O líder do PSDB na Câmara, deputado Ricardo Tripoli (SP), evitou falar em números, mas confirmou que a bancada tucana está dividida em três grupos.

O primeiro é formado por aqueles que defendem desembarque imediato do governo Temer. O segundo quer que os quatro ministros do PSDB entreguem os cargos e que a legenda continue apoiando as principais medidas econômicas propostas pelo governo. O terceiro é composto por tucanos que de-





TWITTER/AECIONEVES



Pauta tucana: 'agenda política'

O senador afastado Aécio Neves divulgou antontem foto com aliados, em sua casa, em Brasília. Estavam no encontro José Serra, Cássio Cunha Lima, Tasso Jereissati e Antonio Anastasia.

to sobre a cassação da chapa Dilma-Temer, uma reunião ampliada que deve terminar com um pedido para que o partido deixe cargos e entregue ministérios.

Essa pelo menos é a expectativa do deputado estadual Pedro Tobias, presidente da legenda. “Não podemos empurrar essa situação indefinidamente. O baixo clero precisa ser consultado”, disse ele ao **Estado**.

O encontro começou a ser articulado após os caciques do PSDB nacional sinalizarem que podem procrastinar uma decisão sobre a permanência no governo federal ou mesmo permanecer ao lado de Temer até que ele esgote as possibilidades de recursos no TSE e também no Supremo Tribunal Federal.

Além da Executiva do partido em São Paulo, Tobias também convocou todos os deputados federais, estaduais, senadores e prefeitos do PSDB do Estado para debater a situação do governo Temer. A ideia é criar uma “panela de pressão”.

Na semana passada, os tucanos paulistas se reuniram no diretório e a tendência era pedir a renúncia de Temer, mas Alckmin, em sintonia com a cúpula tucana, barrou a iniciativa. Outro ponto da pauta será a situação do senador afastado Aécio Neves (MG) no partido.

O **Estado** apurou que Tobias e outros dirigentes defendem a expulsão dele do PSDB. Hoje, Aécio é presidente licenciado do partido, comandado por Tasso Jereissati. O senador afastado nega que tenha cometido crimes. / COLABOROU IGOR GADELHA

sejam ficar no governo.

Tripoli afirmou que a bancada vai “monitorar” o cenário político. “Vamos fazer reuniões de bancadas nestes dias. Se vamos tomar alguma decisão pelo

desembarque, não posso dizer agora. Mas não faremos nada sem informar antes o presidente Tasso Jereissati, que tem sido muito correto conosco”, afirmou o líder do PSDB.

São Paulo. Área de influência do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, o diretório estadual do PSDB paulista também discute o desembarque do governo Temer. O órgão marcou para a próxima segunda-feira, véspera do início do julgamen-



NA WEB Infográfico.

Os cotados para
eleição indireta

estadao.com.br/eleicaoindireta

‘PEC das Diretas’ é aprovada em comissão do Senado

Texto não estabelece vigência imediata, mas oposição aposta em judicialização; proposta segue para plenário

Julia Lindner
Isabella Bonfim / BRASÍLIA

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou ontem de maneira simbólica a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê eleição direta para presidente e vice-presidente da República, em caso de vacância dos cargos nos três primeiros anos do mandato. O texto não estabelece, contudo, vigência imediata da PEC.

Na semana passada, o relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), apresentou um substitutivo ao texto para tentar assegurar que a proposta passasse a valer imediatamente após a sua publicação, caso, por exemplo, o presidente Michel Temer deixasse o cargo este ano. Mas para garantir a aprovação da PEC, o petista desistiu e acatou sugestão do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). O senador, que faz parte da base aliada de Temer, alegou que esse substitutivo era inconstitucional, pois emendas que alterem o processo eleitoral só podem entrar em vigor se aprovadas até um ano antes do pleito. Lindbergh, então, aposta na judicialização do caso e avalia que há jurisprudência no STF para vigência imediata.

PT avalia boicote a Colégio Eleitoral em Congresso

● **Contrário a uma possível eleição indireta, o PT vai defender em seu 6.º Congresso, que começa hoje Brasília, o boicote do partido a eventual Colégio Eleitoral, caso deputados e senadores tenham de escolher um substituto**

Ilusão. Apesar de aprovada, alguns senadores acreditam que, dificilmente, a PEC vai vingar. “Sem vender falsa ilusão, eu creio que não haverá tempo para a PEC. Acredito que não há

tempo de trabalhar essa PEC para que as eleições aconteçam antes do período constitucional, que é de 2018”, afirmou o senador Alvaro Dias (PV-PR).

Já José Medeiros (PSD-MT) para o presidente Michel Temer. Nos bastidores, porém, já existem articulações em curso para discutir uma possível eleição indireta.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), solicitou uma conversa com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para pedir apoio a ele.

“Eu não fui nem procurado”, desconversou Lula ontem, ao chegar para reunião com representantes das correntes do PT, na sede do partido, em Brasília. Com aval do chamado “baixo clero”, Maia é atualmente o candidato favorito para a sucessão de Temer, caso o presidente seja deposto.

O Estado apurou que Maia quer a bênção de Lula para eventual acordo em que o ex-ministro Aldo Rebelo, hoje no PC do B, seria o seu vice, e senadores VERA ROSA E RICARDO GALHARDO

de chegar para reunião com representantes das correntes do PT, na sede do partido, em Brasília. Com aval do chamado “baixo clero”, Maia é atualmente o candidato favorito para a sucessão de Temer, caso o presidente seja deposto.

Novamente ontem, a comissão não aprovou nenhum projeto, porque a oposição obstruiu os trabalhos, em protesto à falta de acordo para debater o tema. Do outro lado, os governistas não aceitam negociar a liberação da proposta para a pauta. “A base impede a principal comissão da Casa de funcionar com medo da PEC das Diretas Já”, criticou o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ). COLABOROU DAIENE CARDOSO

Para ser aprovada, a PEC precisa passar por dois turnos no plenário, com 49 votos favoráveis cada. Depois, o texto segue para a Câmara, onde deve obedecer o mesmo trâmite.

Obstrução. Tramita na Câmara um proposta igual à do Senado. No entanto, a PEC está travada na CCJ há duas semanas. A pauta da comissão ontem tinha 78 itens pendentes.

Novamente ontem, a comissão não aprovou nenhum projeto, porque a oposição obstruiu os trabalhos, em protesto à falta de acordo para debater o tema. Do outro lado, os governistas não aceitam negociar a liberação da proposta para a pauta.

“A base impede a principal comissão da Casa de funcionar com medo da PEC das Diretas Já”, criticou o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ). COLABOROU DAIENE CARDOSO

Julgamento do TSE vai discutir validade de depoimento de delatores

Relator do caso, ministro Herman Benjamin deve justificar voto com base nas declarações do ex-marqueteiro do PT

Andreza Matais / BRASÍLIA

O debate no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que pode cassar o mandato do presidente Michel Temer deve ser norteado pelo artigo 23 da lei que trata da inelegibilidade. As apostas no meio jurídico são de que o ministro Herman Benjamin, relator do processo, deve usar esse trecho da lei para respaldar o uso dos depoimentos de executivos da Odebrecht e do ex-marqueteiro do PT João Santana e sua mulher, Mônica Moura, para justificar seu voto.

Os depoimentos incriminam mais a chapa Dilma Rousseff-Michel Temer do que a denúncia que deu origem ao processo.

É nesse ponto que entra o artigo 23 da Lei Complementar 64/1990, prevendo que o juiz pode levar em consideração fatos ainda não narrados pelas partes. O debate será sobre a abrangência do artigo, se o relator poderá citar fatos que nem sequer foram mencionados na acusação ou deverá usar apenas informações que foram ventiladas na peça inicial.

Diz o artigo 23: “O Tribunal formará sua convicção pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios, dos indícios e presunções e prova produzida, atentando para circunstâncias ou fatos, ainda que não indicados ou alegados pelas partes, mas que preservem o interesse público de lisura eleitoral”.

A petição inicial apresentada pelos tucanos tratava inicialmente da ocultação de dados negativos da economia por parte de institutos oficiais, como o Ipea e o IBGE, o suposto uso de propaganda pela chapa em pe-



ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO 4/04/2017

Processo. Ministro Herman Benjamin relata caso no TSE

ríodo vedado e o recebimento de doações de empreiteiras contratadas pela Petrobrás. Tudo isso, segundo o PSDB, desequilibrava a eleição de 2014 a favor da chapa vencedora.

Com o avanço da Lava Jato, depoimentos de delatores foram incluídos no processo por

● **O artigo 23 “O Tribunal formará sua convicção pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios, dos indícios e presunções de prova produzida.”**

LEI COMPLEMENTAR 64/1990

Benjamin. Ao TSE, disseram que houve o uso de caixa 2 na campanha e detalharam a compra de apoio de partidos para integrar a chapa e garantir mais tempo de televisão. Esse ponto, segundo ministros e advogados, é um dos mais delicados para Temer, já que beneficiou a chapa como um todo.

A defesa de Temer vai tentar, em um primeiro momento, restringir o entendimento sobre o artigo 23 da legislação eleitoral para evitar que os depoimentos de delatores sejam levados em conta no processo. Se vencer essa tese, aposta que consegue livrar o presidente de uma condenação. O Planalto estima que,

nessas condições, serão 5 votos pela absolvição e 2 pela cassação de Temer, que viriam do relator e da ministra Rosa Weber, ou 4 a 3.

Se perder a queda de braço, os advogados vão alegar que delação premiada não é prova definitiva, uma vez que ela apresenta caminhos de prova.

Benjamin não revela o conteúdo do seu voto, mas a posição do ministro em outros processos tem demonstrado que será pela cassação da chapa. Seu voto já deve indicar a solução a ser tomada em eventual cassação de Temer.

Recente julgamento que cassou o mandato do governador do Amazonas José Melo (PROS) levantou dúvidas se ele adotaria o mesmo raciocínio, para determinar a realização de eleição direta no País. O entendimento, na ocasião, foi o de que o TSE estava anulando a eleição ao considerar que ela foi contaminada por abuso de poder. Por isso, os votos dos eleitores não seriam contabilizados, o que permite a realização de nova eleição.

Caso se repita esse cenário, só haveria uma maneira de se evitar a eleição direta: renúncia ao mandato antes da notificação pela Justiça Eleitoral. COLABOROU NAIRA TRINDADE

**CELSO
MING**


E-MAIL: CELSO.MING@ESTADAO.COM

Banco Central desacelera queda de juros

As grandes incertezas tendem a criar certo consenso. Desta vez, serão raros os empresários e analistas que criticarão o Banco Central por reduzir os juros básicos (Selic) em apenas um ponto porcentual, para 10,25% ao ano, e não em pelo menos 1,25 ponto. Também pareceu prudente optar por reduzir os próximos cortes.

E, no entanto, há muito não se via a inflação mergulhar tão rapidamente como agora nem controle tão firme das expectativas dos marcadores de preços pelo Banco Central.

Na última terça-feira, a FGV mostrou que o IGP-M, o indicador que serve para reajustar aluguéis e contratos financeiros, caiu 0,93% em maio e acumulou em 12 meses um avanço de apenas 1,57%. A perspectiva é de que, nos próximos meses, caia ainda mais.

A inflação de maio medida pelo IPCA, a referência para o sistema de metas, a ser divulgada apenas dia 9, aponta para alguma coisa entre 0,43% e 0,46%, ou para cerca de 3,95% em 12 meses. Mas algumas notícias boas, como nova redução das tarifas de energia elétrica e dos combustíveis mais o comportamento contido do câmbio, permitem esperar para junho uma inflação pouco acima de zero.

Quando já ninguém mais falava em risco de dominância fiscal (situação em que os juros perdem eficácia no controle da inflação), estourou a nova crise que disseminou insegurança.

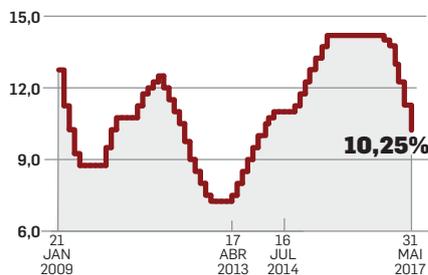
Em tempos relativamente normais, haveria condições para que se fosse mais fundo no corte dos juros. Mas veio a nova onda de turbulência e, com ela, o aumento das incertezas. Assim, o Copom reduziu a pressão no acelerador.

Acidentes sempre acontecem, mas, em tempos normais, podem ser matematicamente antecipados. Tanto podem que as seguradoras vivem de probabilidades matematicamente calculáveis. No entanto, a crise alavancou os riscos. O mais preocupante é que au-

ESPERADO

● Evolução da taxa básica de juros

TAXA AO ANO



FONTE: BANCO CENTRAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

mentou a ameaça de deterioração das contas públicas e de implosão da economia ainda convalescente.

Como não se vê perspectiva do que será ou não decidido na política econômica, o chão das pessoas e das empresas para tomadas de decisões ficou perigosamente movediço. É o que paralisa o País, justamente na hora em que ensaiava retomada da atividade e do emprego, como os últimos números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Continua mostrou nesta quarta-feira (veja o **Confira**).

Ainda assim, a tendência dos juros nominais continua sendo de queda. Mas, como a inflação deverá fechar o ano abaixo dos 4,0% (a meta é 4,5%), juros básicos de 8,50% ao final de 2017 ainda mostrarão juros reais (descontada a inflação) elevados demais.

Logo depois do recrudescimento da crise política em maio, a decisão do Copom ficou tão previsível que muita gente passou a esperar por alguma novidade no texto. O Banco Central apenas reconhece que “o aumento recente de incerteza” pode emperrar as reformas e avisa que deverá reduzir a dose do corte dos juros nas próximas reuniões do Copom. Ou seja, os juros não deverão cair mais do que 0,75 ponto porcentual.

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS
MARCELO DE MORAES
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Aécio ajudou a montar Conselho que irá julgá-lo

O senador afastado Aécio Neves participou das discussões para a montagem do Conselho de Ética do Senado, que vai deliberar sobre pedido do PSOL-Rede pela cassação do seu mandato. Tucanos foram escolhidos a dedo para ajudar a barrar o requerimento. Assim como fizeram outros partidos da base governista. Em outra frente, senadores investigados já falam em arrependimento por respaldarem a prisão de Delcídio do Amaral. Avaliam que isso deixou o STF à vontade para tentar de novo, mas que a dose não vai se repetir com Aécio.

» **Me tirem dessa.** O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) disse que foi surpreendido com sua indicação para suplente no conselho. “Minha decisão será à luz dos fatos. Não importa se é meu pai, minha mãe. Se for um parente, pago a pena com ele”, avisa.

» **Olha o passarinho.** A publicação por Aécio Neves de foto ao lado de colegas de partido em reunião na casa dele pegou os tucanos de surpresa. Ninguém imaginou que ele iria postar a imagem nas redes sociais.

» **Ops!** No comentário da foto, Aécio Neves diz que discutiram votações no Congresso e a agenda política. Quem participou garante que o tema foi a situação dele no STF e a prisão da sua irmã, Andrea Neves.

» **Bucha de canhão.** Deputados da base governista já não disfarçam sua irritação por terem de se desgastar aprovando projetos de interesse do Planalto, enquanto os senadores ficam liberais da mesma fidelidade.

» **Guerra suja.** Vai começar a circular nos próximos dias imagens do ministro Edson Fachin, do STF, no Senado ao lado do delator Ricardo Saud na época em que pedia votos para ter sua indicação aprovada.

» **Me ouçam.** A defesa de Temer tem feito uma romaria no TSE para apresentar a defesa dele. Ontem, esteve com Admar Gonzaga. Na véspera do julgamento, a agenda é com Rosa Weber.

DIVULGAÇÃO



» **CLICK.** O piloto Eduardo Cunha faz sucesso em voos pelo Brasil. No trajeto entre Brasília e Curitiba, ouve palmas dos passageiros quando anuncia seu nome.

» **Batata quente.** Ontem, enquanto na CCJ da Câmara governistas seguraram a pressão da oposição pela emenda das diretas, no Senado, os aliados aprovavam a mesma medida em votação simbólica.

» **Batalha.** Autor da proposta das diretas, o senador José Reguffe quer montar uma comissão expressiva de senadores para convencer o presidente da Casa, Eunício Oliveira, a colocar o projeto na pauta.

» **Leão sem dente.** Governistas já pensam em chamar o ex-ministro Guido Mantega para explicar a sonegação de uma conta no exterior, com US\$ 600 mil.

» **Acalmou.** Ministros dizem que o ex-deputado Rocha Loures, ‘o homem da mala’, está controlado.

» **Ponto futuro.** No Planalto, há quem aposte que Michel Temer nomeará o ministro da Justiça, Torquato Jardim, para o STF, se conseguir sobreviver à crise.

» **Retorno.** Eduardo Suplicy está fazendo consultas para saber se concorre ao Senado. Com o desgaste do PT, a imagem dele está preservada e a sigla já não descarta apoiá-lo.

COM NAIRA TRINDADE E GUSTAVO ZUCCHI



» **SINAIS PARTICULARES.** Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda dos governos Lula e Dilma

PRONTO, FALEI!



Miro Teixeira

Deputado federal (REDE-RJ)

“O parlamento assiste com aparência de amedrontado ao Supremo legislando e o Executivo comandando o Congresso”, sobre interferências nos trabalhos do Legislativo.

Estado enorme e mal gerido = PIB asfiziado

ROBERTO
MACEDO

Além da forte recessão econômica que veio desde 2015, o Brasil sofre uma estagnação de longo prazo. Estagnação não é crescimento zero. Meu dicionário diz ser uma situação em que o produto nacional não cresce à altura do potencial econômico de um país.

Com a década atual, o produto interno bruto (PIB) brasileiro completará quatro em que, na média, cresceu até aqui míseros 2,4% ao ano. Nas quatro anteriores, a média anual foi muito maior: 6,8%. Essa forte queda veio principalmente da má gestão do Estado por políticos incompetentes. Exceções? Cada vez mais excepcionais.

A estagnação não é percebida pela sociedade e a agenda política atual está mais focada em aliviar a herança ultramaltrada deixada por Dilma, que bagunçou tanto as contas federais que foi demitida por essa justa causa.

Arrumar as contas é realmente importante para retomar um crescimento econômico bem mais forte e sustentado. Mas uma ampla agenda política de longo prazo deveria correr paralelamente à atual, pois envolve problemas complexos que tomam tempo e trabalho prévios para encontrar soluções. Entre eles, a fragilidade dos investimentos públicos e privados na ampliação da capacidade produtiva, a escassez de poupança nacional para financiá-los, a baixa produtividade do trabalhador brasileiro, a falta de competitividade internacional da indústria, as altas taxas de juros – que em geral tornam o investimento produtivo menos atraente do que aplicações financeiras –, o real valorizado, o desenvolvimento científico e tecnológico frágil e pouco voltado para gerar valor, e por aí afora.

Namã gestão do Estado destaca aspecto que a evidencia. Os economistas José Roberto Afonso e Vilma Pinto mostraram que entre 1991 e 2015 governo federal ampliou sua carga tributária de cerca de 15% para 20% do PIB. Esse aumento de cinco pontos percentuais é muito dinheiro, cerca de R\$ 300 bilhões em valores atuais. E em 2015, além dessa carga, tomou emprestados cerca de 9% do PIB para pagar os altíssimos juros de sua enorme dívida e mais um

pedaço de seus demais gastos.

Apesar dessa enorme tomada de recursos da sociedade, num total perto de 30% do PIB em 2015, dados analisados pelo economista Mansueto de Almeida, atual secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, mostram que os investimentos públicos no mesmo ano, como em infraestrutura, foram de minúsculos 0,7% do PIB, a mesma porcentagem de 1991, e que só igualaram ou ultrapassaram o também mísero 1% em apenas cinco anos desse período. Ou seja, o governo toma muito dinheiro de quem investe muitíssimo mais que ele para investir apenas essa miudeza.

E o que fez com o aumento da carga tributária? Num irresponsável e insustentável “tudo pelo

Sem resolver a Previdência, economia seguirá a passo de tartaruga ou caranguejo

social”, e tudo também pela caça de votos, mais que dobrou os gastos sociais (INSS, Bolsa Família e outros), passando-os de 3,8% para 9,4% (!) do PIB, e expandiu gastos de custeio, exceto com pessoal, de 2,5% para 4,2% do PIB. Como é que o Brasil pode crescer diante de barbaridades fiscais como essas? Hoje esse “tudo pelo social” gerou mesmo foi um forte aumento do desemprego.

A recessão atual deve ter recebido ontem mais uma injeção de “juroflex”, que deverá contribuir um pouco para aliviá-la, na forma de nova queda, em torno de um ponto de porcentagem, da taxa básica de juros. E hoje o IBGE deverá anunciar um crescimento próximo de 1% do PIB no último trimestre, depois de oito (!) quedas consecutivas nos últimos dois anos.

Esse crescimento poderia ser o prenúncio de uma recuperação contínua. Mas esta passou a correr riscos depois do imbróglio causado pela conversa entre Michel Temer e Joesley Batista, da JBS. Renúncia, cassação ou impeachment passaram a frequentar assiduamente o noticiário, daí emanando dúvidas quanto à sustentação política de Temer e, em particular, quanto às reformas em andamento no Congresso.

Elemento fundamental na in-

teração de política e economia é que empresários e consumidores, se desconfiam da ou se amedrontam com a ação do nosso Estado paquidêmico, travam ou contêm suas decisões de consumir e investir. Se a economia passar a sofrer de novo por essa razão, as más notícias correspondentes se espalharão pelo noticiário, com o que a desconfiança ou o temor se ampliarão.

Os índices de confiança de empresários e consumidores também vinham mostrando recuperação, mas como ficarão diante desse “balança, mas não cai” do presidente? Temo que os políticos a quem cabe resolver esse impasse continuem, como até aqui, dando cabeçadas e imobilizados diante da necessidade de uma solução rápida. Habitualmente procrastinam soluções de uma forma que também marca a má gestão do Estado.

Tome-se o caso da Previdência Social. Há tempos especialistas no assunto vêm apontando o envelhecimento da população e as regras frouxas de concessão de benefícios, em particular as aposentadorias precoces, como ingredientes de um enorme e crescente déficit previdenciário. Mexer nessas regras é, de fato, impopular e nossos políticos abominam reformas mais contundentes na área, mas introduzi-las é de sua responsabilidade. Optaram por procrastinar soluções eficazes. Resultado: o problema agravou-se e passou a uma situação crítica, como a de um doente que carece de internação rápida para uma cirurgia delicada. Tanto assim foi que até o presidente Temer, notório personagem da inepta velha-guarda da política nacional, optou por uma reforma mais profunda da Previdência. A bomba caiu-lhe nas mãos.

Se não revolvido esse assunto, ele poderá trazer-nos uma quinta década de estagnação, pois 2020 já está perto. Sem uma solução adequada, a gravidade do problema se ampliará, a incerteza e o medo diante da inação do Estado voltarão a conter mais fortemente as decisões de empresários e consumidores e a economia seguirá a passos de tartaruga, ou mesmo de caranguejo.

ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

Na esquina da Rua Helvetia

FLÁVIO
TAVARES

A Rua Helvetia, tal qual as adjacências ou similares na cidade de São Paulo, não é só o núcleo escancarado de um horror a céu aberto que se expande pelo País. O crack e a droga em geral (das “leves” à mais sofisticada das “pesadas”) não constituem apenas uma chaga individual ou social, nem só algo a preocupar pela saúde dos adictos e usuários.

Tampouco essa rua assombra pelo que retrata do marginalismo da sociedade urbana. Ao longo dos séculos – e por diferentes pontos da nossa geografia – vimos cenas de álgida miséria, pobreza, horror e miserabilidade correndo em paralelo à vida. Ou como se disputassem a primazia com o lema de “ordem e progresso” que os positivistas deram à Bandeira e, hoje, são três palavras a esmo.

As cenas de espanto que a televisão vem mostrando ao País, vão muito além da surpresa e da indignação. O brutal e desconcertante é a inadmissível incompreensão de todos – das duas partes que se dizem donas da “solução única”.

Falamos do horror como se estivéssemos num debate de auditório, apegados a pautas e situações gerais, sem entender que aquilo é peste e gangrena, ao mesmo tempo. Que se expande e se multiplica por contágio e, por isso, temos de extirpar imediatamente, a partir do primeiro minuto.

O debate sobre como enfrentar e debelar o horror, porém, envereda pelo lado do preconceito e das ideias preconcebidas.

Tratamos a tragédia como se fosse uma discussão acadêmica. Não entendemos a extrema urgência, nem que aqueles drogados absolutos se tornaram párias. Ou que, neles, a volição e o discernimento foram extirpados pelo crack, ou dilacerados pela maconha intensiva ou pela cocaína e outros narcóticos.

Miopes, muitos não veem que os viciados de todas as ruas Helvéticas do mundo vivem num submundo e se habituaram a essa sub condição, sem poder entender que exista outra forma de vida. Nessa miopia, de boa-fé, mas com óptica errônea, chegam a invocar os direitos humanos individuais para evitar ou impedir que sejam transladados compulsoriamente

para clínicas especializadas.

Argumenta-se que isso fere a humana dignidade individual de escolha sobre o próprio destino. O enunciado perfeito, porém, é totalmente inadequado às Ruas Helvéticas do País e do mundo!

Qual a dignidade maior, senão a vida e o viver em normalidade? Que dignidade tem permanecer 24 horas na calçada, atirado a algo vicioso, ali comendo e descomendo, dormindo e despertando, em permanente busca de centavos – seja esmola, furto ou roubo –, alheio a tudo, sem nenhuma noção do mundo ou do próprio semelhante?

Aquela mente vazia, sem volição, aquele corpo em chagas, infectado por aids ou por doenças transmissíveis que pareciam já não existir – como sífilis e tuberculose –, por acaso deve permanecer assim em nome de suposta dignidade de escolha individual de um futuro que não existe? Pode ser comparado tudo isso a algum tipo de vida, mesmo ao pauperismo extremo?

Por que a sociedade paulistana e paulista nunca se pôs de acordo sobre uma situação penosa e humilhante, visível a olho nu?

O populista estilo fanfarrão do prefeito paulistano talvez ajude a explicar que setores lúcidos e avançados tenham cri-

Falamos do horror como num debate de auditório, sem entender que é peste e gangrena

ticado e oposto objeções à correta ideia (ou decisão) de retirar esses párias da rua e interná-los em clínicas especializadas, para tratá-los como enfermos, sem vê-los apenas como marginais, prostitutas e assaltantes. As melhores cabeças da área médica, jurídica e sociológica jamais foram consultadas. E quando opinaram, o poder público municipal viu neles simples opositores partidários, sem entender que a droga e o narcotráfico são algo tão pungente que supera as pequenezas do cotidiano.

O tom demagógico do velho populismo ademarista dos anos 1950 (que às vezes tenta renascer) esqueceu-se de que o quadro brutal que a Rua Helvetia exterioriza exige uma ação

conjunta e coordenada de diferentes áreas públicas do Município, do Estado e da União, das universidades, das igrejas e até do pequeno comerciante da esquina. E que tudo parte da avaliação médica. A partir da avaliação clínica, é a sociedade, como tal, que deve acolher o enfermo num plano concreto. E não apenas para “ajudar” ou “minorar”, mas para resgatá-lo para a vida e o trabalho.

Em vez disso, a internação compulsória foi interpretada como atribuição do burocrata municipal, de um “monitor” ou que nome viesse a ter. De fato, um recrutador de cadáveres vivos a serem enviados para depósitos humanos. Sim, pois a imprensa descobriu que as clínicas apontadas pela Prefeitura não tinham especialidade alguma em qualquer tipo de tratamento. Ou eram velhos imóveis sem ninguém qualificado para atender sequer um resfriado.

A falta de debate e diálogo que caracteriza a vida político-partidária se trasladou para a situação dos drogados moradores de rua. E despontaram as desconfianças. O Ministério Público e associações de direitos humanos chegaram a se perguntar se a urgência em evacuar a rua e terrenos adjacentes não escondia uma manobra de especulação imobiliária. Há boatos ou indícios sobre planos de construir imenso centro comercial na área a ser reurbanizada, o que explicaria a extrema pressa, abortada pela decisão judicial.

Assim, o que mais assombra naquela esquina de rua não é apenas o marginalismo, mas a persistente pequenez de nossas elites, incapazes de se despirem do fanatismo dominante na política, ou na partidarização da política. Despreocupados com a realidade, optamos pelo preconceito – pela ideia fixa anterior ao fato, pela teoria (ou ideologia) anteposta ao concreto. Ou, até, usando tudo isso como disfarce para esconder mesquinhez em busca de dinheiro fácil.

Cada vez mais, tem-se a impressão de que os crimes descobertos na Lava Jato estão em todas as esquinas, a começar pela Rua Helvetia.

*
JORNALISTA E ESCRITOR,
PRÊMIO JABUTI DE LITERATURA
EM 2000 E 2005

É isto a justiça?



O juiz federal Sérgio Moro defendeu as delações premiadas, dizendo que, sem elas, “não teria sido possível descobrir os esquemas de corrupção no Brasil”.

Segundo o magistrado, “a ideia é usar um criminoso menor para chegar ao maior, para pegar os grandes”. Quanto ao fato de os delatores terem sua pena abrandada ou até ganharem a liberdade, Sérgio Moro afirmou que “é melhor você ter um esquema de corrupção descoberto e algumas pessoas punidas do que ter esse esquema de corrupção oculto para sempre”, ou seja, “é melhor ter alguém condenado do que ninguém condenado”.

Trata-se de uma visão muito peculiar de justiça. Não se pode negar que as delações premiadas foram importantes para puxar o fio da meada que levou o País a conhecer o petro

maior esquema de corrupção da história nacional. O problema é que, atualmente, a julgar pelo que chega ao conhecimento do público, as múltiplas acusações feitas pelo Ministério Público contra figuras do mundo político estão baseadas somente, ou principalmente, nas delações, sem que venham acompanhadas de provas materiais suficientes para uma condenação. Quando muito, há provas testemunhais, nem sempre inteiramente dignas de crédito ou confiança.

Criou-se um ambiente em que as delações parecem bastar. Se é assim, o objetivo não é fazer justiça, mas uma certa justiça. Aliás, ensinava o juiz Oliver W. Holmes que juiz não faz justiça, aplica a lei. Há tempos ficou claro que certos membros do Ministério Público têm a pretensão de purgar o mundo político daqueles que consideram nocivos. Para esse fim, basta espalhar por aí, por meio de vazamentos deliberados, que tal

ou qual político foi citado nesta ou naquela delação para que o destino do delatado esteja selado, muito antes de qualquer tribunal pronunciar sua sentença.

Foi exatamente o que aconteceu no episódio envolvendo o presidente Michel Temer. Em mais um vazamento de material em poder do Ministério Público, chegou ao conhecimento dos brasileiros uma gravação feita pelo empresário Joesley Batista com Temer na qual o presidente, segundo se informou, teria avalizado a compra do silêncio do deputado cassado Eduardo Cunha. Quando a íntegra da gravação foi finalmente liberada, dias depois, constatou-se que tal exegese era, no mínimo, controvertida. Mas em todo o episódio prevaleceu a interpretação feita pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para quem o diálogo é expressão cabal de uma negociata – e isso bastou para Temer ser visto por muitos como im-

prestável para permanecer no cargo de presidente. Assim é a política, como bem sabem os vazadores.

Enquanto isso, o empresário Joesley Batista, por ter grampeado o presidente da República para flagrá-lo em suposto ato de corrupção e por ter informado ao Ministério Público que deu dinheiro para quase 2 mil políticos com o objetivo de suborná-los, não passará um dia sequer na cadeia nem terá de usar tornozeleira eletrônica. Poderá até morar nos Estados Unidos, para onde já levou a maior parte de seus negócios. Isso, nos termos do escandaloso acordo de delação endossado pelo sr. Janot.

Se é verdade, como diz o juiz Sérgio Moro, que o objetivo dos paladinos do Ministério Público é “pegar os grandes” criminosos, como explicar que alguém que confessa crimes dessa magnitude, como fez Joesley Batista, não será punido? A resposta é muito simples: o objetivo não é pegar os

grandes criminosos, mas apenas aqueles que, na visão dos procuradores da República, devem ser alijados da vida nacional – isto é, os políticos. Ainda que nenhuma prova apareça para corroborar as acusações, o estrago já estará feito. E, no entanto, há muitos políticos honestos neste país.

Assim, as delações se tornaram instrumentos eminentemente políticos. Na patética articulação em curso para encontrar um “substituto” para Temer caso o presidente caia, a primeira qualificação exigida é que o nome do candidato não tenha sido sussurrado por nenhum delator. Só então será considerada sua capacidade de governar o País. Essa é a prova de que a agenda nacional, em meio a uma das mais graves crises da história, foi definitivamente contaminada pelo suposto de que o Brasil só será salvo se a classe política for desbaratada, como se fosse uma quadrilha. Isso não costuma dar boa coisa.

Gratificações imorais

Obrigado a aumentar a arrecadação num período de recessão econômica e pressionado pelo funcionalismo da Receita Federal a reajustar seus salários, sob a ameaça de greve, o governo acabou despindo um santo para vestir outro. Para evitar que a arrecadação caísse ainda mais por causa de uma paralisação de auditores, cedeu às pressões. Mas, para impedir que o aumento salarial fosse reivindicado pelas demais categorias de servidores, pondo em risco o equilíbrio das finanças públicas, o governo decidiu conceder o reajuste pleiteado, criando – por meio da Medida Provisória (MP) 765 – um “bônus de eficiência”. Foi a saída para aumentar a remuneração sem mexer nos salários nominais.

Baixada no penúltimo dia útil de 2016, sob o pretexto de reorganizar cargos e disciplinar a incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões, a MP acolheu as pretensões de oito categorias – dentre elas, as de auditor fiscal da Receita, perito médico previdenciário e policial civil dos ex-territórios do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. O problema é que, no caso da Receita, a MP beneficia os auditores que a representam no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão administrativo que avalia os recursos impetrados por pessoas físicas e jurídicas autuadas pe-

lo Fisco. Com isso, eles se tornariam parte interessada nos casos que deveriam julgar, pois, todas as vezes que fosse condenado um contribuinte, receberiam uma vantagem pecuniária. Ou seja, deixariam de ser técnicos e passariam a ser interessados, sem a necessária imparcialidade.

Assim que a MP 765 começou a tramitar na Câmara, associações de advogados deixaram claro que, se esse pagamento “extra” fosse aprovado para os auditores que são conselheiros no Carf, iriam aos tribunais questionar a falta de isenção do órgão nos julgamentos dos processos fiscais na esfera administrativa. Também lembraram que, apesar de os contribuintes e a Receita terem direito a um mesmo número de conselheiros no Carf, em caso de empate, é o presidente – nomeado pelo Fisco – quem dá o voto final. E concluíram afirmando que, para que fossem imparciais, os conselheiros representantes da Receita deveriam receber apenas salários, jamais um prêmio por favorecerem a União e, por tabela, a si próprios.

Em resposta, os líderes dos auditores alegaram que não seria justo que os representantes da Receita no Carf não recebessem as vantagens concedidas aos membros da corporação. “Deixar os conselheiros de fora diminui o interesse dos auditores em integrar o Conselho”, disse o presidente do sindicato da categoria, Cláudio Damasceno. Para evitar uma enxurrada

de ações judiciais propostas por contribuintes, a solução foi permitir que os auditores passassem a receber bonificações com base em percentuais conforme a produtividade e conceder uma gratificação mensal de R\$ 7,5 mil àqueles que compõem o Carf.

Mesmo assim, do ponto de vista jurídico o problema não foi resolvido, pois, independentemente de receberem gratificação fixa ou variável, os conselheiros que representam a Receita no Carf continuam tendo interesse econômico direto no julgamento dos processos administrativos. O motivo é que a fonte dessas gratificações é o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, que é alimentado por multas tributárias e leilão de bens apreendidos.

A validade da MP 765 expira hoje. Mas, por causa dos embates entre auditores e advogados, até ontem a Câmara não tinha votado os destaques – e, quando o fizesse, o texto ainda deveria ser encaminhado ao Senado, em regime de urgência. Por isso, as entidades que representam os auditores já começaram a pressionar o governo para editar uma nova MP. Essa situação esdrúxula não ocorreria se prevalecesse o bom senso. Servidores públicos só têm direito à remuneração fixa e não faz sentido que auditores, guardas de trânsito e policiais recebam gratificação sobre o total de multas aplicadas e prisões efetuadas.

Emprego e risco político

A criação de empregos na indústria é a melhor novidade trazida pela última pesquisa sobre o mercado de trabalho. A notícia é duplamente positiva. Confirma os primeiros indícios de reativação em alguns segmentos industriais e indica um dos mais desejados efeitos da retomada, a reabertura de vagas na produção. Os ocupados no setor passaram de 11,3 milhões para 11,5 milhões entre o período de novembro a janeiro e o trimestre móvel terminado em abril. Mas a fase de contratações apenas começou. O número de empregados continuou inferior ao de um ano antes, de 11,7 milhões, num quadro geral ainda muito ruim, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A indústria continua sendo a mais importante geradora de postos classificados no jargão internacional como decentes, em termos de formalização, salário e benefícios indiretos. Mas o aumento das contratações no setor é insuficiente, ainda, para afetar de forma sensível as estatísticas mais amplas do mercado de trabalho. No trimestre encerrado em abril de 2012 a indústria empregava 14,8% de toda a população ocupada. Os últimos dados indicam uma participação de 12,9% no conjunto.

A cena geral continua muito feia. O desemprego ficou em

13,6% da população ativa no período de fevereiro a abril, com 14 milhões de pessoas em busca de ocupação. A leitura mais otimista desses números indica um quadro de quase estabilidade, com ligeira melhora em relação ao trimestre de janeiro a março. Nesse período havia 14,2 milhões de desocupados, ou 13,7% da força de trabalho.

Mas também se pode acenar a comparação com a base de novembro a janeiro, quando a taxa estava em 12,6% e os desempregados eram 12,9 milhões. Quando o confronto é com os dados de um ano antes, a base de referência recua para 11,2% e o total dos desocupados para 11,4 milhões.

Também é preciso incluir na avaliação um dado nem sempre levado em conta. Em um ano 556 mil pessoas migraram para a inatividade, renunciando, pelo menos temporariamente, à procura de trabalho. Se esse pessoal tivesse permanecido no mercado, o desemprego apontado na estatística seria maior.

A avaliação positiva pode entender-se, com algum esforço, também aos dados sobre os ganhos dos trabalhadores. O rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos, de R\$ 2.107, ficou estável em relação aos valores observados nos períodos de novembro a janeiro e também no período correspondente do ano anterior. A massa de rendimento real, isto é, o bolo da remuneração de todos os empregados, também se manteve nas

mesmas comparações. Isso se deve em boa parte, sem dúvida, à progressiva contenção da alta de preços desde o segundo semestre de 2016.

Para uma avaliação do quadro geral seria preciso, no entanto, levar em conta a precária situação dos desempregados. Quando se considera esse detalhe fica mais fácil entender por que o consumo ainda é muito fraco. Muitas famílias continuam com o poder de compra limitado severamente pelo desemprego, outras se mantêm cautelosas, por causa do risco de demissão, e muitas ainda se recuperam de uma fase de alto endividamento.

Mas ainda é preciso, para uma avaliação mais completa do cenário e das perspectivas, levar em conta a crise política iniciada há duas semanas com a divulgação da conversa entre o empresário Joesley Batista, envolvido em escândalos de corrupção, e o presidente Michel Temer. Os sinais de reanimação econômica observados até agora são em boa parte explicáveis pela melhora das expectativas de empresários e até – apesar do quadro geral do desemprego – de parcelas de consumidores. É cedo para estimar o impacto econômico da crise, se o cenário de incertezas se prolongar. Mas os danos serão consideráveis, sem dúvida, se o ajuste das contas públicas for prejudicado, a pauta de reformas for paralisada ou comprometida e a confiança de empresários e investidores sumir no ralo da política.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 97 ★ QUINTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2017 ★ Nº 32.201

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA ÀS 05H55 ★ R\$ 4,00

Nova regra para eleição direta avança entre os senadores

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou a proposta de emenda constitucional que prevê eleições diretas se a Presidência ficar vaga nos três primeiros anos de mandato.

Hoje, só há diretas caso a vacância ocorra nos dois primeiros anos. O tema vai para o plenário da Casa. Se avançar, ainda precisará do aval da Câmara. Poder A10

Senado aprova fim de foro privilegiado para os políticos

O Senado aprovou emenda à Constituição que põe fim ao foro privilegiado de políticos. Com exceção do presidente, de seu vice e dos chefes de Câmara, Senado e STF, todos poderão ser processados na primeira instância. O texto segue para análise dos deputados. Poder A5

Temer tenta adiar depoimento à PF, mas Fachin recusa

O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, negou pedido do presidente Michel Temer para suspender o depoimento à Polícia Federal. Fachin também autorizou a PF a fazer perguntas sobre áudio de Joesley Batista. Temer pode, porém, se recusar a respondê-las. Poder A5

Novo ministro da Justiça sinaliza que comando da PF será trocado

Poder A4

Em acordo, dona da JBS obtém prazo e juros favoráveis

A multa de R\$ 10,3 bilhões que a J&F, dona da JBS, deve pagar após acordo com a Procuradoria pode, na prática, ser reduzida. São 25 anos para quitar a dívida, e a correção será feita com juro baixo se comparado à taxa de retorno da empresa. Poder A9

ILUSTRADA UM DIA NA VIDA, HÁ 50 ANOS

Visto como maior álbum do rock, 'Sgt. Pepper's', dos Beatles, completa meio século



Ringo

John

Paul

George

Reprodução



Omar Sobhani/Reuters

» ATENTADO Vítimas de ataque em área diplomática de Cabul, capital do Afeganistão, nesta quarta (31); explosão de bomba no início do Ramadã, mês sagrado para os muçulmanos, deixou pelo menos 90 mortos e 400 feridos Mundo A14

BC cita impacto da crise e diz que juro cairá menos

Copom corta Selic em 1 ponto, para 10,25%, e sinaliza incertezas na economia

A crise política no governo Temer, deflagrada pela delação de executivos da JBS, já começa a interferir na economia brasileira. Em antecipação aos efeitos da turbulência, o Comitê de Política Monetária do Banco Central manteve o ritmo de queda da taxa básica de juros do país.

Nesta quarta-feira (31), o Copom anunciou corte de 1 ponto percentual na Selic, para 10,25% ao ano.

Antes da revelação do áudio gravado por Joesley Batista, um dos donos da JBS, com o presidente, a projeção do mercado financeiro era de redução de 1,25 ponto.

Além disso, o Banco Central sinalizou que o ritmo de queda dos juros deve desacelerar na próxima reunião do comitê, em julho. A mudança de rumo, segundo comunicado, está relacionada às incertezas sobre a evolução do processo de reformas e os ajustes na economia.

“Em função do cenário básico e do atual balanço de riscos, o Copom entende que uma redução moderada do ritmo de flexibilização monetária hoje deve se mostrar adequada”, diz. Mercado A15

VINICIUS TORRES FREIRE Anúncio do BC é a primeira consequência econômica da crise dos grampões. A18



Diego Nigro/IC Imagem

» A REMO Morador usa canoa para se deslocar no Recife; as fortes chuvas em Pernambuco atingiram a capital do Estado, e um desabamento deixou duas pessoas mortas Cotidiano B6

Planalto aponta 'falha sistêmica' na diplomacia

Relatório da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência concluiu, mencionando existir uma “falha sistêmica” de seus formuladores, que a política externa do Brasil fracassou nos governos FHC, Lula e Dilma, informa Igor Gielow. A gestão Temer, diz o texto, tem uma “agenda pontual”. Mundo A12

Em um ano, país ganha 2,6 milhões de desempregados

O Brasil ganhou 2,6 milhões de desempregados no primeiro ano do governo Temer. Segundo o IBGE, 14 milhões de pessoas buscaram emprego de fevereiro a abril. No mesmo período do ano anterior, tinham sido 11,4 milhões. A taxa de desemprego subiu de 11,2% para 13,6% no período. Mercado A17

Governo prevê dívida fixa e fim de carência no Fies

Entre as mudanças previstas pelo governo para o financiamento estudantil está o fim do prazo de carência para que estudantes comecem a pagar a dívida, informam Ana Estela de Sousa Pinto e Paulo Saldaña. Elas devem ser anunciadas neste mês.

Hoje, as parcelas são cobradas um ano e meio após o fim do curso. O aluno saberá o total da dívida assim que aderir ao programa. Atualmente, ele é atualizado com o reajuste de mensalidades. As regras valerão só para novos contratos. Cotidiano B1

EDITORIAIS Opinião A2

Leia “Sem respostas”, sobre dívidas em torno da gravação de conversa de Temer, e “Benefícios para poucos”, acerca de política federal de subsídios.

ATMOSFERA Cotidiano B2

Chove pela manhã e à tarde em SP. Mínima 14°C. Máxima 22°C

CIRCULAÇÃO 300.374 (Impressos + digitais)

AUDIÊNCIA 30.317.563 visitantes únicos/mês

RODÍZIO Cotidiano B2

Não devem circular carros com placas cujo final seja: 7 ou 8

FALE COM A FOLHA

fale.folha.com.br

Veja como entrar em contato com o serviço de atendimento ao assinante, as editorias e a ombudsman



Ministro da Justiça sinaliza que trocará comando da PF

Em posse, Torquato Jardim afirma que Lava Jato ‘não depende de pessoas’

Ele negou que sua nomeação servirá para que o governo tenha mais controle sobre a PF e as investigações

DE BRASÍLIA

Em meio a notícias de que foi nomeado para blindar o governo Michel Temer da Lava Jato, o novo ministro da Justiça, Torquato Jardim, disse nesta quarta (31) que a operação independe de quem comanda a Polícia Federal e sinalizou que não deve manter o diretor-geral da corporação, Leandro Daiello, no cargo.

“Seja quem for na Operação Lava Jato, na Polícia Federal, no Ministério Público Federal, o programa continuará. Ele não depende de pessoas”, disse o ministro após sua cerimônia de posse.

De acordo com Jardim, a Lava Jato é “um programa de Estado, não de governo”, e, portanto, não depende da atuação de agentes específicos. Por isso, prosseguiu o ministro, ele vai “conhecer e conversar” com o chefe da PF antes de analisar possíveis mudanças, que podem ocorrer em “dois meses” ou mais.

Daiello, por sua vez, participou da cerimônia de posse do novo titular da Justiça, e, questionado pela **Folha** se sairia ou não do posto, afir-

mou: “Não sei. Essa pergunta não é para mim”.

A aliados do diretor-geral da PF diz que não quer passar a impressão à corporação de que está sendo conivente com o governo numa ação de frear a Lava Jato, que investiga Temer e oito de seus ministros. Auxiliares do presidente já começaram a dizer, nos bastidores, que Daiello está desde 2011 no cargo e já manifestou o desejo de sair.

Pelo menos nas duas últimas trocas na Justiça, pasta à qual a Polícia Federal está subordinada, Daiello comentou com pessoas próximas que talvez fosse o momento de deixar o posto, o que foi interpretado como uma espé-

cie de discurso “vacina”, visto que ele não se anteciparia à decisão dos novos ministros de tirá-lo do cargo.

Jardim, por sua vez, afirmou que uma eventual troca na direção da PF não significaria uma freio à Lava Jato e que o tempo de permanência de Daiello à frente da corporação não será considerado critério para substituí-lo.

Questionado se ele descartaria, então, mudanças, o ministro foi evasivo e disse que o mundo “não é maniqueísta ou personalista”.

Jardim deve viajar na sexta (2) com Daiello a Porto Alegre, para a posse do novo superintendente local da PF, e debaterá o tema. “São quatro

horas ida e volta. Dá para conversar”, disse Jardim.

Em seu discurso, o ministro da Justiça disse que “em nenhum momento” afirmou ter qualquer intenção de “blindar” a Lava Jato e negou as especulações de que sua nomeação servirá para que o governo tenha mais controle sobre a PF e as investigações.

TSE

Após a cerimônia, ainda sem ser perguntado, Jardim disse que reberteria questões que haviam aparecido na imprensa desde que seu nome foi anunciado para o ministério, principalmente no que diz respeito à influência que poderia ter sobre o TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

A corte, da qual Jardim fez parte na década 1990, julgará, a partir de 6 de junho a ação que pode cassar a chapa Dilma-Temer.

De acordo com o ministro, se ele tivesse tanto “prestígio” diante dos tribunais superiores, voltaria para a advocacia e não assumiria o Ministério da Justiça.

E seguiu: “Se fosse para fazer alguma coisa nas sombras, eu continuava na Transparência”, disse em referência ao ministério que ocupava antes de chegar à nova pasta.

(MARINA DIAS, GUSTAVO URIBE, CAMILA MATTOSO, BRUNO BOGHOSSIAN E DANIEL CARVALHO)

Minha experiência com segurança foi assalto, diz ministro

DE BRASÍLIA

O ministro da Justiça, Torquato Jardim, reconheceu que tem pouca familiaridade com o tema da segurança pública, que integra as responsabilidades de sua pasta. Ele disse que sua única experiência com o assunto foi já ter sido assaltado.

“A minha experiência

com segurança pública foi ter duas tias e eu próprio assaltados. Em Brasília e no Rio. Quanto aos mais, eu vou estudar. A pasta é muito grande, ninguém chega lá conhecendo tudo.”

Com o aumento de casos de violência, Temer modificou em fevereiro o nome da pasta para Ministério da Justiça e da Segurança Pública, na tentativa de demonstrar que o tema é prioritário. A segurança era uma das principais críticas feitas à gestão de Osmar Serraglio, antecessor do novo ministro.

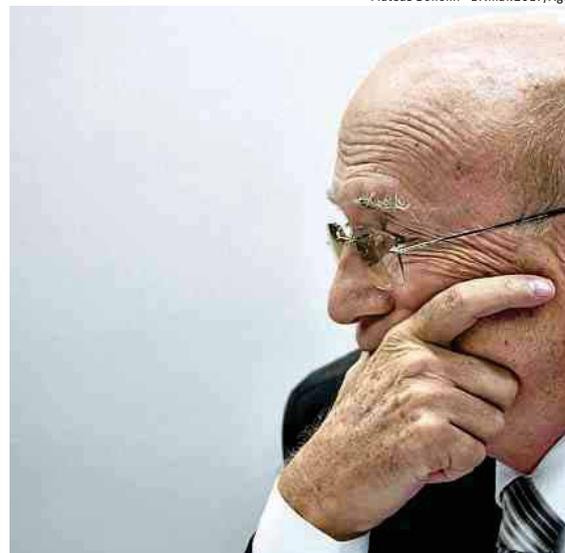
Ex-ministro cita ‘trôpegos estrategistas’ de presidente

DE BRASÍLIA

O deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), exonerado nesta quarta (31) do cargo de ministro da Justiça, escreveu uma carta de despedida na qual afirma que o presidente Michel Temer “sofreu pressões de trôpegos estrategistas”.

O agora ex-ministro não detalha a origem e o objetivo dessas pressões, agradece ao presidente e elogia seu substituto à frente do Ministério da Justiça, Torquato Jardim, citando-o como “ilustre jurista”.

“Não posso concluir esta quadra de minha história sem agradecer ao presidente Michel Temer, pela confiança que em mim depositou e porque sei das pressões que sofreu de trôpegos estrategistas”, afirmou Serraglio.



O deputado federal e ex-ministro da Justiça Osmar Serraglio

Mateus Bonomi - 17.mai.2017/Agif

Ele pretendia ler esta carta na cerimônia de transferência de cargo. No entanto, quando soube que ocorreria junto com a posse de Torquato como seu substituto, resolveu divulgar o comunicado.

Serraglio havia sido convidado por Temer a ocupar o Ministério da Transparência, numa troca com Torquato Jardim. No entanto, ele não aceitou.

O peemedebista, cuja gestão foi mal avaliada no Planalto, voltará para a Câmara, onde tem mandato. A consequência da decisão é que deixa de ser deputado Rodrigo Rocha Loures, que é suplente de Serraglio.

Ex-assessor da Presidência e próximo de Temer, Rocha Loures é investigado no Supremo Tribunal Federal no âmbito da delação da JBS.

GOVERNO ENCURRALADO

Fachin nega pedido e Temer terá que depor

Ministro do STF também liberou PF a perguntar sobre áudio entre presidente e Joesley Batista, que está sob perícia

Defesa queria que peemedebista não fosse questionado sobre conteúdo da gravação feita por dono da JBS

LETÍCIA CASADO
REYNALDO TUROLLO JR
DE BRASÍLIA

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), negou pedido do

presidente Michel Temer para suspender depoimento à Polícia Federal.

Além disso, Fachin liberou a PF para fazer perguntas sobre o áudio gravado com Temer, às escondidas, por Joesley Batista, dono da JBS, e disse que, se quiser, Temer não precisa respondê-las, podendo ficar em silêncio.

“Ainda que não haja nos autos laudo pericial oficial atestando a higidez da gravação apresentada, poderá o requerente —seria desnecessá-

rio qualquer pronunciamento judicial nesse sentido— recusar-se a responder eventuais indagações que digam respeito ao diálogo em comento, sem que isso possa ser interpretado como responsabilidade penal”, escreveu o ministro na decisão.

Nesta quarta-feira (31), a defesa de Temer pediu a suspensão de seu depoimento até a conclusão da perícia da Polícia Federal no áudio gravado por Joesley.

Para o caso de o pedido

não ser atendido, os advogados solicitaram que Fachin orientasse a PF a se abster de formular perguntas sobre o conteúdo da gravação.

O áudio a que a defesa do presidente se refere foi gravado por Joesley em encontro com Temer na noite de 7 de março no Palácio do Jaburu. A gravação foi utilizada pelo empresário para negociar acordo de delação premiada com a Procuradoria Geral da República.

Como ainda não passou

por perícia oficial, o áudio tem sido alvo de questionamentos da defesa de Temer, que chegou a contratar um perito que contestou seu valor como prova judicial.

O ministro Fachin autorizou na terça (30) a Polícia Federal a tomar depoimento de Temer por escrito.

A defesa trata a gravação como a principal prova que os investigadores têm contra Temer.

No diálogo, o presidente orienta Joesley a procurar o

ex-assessor da Presidência Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) para tratar de assuntos de interesse da JBS. Dias depois, Rocha Loures foi filmado recebendo da JBS uma mala com R\$ 500 mil em São Paulo.

Para a Procuradoria-Geral da República, por outro lado, grampos e outros elementos comprovam a ligação de Temer com Rocha Loures, o que torna a gravação secundária para a continuidade das investigações.

Senado aprova fim do foro para políticos

Texto enviado à Câmara torna mais difícil prisão

DE BRASÍLIA

O plenário do Senado aprovou nesta quarta (31), em segundo turno, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que põe fim ao foro privilegiado a políticos. O texto agora segue para apreciação da Câmara.

Embora a matéria estivesse pautada para votação há pelo menos três semanas, o assunto foi apreciado apenas nesta quarta, mesmo dia em que o STF começou a discutir a restrição do foro. A sessão do Supremo, no entanto, acabou sendo interrompida e será retomada nesta quinta (1º).

Nesta quarta, os senadores fizeram um acordo e retiraram do texto o trecho que autorizava a prisão em segunda instância de parlamentares. Foi mantida a redação atual da Constituição, que diz que “não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável”. As prisões de deputados, nesses casos, precisariam ser confirmadas por maioria da Câmara, e a dos senadores, pelo Senado, num prazo de 24h.

“É o caso do Delcídio [Almaral]”, disse Randolfe Ro-

drigues (Rede-AP), relator da proposta. Delcídio, ex-senador pelo PT de Mato Grosso do Sul, foi preso no fim de 2015 após ser flagrado tentando interromper as investigações da Lava Jato. A decisão tomada pelo STF foi confirmada por maioria do Senado.

A PEC votada nesta quarta no Senado extingue o foro especial para todas as autoridades em casos de crimes comuns, com exceção dos presidentes da República, da Câmara, do Senado e do STF, além do vice-presidente da República. Estes continuariam a ser julgados pelo STF.

Todos os demais —incluindo ministros, parlamentares, governadores e prefeitos— poderiam ser processados na Justiça de primeira instância.

Pela lei atual, ministros, senadores e deputados federais só podem ser julgados pelo STF. Governadores e deputados estaduais só podem ser processados pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).

O STF deve retomar o julgamento do foro nesta quinta com o voto de Edson Fachin. Se a maioria seguir o voto do relator Luís Roberto Barroso, políticos terão foro privilegiado somente se o crime de que são acusados tiver sido cometido no exercício do mandato e tiver relação com ele.

O procurador-geral, Rodrigo Janot, manifestou-se a favor da restrição do alcance do foro. “Precedentes do STF apontam que a prerrogativa de foro visa garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não proteger a quem o exerce.” (TALITA FERNANDES, LETÍCIA CASADO E REYNALDO TUROLLO JR.)

GOVERNO ENCURREALADO

Após controvérsia, Temer registra até reunião de 2 minutos

Criticada por omitir encontro com Joesley, Presidência detalha ao máximo agenda oficial desde início da crise

Programação diária do presidente aponta agora encontros em horários 'quebrados', como 14h18 e 15h52

FELIPE BÄCHTOLD
DE SÃO PAULO
GUSTAVO URIBE
DE BRASÍLIA

Em apenas uma hora, reuniões de dois minutos com o presidente da Câmara, de cinco minutos com o ministro da Educação e outros três encontros com ministros e um senador.

Depois da polêmica envolvendo a visita do empresário Joesley Batista ao Palácio do Jaburu, a agenda diária do presidente Michel Temer vem sendo divulgada nos mínimos detalhes.

Nas últimas duas semanas, desde o início da crise que ameaça seu mandato, a lista de compromissos diários de Temer veio a público com uma série de encontros em horários "quebrados", como 12h18 e 15h52, e passou a ser divulgada de modo mais extenso. A Presidência, porém, afirma que nada mudou.

No último dia 19, dois dias depois da revelação da delação da JBS, Temer encontrou Henrique Meirelles (Fazenda) às 11h25, Rodrigo Maia (DEM-RJ) às 11h48, Mendonça Filho (Educação) às 11h50 e o general Sérgio Etchegoyen às 11h55. Às 12h18 ainda achou um espaço para receber por sete minutos o senador Romero Jucá (PMDB-RR), presença constante em seu dia a dia.

Compromissos à noite passaram a entrar na lista divulgada no site do Planalto, como uma reunião com às 21h40 com Jucá — a Presidência diz que a programação naquele dia atrasou por causa dos protestos em Brasília.

Um dos pontos mais controvertidos da delação da JBS foi o fato de o encontro com Joesley Batista ter acontecido no fim da noite, sem que estivesse na agenda oficial.

Temer se justificou, primeiro afirmando que tem o hábito de fazer reuniões até hora avançada e que não havia "nada de mais nisso". Depois disse que "rigorosamente" a conversa com Joesley deveria ter constado na agenda.

Logo depois, porém, compareceu a jantar na casa de Rodrigo Maia, também não

informado, mas, posteriormente, incluído na agenda.

Desde que a delação da JBS foi revelada, o peemedebista teve, em média, oito compromissos oficiais a cada dia útil, conforme o site do Planalto. Nas semanas anteriores, a média diária era de cinco.

Questionada, a assessoria do Planalto diz que as agendas do presidente são atualizadas ao longo do dia, "conforme surjam audiências", pedidas por ministros, ou com eventuais mudanças de horário, que também são informadas no site da Presidência.

A obrigatoriedade de dar publicidade a compromissos e encontros é prevista para ministros, mas não para o presidente, que não é incluído no Código de Conduta Ética da Alta Administração Federal nem na legislação federal sobre conflito de interesses.

A Constituição prevê o princípio da publicidade, mas não aborda as agendas presidenciais. A especialista em transparência pública Jorara Marchezini, da ONG Artigo 19, entende que não deveria haver agendas secretas. "A agenda do presidente é pública, então, não vejo motivo para não ser divulgada."

AGENDA MOVIMENTADA

Desde o início da crise, aumentam compromissos de Temer

Alan Santos - 22.mai.2017/Presidência



Michel Temer em reunião com Maia e deputados



O presidente foi criticado por não incluir em sua agenda pública o encontro com o empresário Joesley Batista, ocorrido na noite de 7 de março, que originou a maior crise de seu governo

19.mai.2017

11h25	Henrique Meirelles, ministro da Fazenda Local: Palácio do Planalto Adicionar ao meu calendário
11h48	Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ), Presidente da Câmara dos Deputados Local: Palácio do Planalto Adicionar ao meu calendário
11h50	Mendonça Filho, ministro da Educação Local: Palácio do Planalto Adicionar ao meu calendário
11h55	General do Exército Sérgio Etchegoyen, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional Local: Palácio do Planalto

24.mai.2017

21h15	Deputado Marcos Montes (PSD/MG) e Antônio Imbassahy, Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República Local: Palácio do Planalto Adicionar ao meu calendário
21h40	Senador Romero Jucá (PMDB/RR) Local: Palácio do Planalto

TIPO EXPORTAÇÃO

América e África foram palco de corrupção brasileira, dinheiro do BNDES, marqueteiros e palestras de Lula desde 2001; delação da Odebrecht deve ser liberada hoje

FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

O acordo de delação fechado pela empreiteira Odebrecht indica atos de corrupção da empresa em pelo menos 12 países da América Latina e África entre 2001 e 2016, mas nesse período a presença brasileira também foi marcante em outros campos.

A partir desta quinta (1º), a Procuradoria-Geral da República deve começar a liberar para autoridades de outros países trechos da delação que lhes digam respeito. As informações permanecerão sob sigilo, no entanto.

A maioria desses países também recebeu financiamentos do BNDES para obras de infraestrutura tocadas por empresas brasileiras.

Entre 2005 e 2014, só os projetos da Odebrecht nessas regiões tiveram aportes de

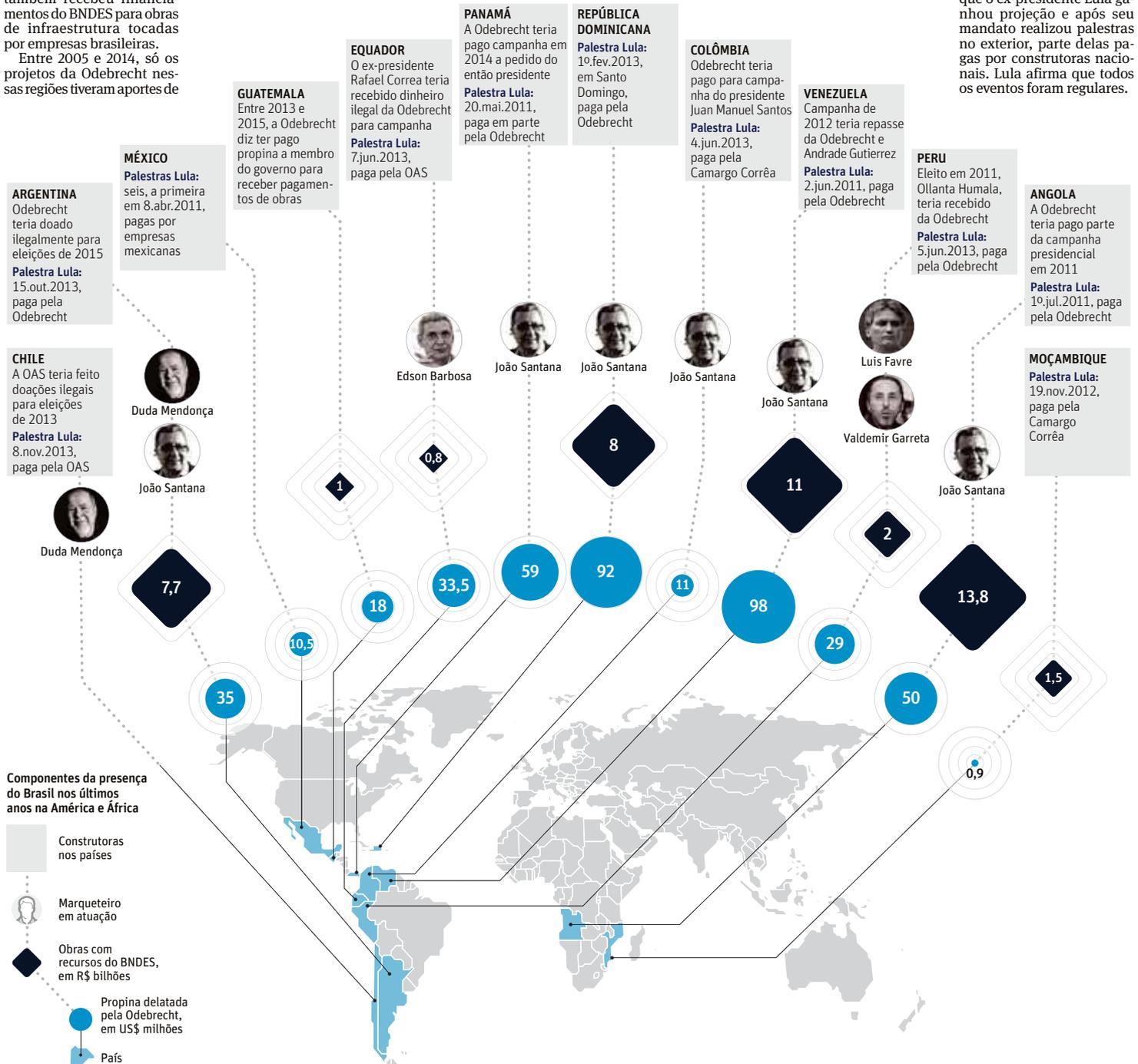
mais de R\$ 36 bilhões.

Nos últimos anos, a atuação brasileira também foi relevante no marketing político.

Três marqueteiros são investigados fora do Brasil por supostos crimes ligados a construtoras: João Santana, Duda Mendonça e Valdemir Garreta. O primeiro fechou delação e os dois últimos negam ter cometido delitos.

Um dos principais pontos sob apuração nessas regiões são supostos repasses ilegais para campanhas políticas feitos por empreiteiras brasileiras. Os políticos estrangeiros dizem não ter envolvimento com os crimes.

Foi nesse período também que o ex-presidente Lula ganhou projeção e após seu mandato realizou palestras no exterior, parte delas pagas por construtoras nacionais. Lula afirma que todos os eventos foram regulares.



GOVERNO ENCURRALADO

Empresa dos irmãos Batista teve 'desconto' em acordo de leniência

Multa aplicada pelo Ministério Público à J&F foi de R\$ 10,3 bilhões, a serem pagos em 25 anos

Correção será feita pelo IPCA, índice mais vantajoso do que a taxa Selic; empresa rejeita vender ativos para pagar

RAQUEL LANDIM
JOANA CUNHA
DE SÃO PAULO

Ao aceitar um prazo longo e juros baixos para o pagamento da multa imposta à J&F, holding que congrega os negócios dos irmãos Joesley e Wesley Batista, o Ministério Público Federal concedeu, na prática, um “desconto”.

Na terça (30), o MPF-DF fechou o acordo de leniência do grupo com a aplicação de uma multa de R\$ 10,3 bilhões, o equivalente a 5,36% do faturamento livre de impostos.

O valor foi comemorado pelos procuradores como o mais alto no mundo. Em troca, as empresas do grupo, como JBS e Eldorado, se livram de vários crimes investigados pela Polícia Federal. Já a J&F conseguiu 25 anos para pagar e a dívida terá só correção monetária pelo IPCA. No acumulado de 12 meses até abril, o IPCA está em 4,08%.

O juro é baixo comparado à taxa de retorno gerada pela JBS, o maior negócio dos Batista, que chega a 12,34% ao ano, conforme a agência Bloomberg.

Segundo o professor de finanças Marcos Piellusch, para pagar a multa ao longo dos próximos 25 anos, bastaria

que os Batista aplicassem hoje R\$ 5,3 bilhões em seu próprio negócio —ou seja, metade do valor devido. O cálculo considerou IPCA entre 4,36% e 4,5% ao ano.

A evolução das negociações aponta que os procuradores não abriram mão de valor alto para a multa, mas suavizaram a condição de pagamento. A proposta anterior do MPF era multa de R\$ 10,99 bilhões com 13 anos para pagar e correção pela Selic, hoje em 10,25%, mas deve fechar o ano perto de 8,5%, segundo o boletim Focus.

Supondo a Selic estável nos próximos anos, os Batista teriam que aplicar significativamente mais dinheiro em seu negócio para pagar a multa: R\$ 8,4 bilhões.

“A troca da Selic pelo IPCA dá uma vantagem financeira, porque uma taxa é quase metade da outra”, diz Gilberto Braga, professor do IBMEC.

Outro caso da Lava Jato, a Odebrecht vai pagar valor absoluto menor —R\$ 3,28 bilhões— mas a correção será pela Selic. O prazo é 23 anos.

“No acordo da Odebrecht usaram a Selic, que, ainda que seja uma taxa básica, pelo menos é o custo de oportunidade de risco baixo. Na J&F, o IPCA, nem isso, é só correção monetária”, diz Cesar Caselani, professor da FGV.

A multa da J&F foi calculada pelo MPF com base na legislação, que determina até 20% da receita líquida da empresa. Como os crimes eram



Fábrica do grupo J&F em Lapa, no Paraná; empresa teve desconto em acordo com MPF

graves, os procuradores partiram deste teto, mas a J&F teve desconto pela disposição em colaborar com a Justiça.

Também foi levado em conta o percentual médio de outros acordos de delação (Odebrecht, Braskem, Camargo Correa e Andrade Gutierrez).

Segundo uma pessoa envolvida na negociação, o prazo e os juros foram determinados observando a capacidade de pagamento do grupo. Uma preocupação é man-

ter as empresas funcionando.

VENDA DE ATIVOS

Nos últimos três anos, a J&F não recebeu dividendos suficientes das empresas para pagar as parcelas da multa, que podem variar de R\$ 400 milhões a R\$ 850 milhões. Os dividendos somaram R\$ 92 milhões em 2014, R\$ 213 milhões em 2015 e R\$ 109 milhões no ano passado.

A holding tem três alternativas para obter os recursos:

e elevar a retirada de dividendos, vender ativos ou receber aporte dos sócios. A empresa nega que venderá ativos, mas tem operações valiosas como a São Paulo Alpargatas, dona das Havaianas.

Procurado, o MPF-DF não se manifestou. A J&F disse que o pagamento da multa será feito de modo a “garantir que os negócios do grupo prossigam em ritmo normal”.

Colaborou DANIELLE BRANT, de São Paulo

GOVERNO ENCURRELADO

Comissão aprova texto que prevê diretas

Aval foi dado pela CCJ do Senado, mas para regra ter validade, é preciso a aprovação do plenário das duas Casas

Com a PEC, voto popular escolheria presidente no caso de o cargo ficar vago nos três primeiros anos do mandato

TALITA FERNANDES
DE BRASÍLIA

A proposta que prevê a realização de eleições diretas em caso de vacância da presidência da República nos três primeiros anos de mandato foi aprovada por unanimidade nesta quarta (31) na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado.

Apesar do avanço do projeto, uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), na comissão, ainda é necessária sua aprovação em dois turnos no plenário da Casa e na Câmara. Não há previsão sobre quando será a nova votação pelos senadores.

De acordo com a proposta, no caso de os cargos de presidente e vice-presidente da República ficarem vagos nos três primeiros anos de mandato, os novos ocupantes passam a ser escolhidos por votação popular.

Pela regra atual, eleições diretas ocorrem apenas quando a vacância se der na primeira metade do mandato. Para os dois anos finais passa a ser realizada eleição indireta, no Congresso.

Há uma outra PEC sobre o mesmo assunto em tramitação na Câmara. A oposição não conseguiu ainda iniciar a discussão da proposta, de autoria do deputado Miro Teixeira (Rede-RJ), que está na

CCJ da Casa.

Reportagem da **Folha de domingo** (28) mostrou que a maioria do Congresso é contra mudar a Constituição para convocar eleições diretas caso o presidente Michel Temer, que enfrenta crise política desde a delação da JBS, deixe o poder. Nessa eventualidade, deputados e senadores querem manter a exclusividade de escolher quem comandará o país até dezembro de 2018.

Durante a discussão da matéria na CCJ do Senado, nesta quarta-feira, houve divergência entre os senadores sobre a partir de quando as regras da PEC votada poderiam ser aplicadas.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ), relator do texto na CCJ, apresentou uma especificação para que as regras passem a valer imediatamente no caso de saída do presidente Temer, por exemplo.

No entanto, o petista recuou depois de o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) defender o texto original, sem essa modificação.

Segundo o tucano, o artigo 16 da Constituição Federal diz que as mudanças em regras eleitorais têm validade imediata após sua aprovação, mas só podem ser aplicadas em pleitos que sejam realizados um ano após a mudança.

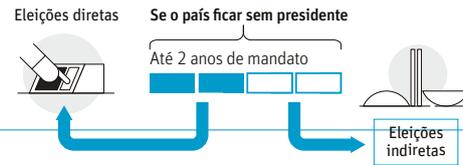
O texto aprovado não tem nenhuma especificação sobre quando as novas regras podem ser aplicadas. Portanto, será necessária uma interpretação do artigo constitucional.

Mesmo sem garantias de que a regra valerá numa even-

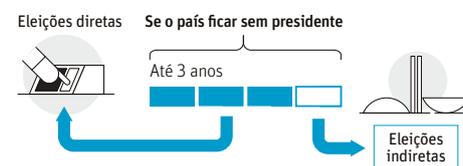
DUAS DIRETAS

Câmara e Senado apresentaram PECs por eleições diretas caso a presidência fique vaga

> COMO É HOJE



> PROPOSTA DO SENADO Por José Reguffe, sem partido-DF



Estágio: Aprovada na CCJ do Senado

> PROPOSTA DA CÂMARA Por Miro Teixeira, Rede-RJ



Estágio: Está na CCJ da Câmara, mas ainda não foi discutida

SE APROVADAS, VALERÃO SE TEMER DEIXAR O GOVERNO?

Os textos das PECs não especificam isso. Segundo a Constituição, mudanças em regras eleitorais têm validade imediata. No entanto, só podem ser aplicadas em pleitos que sejam realizados um ano após a mudança na lei



COMO TRAMITAM AS PROPOSTAS

Para ser promulgada, uma PEC tem que passar

- 1 Pela fase de comissões, na Câmara e no Senado
- 2 Nos plenários das duas Casas, em dois turnos de votação, com o apoio de pelo menos 60% dos deputados e senadores
- 3 Se senadores alterarem o texto da Câmara, ou deputados alterarem o texto do Senado, o trecho alterado volta para a casa de origem para nova votação.
- 4 Depois dessa tramitação, o texto vai à promulgação do presidente da República. **O presidente não pode vetar a PEC**

tual saída de Temer, o PT, que faz oposição ao governo e defende eleições diretas se Temer sair, comemorou o resultado da CCJ.

“Eu estou convencido de que o movimento na sociedade vai crescer. Há um impasse sobre eleição indireta. Tem deputados defendendo que seja uma eleição unicameral, e os senadores não aceitam. Ou seja, tem polêmica. Enquanto isso, a gente vai tramitando essa PEC aqui”, disse Lindbergh.

NO STF

Petistas entendem que a validade já seria questionada no STF (Supremo Tribunal Federal) e que, portanto, o avanço da matéria dá continuidade ao pleito por eleições diretas.

“Na minha avaliação, há uma larga jurisprudência do STF que não se aplica o [artigo] 16, que fala da anuidade eleitoral. Porque nós não mexemos no processo eleitoral. Foi em virtude disso que eu recuei, porque para nós era muito mais importante uma decisão consensual da CCJ. Dá peso para essa matéria ser aprovada no plenário do Senado”, afirmou Lindbergh.

Já senadores da base deixaram a sessão alegando que não há com o que se preocupar. “O cargo não está vago e essas regras não valerão agora”, disse Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado.

“A PEC das Diretas, se for para o futuro, como tem que ser, eu defendo. Uma mudança para agora é inconstitucional”, ressaltou.

Justiça Federal livra Alstom do crime de lavagem de dinheiro

Tribunal decide que não cabe acusação porque os recursos suspeitos saíram do caixa da multinacional

No processo, empresa é acusada de ter pago R\$ 24,7 milhões em suborno para tucanos e funcionários públicos

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

Uso de bancos suíços, contas no Uruguai, empresas offshores baseadas em paraísos fiscais e pagamento a consultores que não prestaram serviço algum.

Esse roteiro pode sugerir lavagem de dinheiro, mas a Justiça federal decidiu excluir essa acusação a um ex-presidente da Alstom porque o dinheiro saiu do caixa da multinacional francesa. Se o recurso usado teve origem lícita não há lavagem, de acordo com a decisão.

Os réus do caso continuam a responder pelo crime de corrupção. Mas, como a pena de corrupção é menor do que a de lavagem, há possibilidade de o caso prescrever.

A decisão sobre lavagem de dinheiro foi tomada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, nesta terça (30), no julgamento de um recurso em ação penal na qual a Alstom é acusada de ter pago propina a políti-

cos do PSDB e funcionários públicos para conquistar um contrato de fornecimento de subestações de energia elétrica para o Metrô.

O caso remonta a 1990, quando a Eletropaulo assinou um aditivo de R\$ 181,3 milhões, em valores atualizados, para a compra das subestações de energia.

A Alstom é acusada de ter pago R\$ 24,7 milhões em propina por meio de oito empresas offshore para evitar uma nova concorrência e reativar um contrato de 1983, que já não tinha validade.

Na maioria dos contratos de consultoria, as empresas não conseguiram comprovar por que receberam os recursos da Alstom.

Um dos acusados de ter recebido propina, Robson Marinho, foi chefe da Casa Civil no governo de Mário Covas e é um dos fundadores do PSDB.

Marinho, que foi afastado do Tribunal de Contas do Estado por causa das suspeitas, responde a um processo similar no STJ (Superior Tribunal de Justiça) porque goza de foro privilegiado por ser conselheiro do tribunal. Documentos suíços mostram que ele recebeu US\$ 3,059 milhões, o que ele nega.

O Tribunal Regional Fede-

ral decidiu que, por mais caminhos tortuosos que o dinheiro percorra, não há crime de lavagem se o montante teve origem lícita e saiu do caixa da Alstom francesa.

“Sempre que há offshores os procuradores incluem o crime de lavagem no meio, mas isso não é automático porque offshore não é necessariamente ilegal”, afirma o advogado Alberto Toron, que defende o ex-presidente da Alstom Jonio Foigel.

A decisão do TRF foi tomada no caso de Foigel, mas deverá ser estendida para outros dez réus porque são casos similares.

Só um dos réus tem um caso de lavagem muito diferente, porque usou familiares para tentar ocultar os recursos.

A suspeita de corrupção da Alstom no caso do governo paulista foi revelada em 2008 pelo jornal “Wall Street Journal”. A acusação do Ministério Público Federal, no entanto, só foi apresentada quase seis anos depois, em 2014.

OUTRO LADO

A Alstom diz em nota enviada à **Folha** “que colabora com as autoridades sempre que solicitada, porém informa que ainda não foi notificada desta decisão e por essa razão não pode comentar.”

Documento do Planalto aponta fracasso e crítica política externa

Elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, relatório critica atuação de diplomatas

Para autores, erros ocorrem sob PSDB e PT por 'falha sistêmica', e gestão Michel Temer tem 'agenda pontual'

IGOR GIELOW
DE SÃO PAULO

O Brasil carece de uma "grande estratégia", a política externa fracassou nos governos FHC, Lula, Dilma e é apenas "agenda pontual" no de Michel Temer.

Isso ocorre porque há uma "falha sistêmica" de formuladores, e a queixa dos diplomatas de que a área não é prioritária ou não tem recursos serve para "resguardar seu papel" —eles afinal "trabalham para que a política externa permaneça fora dos debates políticos mais amplos".

As duras críticas acima fazem parte do texto "Brasil, um país em busca de uma grande estratégia", da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência, e será lançado nesta quinta (1).

Em 20 páginas, fora introdução, às quais a **Folha** teve acesso, são alinhavados pontos de discussão, números e exemplos factuais.

Os autores, o secretário Hussein Kalout e seu adjunto, Marcos Degaut, são apontados como responsáveis pela avaliação na introdução feita pelo secretário-geral da Presidência, Moreira Franco.

Isso ajuda a circunscrever o efeito da previsível reação ao relatório, mas trata-se de documento público e chancelado pela Presidência. A variável sobre seu impacto reside no fato de que ele emerge em meio à crise política que engolfa o governo Temer.

Os autores não poupam seu chefe. "O governo Temer decidiu concentrar esforços numa espécie de diplomacia presidencial voltada para consolidar a legitimidade da nova administração e tranquilizar investidores."

Enquanto isso é válido, ar-

gumentam, "também será inegável que se trata de agenda pontual e conjuntural, que ainda não integra um projeto coerente". Temer já teve dois chanceleres desde 2016.

"O Brasil não foi bem-sucedido em nenhum dos quatro eixos principais de sua política exterior —a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a integração sul-americana, a política comercial extrarregional e a atuação no âmbito dos Brics."

Na questão da reforma do Conselho de Segurança, o relatório relata os sucessivos fracassos, desde os anos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-2002), em atingir o objetivo. A expansão de representações, pedra de toque de Luiz Inácio Lula da Silva (PT, 2003-2010), é vista como infrutífera. A integração regional, ineficiente.

A falha dos governos petistas em criticar violações dos direitos humanos, seja na Venezuela chavista ou no conflito entre Rússia e Ucrânia,

passando por outras omissões notáveis (ação saudita no Iêmen, guerra civil síria), é apontada com destaque.

O governo Dilma Rousseff (PT, 2011-2016) é particularmente admoestado pela falta de interesse da mandataria na área externa, mas os autores rejeitam colocar toda culpa nela pela decadência da imagem externa.

Mais que isso ou falta de dinheiro, a ausência de planejamento e "o baixo perfil da atuação diplomática" trazem "uma falha sistêmica, na medida em que todas as instituições governamentais, o setor privado e a sociedade civil revelaram-se incapazes de formular e executar uma grande estratégia".

Sem citar a palavra Itamaraty, o relatório afirma que os atores principais da política externa "terminam adotando posições defensivas com o propósito de resguardar seu papel proeminente".

Emulando o que dizem muitos diplomatas reserva-

damente, o texto diz que a classe busca ficar fora do radar do debate político e do interesse do público.

Questões comerciais são esmiuçadas, e a obrigatoriedade de negociar acordos comerciais em bloco com o Mercosul é vista como "amarra". O desempenho do Mercosul no setor, com três acordos irrisórios (Egito, Palestina e Israel), é comparado ao do Chile (20 acertos, inclusive com China, Europa e EUA).

Sobre Brics, bloco "que não disse a que veio", ao fim o Brasil hoje é "dependente da China" com uma pauta comercial pouco diversificada. Por ser "histórico defensor do multilateralismo", diz o texto, o país "parece ignorar transformações em curso no comércio" e tem perdido oportunidade de negócios —alusão à Ásia e ao Pacífico.

Como todo relatório de conjuntura, não há receituário de soluções. O texto é o primeiro de 12 do tipo, caso a série tenha continuidade.

TRECHOS DO TEXTO

“ [Diplomatas] Terminam adotando posições defensivas com o propósito de resguardar seu papel

Ausência de paradigmas e planejamento estratégico, os seguidos insucessos externos e o baixo perfil da atuação diplomática não são fenômenos que se possam atribuir unicamente ao desinteresse e à falta de diretrizes presidenciais, ou à escassez de recursos

O Brasil também apresentou um padrão de incoerência e seletividade nos posicionamentos sobre conflitos no Oriente Médio



Annie Saunders, do projeto Holoscenes, simula afogamento em tanque na Times Square, Nova York, para chamar atenção para o aquecimento global no Festival Mundial da Ciência

Em 12 meses de Temer, país ganha 2,6 milhões de desempregados

Taxa de desemprego alcançou 13,6% em abril, ante 11,2% um ano antes, de acordo com IBGE

Melhora do emprego vem sendo celebrada pelo governo, mas dados do IBGE não dão sinais de otimismo

NICOLA PAMPLONA
DO RIO

O país ganhou cerca de 2,6 milhões de desempregados no primeiro ano de governo Michel Temer. É um crescimento de 23,1% com relação ao contingente observado no trimestre imediatamente anterior à sua posse como presidente interino.

Segundo o IBGE, 14 milhões de pessoas procuraram emprego entre fevereiro e abril. No mesmo período do ano anterior, eram 11,4 milhões.

A taxa de desemprego subiu de 11,2% para 13,6% no período. Foi o pior resultado para o período de fevereiro a abril desde 2012, quando o IBGE iniciou o levantamento.

Temer assumiu no dia 12 de maio de 2016, ainda de forma interina, após afastamento de Dilma Rousseff para julgamento do processo de impeachment no Senado.

Os problemas do mercado de trabalho, é preciso lembrar, começaram ainda no início da segunda gestão da petista, já que no fim de 2014 a taxa estava em 6,5%.

Em seu discurso em maio, Temer colocou a geração de empregos como um dos focos de sua gestão. A posse definitiva ocorreu em agosto.

DESOCUPAÇÃO NO BRASIL Taxa de desemprego, em %



A melhora do emprego com carteira assinada em abril (com saldo positivo de 60 mil vagas) vem sendo celebrada pelo governo Temer, mas a pesquisa do IBGE, que é muito mais ampla (inclui vagas sem carteira assinada), mostra que essa recuperação ainda não veio.

Mais preocupante é que indicadores que poderiam in-

dicar que as empresas estão dispostas a contratar (aumento do número de horas extras, por exemplo) continuam bastante enfraquecidos.

No trimestre encerrado em abril, o número de trabalhadores com carteira assinada, por exemplo, foi o mais baixo desde o início da pesquisa: 33,3 milhões, 1,2 milhão mais que um ano antes.

As vagas formais têm maior qualidade por garantir às famílias benefícios como planos de saúde, disse Cimara Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Por isso, diz ele, a perda de vagas com carteira tem grande impacto na taxa de desemprego, já que obriga outros membros da família a buscar

emprego também. “Cada pessoa que perde o trabalho com carteira joga duas ou três na desocupação”, afirmou.

No primeiro ano de Temer, houve aumento só no número de trabalhadores privados sem carteira (3,1%, ou 306 mil pessoas) e de empregadores (10,6%, ou 385 mil pessoas) —insuficiente, porém, para conter a queda do número de carteiras assinadas.

Entre os setores da economia, três apresentaram queda significativa no número de empregos: agricultura (-7,7%), construção (-8,7%) e administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde e serviços sociais (-2,4%).

Apenas os setores de alojamentos e alimentação (12,1%)

e outros serviços (4,2%) tiveram melhora na era Temer.

O coordenador do IBGE ressaltou, porém, que há sinais de desaceleração do desemprego. No trimestre encerrado em abril de 2016, o aumento do número de desempregados com relação ao ano anterior foi de 42%. Neste, foi de 23,1%.

“Podem ser sinais de que a procura por emprego está reduzindo”, disse Azeredo, que preferiu ter cautela ao falar sobre possível recuperação, alegando que o atual cenário político e econômico pode ter ainda impacto no mercado.

O rendimento médio trabalhador, de R\$ 2.107, ficou estável ante o mesmo período do ano passado.

“Cada pessoa que perde o trabalho com carteira joga duas ou três na desocupação”

CIMARA AZEREDO
coordenador do IBGE

Zanone Fraissat/Folhapress

LEANDRO MACHADO
DE SÃO PAULO

Dois grupos travam um embate silencioso na cracolândia, no centro de São Paulo. Nessa batalha, um dos lados tenta transpor uma parede que não é física e enfrenta uma desconfiança diária.

Cada usuário de crack é uma barreira, e esse é um dos principais desafios dos agentes sociais e de saúde que tentam convencer os dependentes químicos do local a participar de algum tratamento.

A solução da Prefeitura de São Paulo e do governo do Estado para sanar a crise dependente principalmente desses agentes — a maioria deles ganha em torno de R\$ 1.400.

Essa tropa do convencimento é a única que entra na praça Princesa Isabel, no centro paulistano, que virou o novo ponto da cracolândia após a dispersão dos dependentes da antiga área.

O êxodo ocorreu a partir do dia 21, após uma operação policial comandada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) e seguida de intervenções da gestão tucana de João Doria.

A prefeitura reconhece a dificuldade. Na sexta (26), por exemplo, os agentes fizeram 156 abordagens. Apenas cinco pessoas se dispuseram a se internar — três deles desistiram na última hora.

Às pressas, a gestão Doria pediu à Justiça autorização para buscar e apreender à força viciados na cracolândia. O Tribunal de Justiça negou. A Promotoria comparou a iniciativa da prefeitura a uma tentativa de “caçada humana”.

Nesta semana, a reportagem conversou com agentes ligados ao município ou ao Estado que atuam na região. Os nomes citados são fictícios, porque eles são proibidos de dar entrevistas.

A tropa se divide em três grupos: 1) assistentes sociais ligados à prefeitura, que vestem colete azul e verde; 2) agentes municipais de saúde, de azul; 3) conselheiros de saúde, de jaleco branco —esses fazem parte do programa Recomeço, da gestão Alckmin.

A maioria é empregada de ONGs ou organizações sociais de saúde que mantêm contratos com o poder público. As abordagens começam por volta das 8h. Na turma da prefeitura, são oito grupos de seis pessoas cada —nas tendas de atendimento, há psicólogos.

“Aprendi que cada um deles tem seu tempo. Não é o que você quer, mas o que ele quer, pressionar atrapalha”, diz Rosana, 40. Ela conta que há seis anos convenceu um



Assistentes sociais da prefeitura que atuam com dependentes químicos na cracolândia, concentrada agora na praça Princesa Isabel, no centro de SP

DEPENDÊNCIA

Prefeitura e Estado dependem de agentes sociais e de saúde para levar usuário de crack a internação; em um dia, só 5 de 156 aceitaram (e 3 ainda desistiram)

“Você tem de criar um vínculo, dar bom dia, apertar a mão. Eles gostam de apertar a mão”, afirma Joana, 50, conselheira do Recomeço.

“Mas quebrar a barreira e convencer o cara é difícil, leva tempo, você fica frustrado porque às vezes ele é uma pessoa de manhã e outra à noite. O crack muda o humor.”

Para os agentes, a maioria das internações ocorre não pelo convencimento, mas porque o usuário procura o serviço. “Acontece também de ele querer tratamento agora, porque está passando mal, com fome e frio. Quando chega na hora, bate a abstinência e ele desiste”, diz Joana.

Segundo a prefeitura, 92 pessoas foram internadas voluntariamente desde o início da operação — o “fluxo” da praça Princesa Isabel já reuniu cerca de 900 usuários.

Nesta terça, um usuário de 43 anos entrou em uma das tendas. Descalço e coberto com um capuz, disse que queria se internar. “Desde quando você usa drogas?”, perguntou uma agente, seguindo um roteiro. “Desde os 12”, ele respondeu. “Quais drogas?”, ela insistiu. “Todas”, ele disse.

“Você ouviu vozes?”. “Só quando estou drogado”. Ele ficou incomodado com as questões. “Por que a burocracia?”. Levantou e foi embora. Agentes de saúde foram atrás.

TIPOS DE INTERNAÇÃO

Usuários de droga podem ser levados para tratamento de três formas



Voluntária

É feita quando o dependente químico opta pelo tratamento e vai em busca de ajuda



Involuntária

É feita a pedido de terceiros, geralmente familiares. É preciso um laudo médico, e o Ministério Público tem que ser avisado

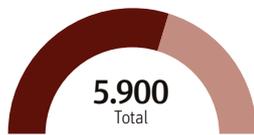


Compulsória

É pedida por um médico, atestando que o dependente não tem domínio sobre sua condição psicológica e física, e determinada pela Justiça

Usuários abordados por equipes de assistência social desde o dia da ação policial (21)

3.532 foram encaminhados para equipamentos assistenciais



2.368 recusaram atendimento

92 foram internados voluntariamente por profissionais da Secretaria Municipal da Saúde

Fonte: Prefeitura de São Paulo

rapaz a se internar. Nesta semana, encontrou o jovem novamente, usando crack.

Os agentes não usam celular dentro do “fluxo” —onde se concentra o consumo de crack. Entre os usuários, há desconfiança de estarem sendo gravados ou fotografados. Repórteres já foram roubados e agredidos próximos à praça.

“Na cracolândia se desconfia de tudo porque o usuário se sente oprimido por todos os lados: pela polícia, pelo traficante, pela mídia que mostra a cara dele, às vezes pela própria família que cobra reabilitação”, afirma Roberto, 30, agente de saúde que já foi viciado em crack.

“A maioria sabe que a vida ali é ruim. Mas é um mundo a parte e, por incrível que pareça, eles se sentem acolhidos por eles mesmos. Você precisa convencer que o prazer da droga pode ser trocado por outra coisa”, diz Roberto.

Morador resiste, e estrutura na nova cracolândia é adiada

DE SÃO PAULO

A gestão João Doria (PSDB) suspendeu, na manhã desta quarta (31), a instalação de um ponto para atender e acolher usuários de drogas da nova cracolândia, na praça Princesa Isabel, no centro de SP.

Uma série de contêineres com estrutura para chuveiros, banheiros, refeitórios e

dormitórios seriam montados em um terreno que pertence à Cohab, na rua General Rondon, a uma quadra da praça —principal reduto dos dependentes após a operação para esvaziar a antiga cracolândia.

O espaço é murado e a ideia da prefeitura seria derrubar o muro para garantir a circulação e um melhor atendimento aos viciados. Ho-

mens da Guarda Civil Metropolitana chegaram a isolar a área para um trator derrubar o muro do terreno, mas a ação foi cancelada após tumulto.

Os moradores e comerciantes da rua disseram que não foram avisados e ficaram revoltados com a iniciativa. A prefeitura decidiu cancelar a instalação da estrutura, mas não informou o que irá fazer.

“Essa estrutura será permanente e nada será feito para garantir a nossa segurança aqui”, afirmou a aposentada Marlene de Oliveira, 57, que mora há 23 anos no local.

Um abaixo-assinado de moradores e comerciantes que será encaminhado à prefeitura pede a retirada da nova cracolândia da praça Princesa Isabel. (DIEGO MAIA)

Zanone Fraissat/Folhapress



Área onde prefeitura planeja tenda para usuário de droga

Conheça casos de sucesso de ações antidrogas no mundo

Metrópoles nos EUA e Canadá adotaram modelos que aliam salas privadas para uso, tribunais e abrigos ao tratamento de saúde

Nova York



MARCOS AUGUSTO GONÇALVES
DE NOVA YORK

Foi em meados da década de 1980 que o crack se tornou uma epidemia em Nova York. Pouco conhecida, poderosa e bem mais barata do que a cocaína, a droga se espalhou. Em vizinhanças no Harlem, no sul de Manhattan e no Brooklyn traficava-se ao ar livre e consumia-se nas ruas, em automóveis e em prédios abandonados, conhecidos como “casas do crack”. Na esteira da recessão do início da década, a cidade enfrentava uma grave crise financeira, que entre outras

consequências reduziu o contingente policial.

Enquanto no plano federal a administração Ronald Reagan aprovava, em 1986, uma lei que agravava as penas para portadores e usuários, na cidade a polícia fazia o que podia para tentar reprimir o tráfico e o consumo.

O número de prisões disparou, mas os resultados foram frustrantes. A Justiça e as casas de detenção entupiram, mas as “cracolândias” continuavam a prosperar — apenas mudavam de lugar.

A polícia e os agentes do DEA, a agência federal de combate às drogas, aprenderam que não estavam lidando com quadrilhas e cartéis hierarquizados, como no caso da cocaína. Não se tratava de prender os chefes e desbaratar organizações criminosas. O tráfico era pulverizado. Gangues se multiplicavam e brigavam entre si, elevando índices de criminalidade.

Em 1989, numa tentativa de mudar a pouca eficácia da repressão, surgiram em Miami os chamados “tribunais de drogas”, cortes com estrutura judicial de promotoria e de-

fesa combinadas à atuação de assistentes sociais e agentes de saúde comunitários para tratar os viciados.

Presos com drogas em quantidades de consumo passaram a ter, nesses tribunais, a alternativa de livrar-se da cadeia caso aderissem a um programa de recuperação, com duração de cerca de um ano. A corte foi replicada às dezenas em Nova York. Hoje são mais de 140.

Os tribunais se revelaram uma alternativa mais barata e eficaz no combate ao vício e à criminalidade e ela associada do que o encarceramento.

Além da conjugação de repressão ao tráfico e tratamento para os usuários, especialistas apontam como fator para o fim da epidemia a reação comunitária e geracional ao contraexemplo da devastação provocada.

Em 1994, o ciclo do crack já era declinante e a economia melhorava quando Rudolf Giuliani assumiu a prefeitura, reaparelhou a polícia, reduziu os índices de criminalidade e tornou famosa sua polêmica política de “tolerância zero”.

Vancouver



FERNANDA MENA
DE SÃO PAULO

Em 2003, a cidade canadense de Vancouver abriu a primeira sala de uso seguro de drogas das Américas, no coração de Downtown Eastside, bairro onde há uma persistente cena pública de uso.

A região era conhecida como “quadrilátero do inferno” e reunia dependentes de heroína, cocaína, crack e metanfetamina em espaços públicos, o que criava certa desordem social, afastava turistas, atrapalhava o comércio local e ocupava a polícia com pequenos traficantes de rua.

Dez anos antes da abertura da sala, um projeto de moradia começou a prover abrigo para os usuários de casos mais graves. Liderado pela enfermeira Liz Evans, o projeto partia da premissa de que é preciso trazer algum tipo de estabilidade para a vida desses dependentes antes de esperar outra mudança.

Segundo ela, o grau de exigência dos programas de acolhimento deveria ser mínimo e não poderia incluir a abstinência.

Ao garantir um espaço para que dormissem e guardassem os poucos bens que tinham, Evans conseguia encaminhar algumas dessas pessoas para a rede de assistência social e médica. E, a partir daí, ofertar tratamento a quem desejasse.

Desde então, estudos avaliaram que, no médio e longo prazos, é mais eficiente na reinserção social prover casa para usuários ativos do que condicioná-la à interrupção do uso das substâncias.

Além disso, os com acesso a espaços privados tendem a ficar menos nas ruas e a usar menos drogas em público.

A abertura da sala de uso seguro veio complementar essa rede. Prover seringas descartáveis, material para o preparo da injeção, aconselhamento médico e, se requisitado, encaminhamento para tratamento. O funcionamento é de 18 horas diárias, das 10h às 4h, 365 dias por ano.

Na primeira semana, o local recebeu 184 visitas. Em dois meses, já eram 504 visitas semanais e mais de 2.000 cadastrados só com apelidos. Logo a polícia anunciou a redução de usuários nas ruas.

No ano seguinte, estudo apontou a diminuição da desordem pública associada a cenas abertas de uso de drogas: menos usuários em espaços públicos e menor descarte de lixo nesses locais.

Além disso, não havia sido identificado aumento no número de traficantes nos arredores das instalações. Outras pesquisas identificaram a associação da frequência de visitas às salas de uso seguro com uma diminuição de 35% nas mortes por overdose.

A fim de obter os mesmos resultados, o Canadá estuda criar salas de uso de crack.



Prédio abandonado que era usado como “casa do crack”, em Nova York, em foto de 1986



Policial aborda mulher em beco utilizado por usuários de drogas em Vancouver

▶ QUEM SAI

Doria tem ‘senso de urgência equivocado’, diz ex-secretária de Direitos Humanos de SP

JOELMIR TAVARES
DA COLUNA MÔNICA BERGAMO

A ex-secretária Patrícia Bezerra (PSDB), que pediu demissão da pasta de Direitos Humanos três dias após a ação na cracolândia, disse à **Folha** que sua situação no cargo “chegou ao limite”.

Ela relata “falta de interlocução direta com o prefeito, falta de compreensão do papel da secretária e do tema”. Segundo Patrícia, “ele [João Doria] tem um senso de urgência que é equivocado”.

A ex-secretária diz que já no meio da fala que veio a público horas antes do pedido de demissão, num vídeo em que chamava a operação de “desastrosa”, sentiu que sua saída seria uma questão de tempo. “Foi um desabafo.” “Crédito muito da culpa

disso ao governo do Estado. Eles não tinham que ter entrado lá. Se ia entrar, o mínimo que tinham que oferecer era a estrutura [de assistência].”

“Em nenhum momento [o Redenção] era um plano que incluía força policial repressora. Tudo seria de forma gradual, com integração das ações de saúde e de assistência. Mas acho que era angustiante [ao governo]

“Se o Estado ia entrar [com a polícia na cracolândia], o mínimo que tinham que oferecer era a estrutura [de assistência]

pensar que não é uma coisa instantânea”, diz.

Segundo a ex-secretária, a gota d’água foi a intenção da prefeitura de internar dependentes químicos à força. Ela só defende a internação compulsória em casos extremos.

Em cinco meses no cargo, enfrentou algumas derrotas, como o fato de não ter sido consultada antes de a prefeitura publicar, em janeiro, um decreto que retirou o veto ao recolhimento de cobertores de moradores de rua — portaria desta quarta (31) proibiu a remoção novamente.

Também foi vencida ao defender que Doria vetasse o projeto para acrescentar o nome de Romeu Tuma à ponte das Bandeiras — o texto foi devolvido à Câmara, que o promulgou. Patrícia reassumiu a sua cadeira na Casa.

▶ QUEM ENTRA

Nova titular da pasta diz que atuação na cracolândia é ‘trabalho longo e contínuo’

EDUARDO GERAQUE
DE SÃO PAULO

A nova secretária de Direitos Humanos da gestão Doria (PSDB), Eloisa Arruda, afirmou nesta quarta-feira (31) que “a prefeitura não vai desistir” e que os dependentes químicos serão acolhidos. Para ela, ex-secretária da Justiça do governo Alckmin entre 2011 e 2014, o que ocorre na cracolândia é uma flagrante violação dos direitos humanos. “O problema da cracolândia é transversal.”

Eloisa substituiu Patrícia Bezerra. A respeito da gestão municipal, se diz contente por entrar “neste trem veloz”.

Questionada sobre ter dito que a cracolândia havia acabado, em 2012, ela respondeu: “Fiz essa afirmação, sim, dentro de um con-

texto onde afirmávamos que não iríamos desistir dos dependentes químicos”.

“O trabalho é longo e contínuo. O que não pode acontecer é permitir que se instale um shopping center de drogas como estava acontecendo, isso é importantíssimo. E um trabalho contínuo para a abordagem dessas pessoas”, afirmou.

No pico do fluxo, até 900

“O que não pode acontecer é permitir que se instale um shopping center de drogas como estava acontecendo

pessoas circulam diariamente pela nova cracolândia, na praça Princesa Isabel, a 400 metros de onde funcionava a antiga feira de drogas a céu aberto, alvo de ação policial.

Durante a apresentação da nova secretária nesta quarta, um dia depois de o Tribunal de Justiça extinguir o processo onde a prefeitura pedia autorização para fazer remoções compulsórias de usuários de crack, João Doria afirmou que a prioridade da sua política não é essa.

Ela diz que a prefeitura aposta suas fichas nas entrevistas e no convencimento dos usuários, para que sejam encaminhados a atendimento ambulatorial ou internação. De acordo com a gestão, ocorreram 92 internações voluntárias até agora na Luz.

Doria zera fila por vagas na pré-escola

Prefeito agora tem duro desafio de cumprir promessa de colocar mais 65 mil crianças em creches até março de 2018

Gestão diz que usou vagas ociosas; espaços como salas de leitura também foram fechados para criar novas turmas

DE SÃO PAULO

A gestão João Doria (PSDB) anunciou ter conseguido zerrar a fila atual por vagas na pré-escola, etapa que atende crianças de 4 e 5 anos.

O número de estudantes matriculados chegou, em maio, a 223.393 nesta etapa. Em dezembro, eram 215.049 —o que representa um saldo de 8.344 novas vagas.

A prefeitura, porém, ainda tem pela frente a promessa de criar 65 mil vagas em creches (para crianças de 0 a 3 anos) até março de 2018.

Por enquanto, nenhuma nova creche foi inaugurada pela gestão, mas a Secretaria de Educação diz que criou mais de 4.000 vagas neste ano somente com o uso de vagas ociosas nas unidades.

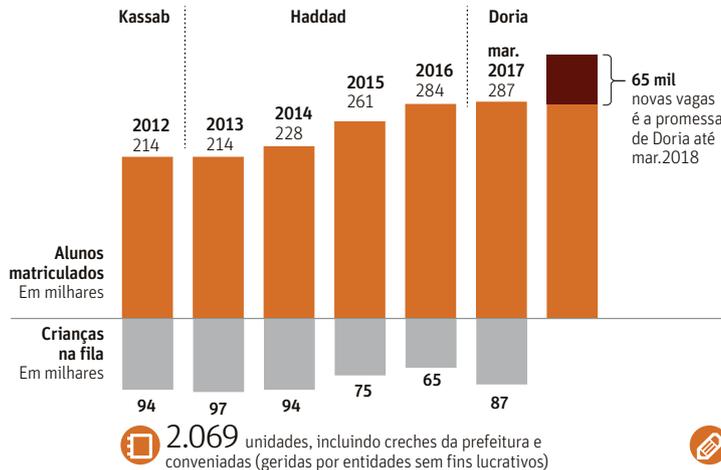
Um total de 87 mil crianças esperam por vagas em creche na cidade, sendo que o total de alunos matriculados nessa etapa é de 287 mil, de acordo com dados de março.

Já em relação à pré-escola, diz a prefeitura, não há mais crianças na fila. A informação foi divulgada pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

Isso foi alcançado, segundo a pasta, a partir de ações que aproveitaram as escolas existentes. A prefeitura fez

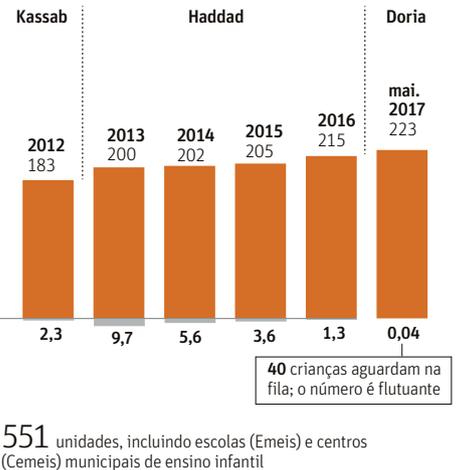
ENSINO INFANTIL NA CAPITAL Fila da creche continua sendo o maior desafio de Doria na área

CRECHE - Crianças de 0 a 3 anos*



*De 2012 a 2016, dados de dezembro

PRÉ-ESCOLA - Crianças de 4 e 5 anos*



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

uma auditoria para ocupar vagas ociosas nas unidades. Foram incluídas na rede 7.599 crianças com essa iniciativa.

Espaços de apoio pedagógico, como brinquedotecas e salas de leitura e de informática, foram fechados para criar novas turmas. Passaram por esse processo 33 escolas, como revelou a **Folha** em maio. A ação gerou 2.077 matrículas segundo a gestão.

A oferta de transporte para unidades a mais de 2 km de

distância das casas dos alunos possibilitou o atendimento de mais 872 estudantes.

A gestão Doria informa que a fila da pré-escola chegou a 10.548 crianças em fevereiro. Os dados sobre demanda escolar, divulgados no site da prefeitura a cada três meses, mostram que, em dezembro de 2016, era de 1.269. Em março, 4.352.

A fila por educação infantil (que inclui creche e pré-escola) varia ao longo do ano.

A rede registra na pré-escola salas lotadas, o que já ocorria na gestão passada. Só um terço das turmas tem até 29 alunos por classe, limite normativo do município. Por sua vez, um terço das turmas estão com 35 alunos ou mais.

O secretário de Educação, Alexandre Schneider, diz que a situação de lotação das salas não piorou com essas medidas e que garantir a matrícula foi o passo inicial. "Agora vamos trabalhar

para desenhar um plano de obras e reduzir o número de alunos por sala", afirma. Segundo Schneider, a pasta vai fazer uma busca ativa de crianças fora da escola e efetuar a matrícula em um mês.

A universalização do acesso à pré-escola tornou-se obrigatório após emenda constitucional de 2009. O prazo para atendimento era 2016.

O ex-prefeito Fernando Haddad (PT) criou 35 mil vagas nessa etapa. O total de

matrículas passou de 183.257, em dezembro de 2012, para 215.049, no final de 2016.

Com relação às creches, a prefeitura espera terminar este ano com 43 mil novas vagas em creche. O restante (cerca de 20 mil) seria alcançado até março de 2018. O plano é apostar na rede conveniada. Obras de 28 creches, herdadas da gestão passada, estão paradas por falta de recursos. A promessa é retomá-las em breve.

ROBERTO DIAS

Raízes (atualizadas) do Brasil

SÃO PAULO - “É uma humilhação. A minha vida virou um inferno. Eu espero que a Justiça faça justiça.”

Guido Mantega, o homem que por mais tempo comandou o Ministério da Fazenda, no início de maio.

“[O ex-ministro] aproveita para esclarecer que não espera perdão nem clemência pelo erro que cometeu ao não declarar valores no exterior.”

Defesa de Mantega, aquele mesmo que chefiou o ministério que abriga os órgãos responsáveis por fiscalizar quem esconde dinheiro do governo, ao assumir que tinha conta oculta na Suíça, na última semana de maio.



“Eu dei conta de um lado, o juiz, dar uma segurada, outro lado um juiz substituto... Tô pra dar conta de trocar o procurador.”

Joesley Batista, dono da JBS, em conversa com o presidente Michel Temer revelada em 18 de maio.

“Conheço o Joesley de antes desse episódio. Sei que é um falastrão, que se jacta de eventuais influências.”

Temer, em entrevista à **Folha** três dias depois, explicando por que não se espantou com o empresário.



“Poucas vezes vi declaração tão escrota como essa que você deu. A não ser que sua campanha foi financiada na lua. Como você acha que chegou no Senado? Nossa campanha foi a mesma, Zezé. Cara, é hora de ter solidariedade.”

Aécio Neves, senador afastado, em conversa com o colega Zezé Perrella revelada nesta semana.

“Sou muito agredido até hoje por causa do helicóptero. Não faço nada de errado, só tráfico drogas.”

Perrella, dono de helicóptero onde foram apreendidos 445 kg de cocaína, em resposta a Aécio.

(Risos)



Maio de 2017: o século 21 finalmente produziu um clássico abrangente para tentar explicar este país.

roberto.dias@grupofolha.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

O ministro assaltado

BRASÍLIA - Em conversa monitorada pela Lava Jato, o senador Aécio Neves e o empresário Joesley Batista manifestaram um desejo comum: derrubar o diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello. “Tem que tirar esse cara”, disse o dono da JBS. “Tem que tirar esse cara”, concordou o ex-presidenciável tucano.

Ao assumir o Ministério da Justiça e da Segurança Pública, o doutor Torquato Jardim deu esperanças aos investigados. Ele disse que a operação “não depende de pessoas” e que o comando da PF ainda será avaliado. Quando uma repórter perguntou se o ministro descartava ou não a demissão de Daiello, desconversou. “Não cabe essa resposta. Eu também estou sob avaliação”, afirmou.

Se Torquato seguir a linha de sua primeira entrevista, o país pode esperar uma gestão rica em polêmicas. Instado a opinar sobre o foro privilegiado, ele sugeriu que os ministros do STF não têm experiência para lidar com ações penais: “Dos 11, [só] o ministro Fux foi juiz de primeira

instância. É a primeira vez que estão tratando de um processo criminal”.

Questionado se tentará influenciar o julgamento da chapa Dilma-Temer, o ministro deu outra declaração curiosa: “Se eu tivesse toda essa influência no TSE e quisesse praticar algum ato nas sombras, eu continuaria no Ministério da Transparência”.

Pouco depois, ele indicou que está disposto a comprar brigas no cargo. “Se eu não gostasse de conflito, seria pescador na Amazônia”, disse.

Diante das câmeras, Torquato revelou um temperamento imodesto. Apresentou-se como um leitor voraz da Constituição, disse que “viu nascer” alguns ministros do TSE e, ao citar Nelson Rodrigues, emendou que “só jornalistas antigos” saberiam de quem ele estava falando.

O ministro só mudou o tom ao ouvir uma pergunta o sobre seu preparo para formular políticas de combate à violência, uma das principais atribuições da pasta. “A minha experiência com segurança pública foi ter duas tias e eu próprio assaltados”, contou.

MARCO AURÉLIO CANÔNICO

Fingindo ser ladrão

RIO DE JANEIRO - Na semana passada houve um arrastão no Centro do Rio, durante a madrugada, que exemplificou perfeitamente o estado atual de desgoverno e insegurança da cidade.

Cerca de 40 criminosos vindos do morro da Providência —onde há uma Unidade de Polícia Pacificadora— saquearam mais de dez lojas numa rua a poucos metros da Secretaria de Segurança, do Comando Militar do Leste e de uma delegacia.

Fizeram-no com tal tranquilidade que passaram mais de duas horas nessa ação, valendo-se de dois caminhões para fechar a rua e carregar os produtos pilhados. O alarme das lojas foi acionado e uma patrulha da PM apareceu, mas não pôde com os criminosos, armados com fuzis. Saiu atrás de reforços, que só chegaram horas depois.

O roubo foi uma demonstração de força do tráfico, que está buscando expandir sua fonte de lucro por meio da cobrança de uma “taxa de

segurança” dos comerciantes —tática mais associada às milícias. Como os lojistas se recusavam a pagar, os traficantes da Providência mostraram na prática que, sem acordo com eles, não há segurança para a região.

Nem mesmo proteção privada é solução, como mostra o episódio mais incrível dessa história, revelado pelo site G1: o segurança de uma das lojas chegou para trabalhar na madrugada e topou com o saque generalizado.

Negro, armado, sozinho contra um “bonde” de dezenas numa rua escura, não teve dúvida: ou se misturava à turba ou poderia ser confundido com um policial. Assim o fez, passando por ladrão para sobreviver, como contou a seu patrão.

Traficantes de um morro “pacificado” fazem um mega-arrastão de horas para punir comerciantes que não lhes pagavam caixinha, a polícia não impõe resistência e um segurança privado finge ser ladrão para não morrer. Eis aí uma aula de Rio de Janeiro.

marco.canonico@grupofolha.com.br

MATIAS SPEKTOR

Liderança

Ganha tração a tese segundo a qual a Lava Jato teria exposto o fracasso do projeto de liderança brasileira na América do Sul.

Uma das vozes mais influentes nesse debate é Andrés Malamud, da Universidade de Lisboa. Em artigo recém-publicado no jornal argentino “La Nación”, ele argumenta que, devido à recessão e à corrupção, o Brasil teria perdido o dinheiro e a autoridade moral necessários para liderar a região. Sem Forças Armadas devidamente equipadas, qualquer ambição de liderança apenas seria uma quimera.

À primeira vista, tal análise é atrativa. Seu único problema é estar equivocada.

De fato, durante a Nova República criou-se um projeto estratégico para a América do Sul. De Sarney a Lula, todos os presidentes brasileiros seguiram seus ditames.

No entanto, o objetivo de tal política jamais foi o de exercer liderança, se liderança é o processo pelo qual um país custeia instituições regionais, provê segurança para os países de seu entorno e compra a adesão de seus vizinhos mais fracos no intuito de ter seguidores. O Brasil da Nova República nunca dispôs dos recursos materiais para algo assim.

Antes, o projeto regional buscou satisfazer outras necessidades do sistema político brasileiro. Em primeiro lugar, a política regional serviu para reduzir os custos e os danos

causados pela fricção com uma vizinhança complexa e difícil. Os países do entorno sempre foram vistos em Brasília como fonte de problemas atuais ou potenciais, e a política externa buscou limitar esses atritos sem grandes investimentos.

Além disso, a diplomacia buscou regionalizar o capitalismo brasileiro a favor de grandes conglomerados nacionais. Grupos públicos e privados do Brasil viraram credores, investidores, compradores e vendedores de alto perfil em todos os países da região, contando para isso com subsídios do BNDES e do Banco do Brasil. A diplomacia serviu para facilitar esse processo.

Por fim, a diplomacia sul-americana foi um instrumento a serviço de sucessivos presidentes brasileiros na obtenção de apoio e legitimidade para suas respectivas batalhas em Brasília. Sarney usou a relação com Alfonsín para ganhar força diante dos militares. FHC usou o Mercosul para garantir uma política anti-inflacionária perante um Senado arredio. E Lula financiou as campanhas de Hugo Chávez para consolidar posições favoráveis ao PT numa região ideologicamente dividida.

Segundo a retórica oficial, o Brasil concebe a América do Sul como âncora de sua projeção global. Mas é só retórica. A crise atual não golpeia uma suposta liderança regional que nunca existiu. Ela apenas expõe os mecanismos mais profundos de uma estratégia que vive hoje seu pior momento.

MATIAS SPEKTOR escreve às quintas-feiras nesta coluna.

Abastecimento alimentar é coisa séria

ABRAM SZAJMAN E ALGIRDAS ANTONIO BALSEVICIUS

São Paulo está pronta para uma revolução urbana. As condições para a mudança amadureceram em silêncio. A parceria entre o governador Geraldo Alckmin e o prefeito João Doria permitiu que o plano de construção de um novo centro de abastecimento de alimentos chegasse a um ponto de decisão.

É uma excelente notícia. Os poderes públicos finalmente se deram conta de que é necessário sair do impasse que estrangula a zona cerealista, na região central, e a Ceagesp, na zona oeste.

Os empresários instalados nessas duas áreas buscam saídas para o problema desde 2001, quando constituíram formalmente uma comissão para negociar alternativas com os poderes públicos.

A má notícia envolve a representatividade. A comissão que reúne legitimamente os sindicatos empresariais do setor e conta com o apoio da Federação do Comércio do Estado de São Paulo está ausente das discussões. É hora de ouvi-la.

As alternativas formuladas por mais de uma década pelos melhores urbanistas, engenheiros e especialistas em logística do país merecem ser consideradas.

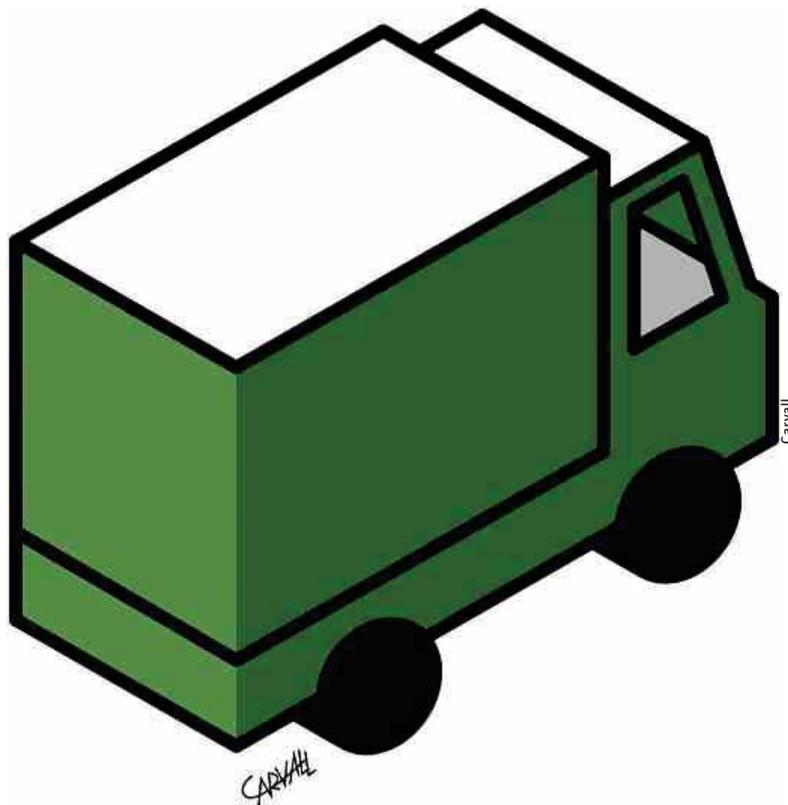
A criação de um novo centro de distribuição não pode ser norteada apenas pela questão imobiliária, por mais importante que ela seja, ou pelos interesses de um grupo empresarial isolado, por mais legítimos que eles sejam.

A decisão a ser tomada é crucial para a necessidade humana mais básica: a comida. E seus efeitos não podem ser medidos facilmente. Juntas, a zona cerealista e a Ceagesp respondem não só pelo abastecimento de toda a região metropolitana como também do Estado e do país. As dimensões são gigantescas daquele que já constituiu o terceiro maior polo de distribuição de alimentos do planeta.

O modelo atual envelheceu e dá sinais de exaustão. Defasado dos pontos de vista econômico e de logística, trava o desenvolvimento da cidade. Mantê-lo como e onde está implica desperdício de recursos, de oportunidades, de empregos e, triste dizer, de alimentos.

Envolve também um problema urbanístico. A zona cerealista está atrofiada na mesma área em que se estabeleceu há 100 anos, quando o transporte era feito em carroças. Hoje, no coração da cidade, é sufocada por um fluxo diário de 2.000 caminhões.

Precisamos transferir o comércio de atacado. No século 21, a vocação da região central é atender o consu-



O poder público finalmente se deu conta de que é necessário sair do impasse que estrangula a zona cerealista e a Ceagesp

midor final e servir de moradia para a população.

O drama da Ceagesp é semelhante. Ocupa área grande o suficiente para revitalizar a região. Em vez disso, converteu-se num foco de deterioração urbana e congestionamento.

Depois de anos de trabalho, a comissão empresarial formulou um projeto de abastecimento ideal dos pontos de vista logístico e urbanista. Mais: encontrou uma fórmula econômica para pô-lo em pé com capital privado e administração

compartilhada com o poder público. Dessa maneira, São Paulo voltará à vanguarda do setor de abastecimento alimentar.

O legado do entendimento de Alckmin e Doria será percebido por gerações. Pode recuperar o tecido urbano, gerar empregos, reduzir perdas de alimentos e criar condições para a expansão dos negócios.

Não é crível que atinja essas metas se as empresas que abastecem São Paulo forem desconsideradas.

ABRAM SZAJMAN é presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade que gere o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) no Estado

ALGIRDAS ANTONIO BALSEVICIUS é presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios no Estado São Paulo

PAINEL

DANIELA LIMA

painel@grupofolha.com.br

Para ambas as partes

Ganhou força no Congresso e no Judiciário a aposta de que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) pode adotar uma solução salomônica ao julgar o pedido de cassação da chapa de Dilma Rousseff e Michel Temer. Os ministros não devem acolher a tese de separação das contas da campanha de 2014, mas sim a de que a ação teve seu objeto excessivamente ampliado no curso do processo. Haveria, aí, brecha para o argumento de que a acusação inicial não é forte o suficiente para condenação.

Intramuros A tese foi discutida após sessão da corte eleitoral desta terça (30). Em outros tribunais superiores, magistrados dizem que a falta de opção para o Planalto caso Temer perca o mandato pesa sobre o TSE.

Unidos A defesa de Dilma foi a primeira a contestar a adição, por exemplo, de delações da Lava Jato aos autos do TSE. Na reta final do processo, advogados de Temer colocaram peso no argumento e anexaram três pareceres sobre o assunto ao caso.

Nada definido Nenhum cenário, porém, é visto como definitivo. Há forte expectativa sobre a possibilidade de Temer ser alvo de uma denúncia da PGR. O ministro Edson Fachin, relator do caso no STF, deu 10 dias para o encerramento do inquérito. A defesa recorreu.

Será que vai? O destino de Rodrigo Rocha Loures, ex-assessor do presidente flagrado com uma mala de dinheiro, é outro ponto de interrogação. Uma delação teria forte impacto sobre aliados que querem debandar e só esperam por um argumento.

No coldre Mesmo com os sinais do presidente de que vai usar todos os artifícios para chegar ao fim do mandato, integrantes do PMDB no Senado elaboraram minutas de projetos para regular uma eventual eleição indireta.

Vem todo mundo Um deles, hoje nas mãos de Kátia Abreu (PMDB-TO), abre espaço para nomes do Judiciário e figuras sem filiação partidária concorrerem.

No mercado Pessoas próximas ao ex-procurador Marcello Miller dizem que ele acertou em janeiro a ida para o escritório que negociou a leniência da JBS. Então aliado do procurador-geral, Rodrigo Janot, Miller foi sondado por outras bancas que atuam na Lava Jato.

Então, tchau Na época, segundo esses relatos, Janot o tirou da mesa de negociação da leniência na JBS.

Estoy aquí Em encontro com a bancada do PSDB na Assembleia, nesta quarta (31), o secretário David Uip (Saúde) admitiu que quer disputar o governo em 2018.

Fala! Rocha Loures é pressionado pela mulher, grávida de oito meses, a fazer um acordo. Ela avalia que sem mandato, sem foto e sem imunidade parlamentar, o marido está suscetível à prisão.

Não fala! O pai do ex-assessor de Temer, porém, não quer que ele faça acordo. Nesse cenário, sua defesa trabalharia com tese semelhante à defendida pelo presidente: a de que ele foi vítima de uma “armação”.

Eis a questão Integrantes da ala moderada do PSDB admitem que a sigla criou “uma armadilha” ao definir 6 de junho como o dia D para a deliberação sobre um desembarque do governo. Sem um “fato novo”, há forte divisão na sigla sobre o caminho a ser escolhido.

» com THAIS ARBEX e JULIA CHAIB

“ tiroteio

Eleição direta é um clamor da sociedade. Não pode ser bandeira de um ou outro partido, nem objeto de disputa por protagonismo.

DO DEPUTADO ORLANDO SILVA (PC DO B-SP), sobre a decisão dos artistas que planejam ato das Diretas-Já, em SP, de vetar o ingresso de siglas no evento.

“ contraponto

Não esperam molhar o bico...

Logo após a posse do ministro Torquato Jardim (Justiça), nesta quarta (31), o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), foi abordado por jornalistas. Queriam saber quem irá para o Ministério da Cultura.

— Eu não cuido de cargos — desviou Jucá.

Em seguida, um convidado da posse bateu no ombro do aliado de Michel Temer e soltou:

— Obrigada, hein, senador. Aquelas indicações já estão trabalhando!

O comentário despertou uma série de provocações dos jornalistas. Jucá, então, tentou consertar:

— Eu não cuido de cargos grandes!

Má, oeee! Levantamento do Paraná Pesquisas mediu o potencial de voto de celebridades para o Planalto. Silvio Santos aparece em primeiro lugar, com 32,9% das intenções de voto, seguido por Luciano Huck (18,1%) e José Luiz Datena (17,5%).



Caldeirão Em cenário com Lula, Bolsonaro, Marina Silva e Joaquim Barbosa, Huck fica com o quinto lugar (7,3%), numericamente à frente do governador Geraldo Alckmin (6,4%).

PÃO QUENTE

O ex-ministro Antonio Palocci pode citar mais de 20 empresas no acordo de delação premiada que faz com o Ministério Público Federal.

DE TUDO UM POUCO

Ele mesmo revelou o número a interlocutores com quem conversou recentemente em Curitiba. Palocci calcula que essa foi a quantidade de companhias com quem negociou contribuição em caixa dois para o PT.

NA ESTRADA

José Dirceu viajou mil quilômetros de carro, de Brasília a Passa Quatro, em Minas, para comemorar o aniversário de 97 anos da mãe, dona Olga. Segundo relatos, ela não sabe que o filho foi condenado, preso e está agora em liberdade provisória. A viagem foi feita com autorização do juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba.

DE CAMA

O ministro Herman Benjamin, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), caiu de cama com forte gripe e até suspeita de pneumonia. Ele é relator do processo de cassação da chapa de Dilma Rousseff e Michel Temer na corte.

LEGÍTIMA DEFESA

A JBS prepara a defesa do acordo de delação premiada que firmou com a Procuradoria-Geral da República. E também da legitimidade do ministro Edson Fachin para homologar a negociação.

EM REDE

Outros magistrados do STF (Supremo Tribunal Federal) questionam se Fachin deveria relatar o caso, já que ele nada tem a ver com a Lava Jato. Um dos argumentos que a JBS estuda apresentar é o de que o escândalo tem relação com outras investigações que já estavam no gabinete de Fachin, como a que apura esquema de propinas na Caixa Econômica Federal.

APRENSIVOS

O setor cultural resistia a nomes como o do deputado federal Newton Cardoso Junior para o Ministério da Cultura. “O pior é a pasta, que precisa de um olhar técnico servir só para barganha”, diz o presidente da Associação de Produtores de Teatro do Rio, Eduardo Barata.

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

Sem respostas

Temer busca ganhar tempo até o arrefecimento da crise, mas acumulam-se dúvidas em torno de sua versão para o diálogo com Joesley Batista

Desde que veio a público, duas semanas atrás, a gravação da deplorável conversa entre o presidente Michel Temer (PMDB) e o empresário Joesley Batista, da JBS, esta **Folha** se bate pelo pronto esclarecimento do episódio, sem prejulgamento nem complacência.

Aqui se apontou que o conteúdo do áudio, ao menos nos trechos discerníveis, não configurava comprovação cabal de ação dolosa. Não obstante, a mera realização do encontro e o teor suspeitíssimo do diálogo eram graves o bastante para solapar a credibilidade do presidente da República.

Embora a crise política, em boa medida, tenha adquirido dinâmica própria, sua evolução permanece condicionada à capacidade de defesa jurídica do Planalto. Esta, entretanto, tem gerado até o momento mais dúvidas que respostas.

É justificável que se peça perícia da gravação, sobre a qual paira a suspeita de ter sido editada. O que causa estranheza é a tentativa (frustrada) de suspender, até a conclusão de tal exame, um depoimento de Temer à Polícia Federal.

No mínimo, o movimento contrasta com a cobrança inicial do mandatário — “Exijo investigação

plena e muito rápida”, foi o que disse, em pronunciamento público, logo ao eclodir da crise.

O presidente já se atrapalhou ao explicar por que recebeu Joesley Batista, sem anotação em agenda oficial, na residência do Jaburu.

A este jornal, relatou ter imaginado que o empresário desejasse discutir a Operação Carne Fraca, da PF. Esta, porém, só viria a ser deflagrada em 17 de março, dez dias após a conversa gravada.

Acrescentou não saber, na ocasião, que seu interlocutor era alvo de investigações — embora não tenha demonstrado surpresa quando o dono da JBS relatou a intenção de subornar procuradores.

Acima de tudo, continua obscura, para dizer o de menos, a relação entre Temer e seu ex-assessor Rodrigo Rocha Loures, flagrado com uma mala de dinheiro entregue pela JBS. Este, segundo o presidente, teria se deixado corromper.

Se assim foi, por que o empenho em encontrar outro posto no Executivo para o deputado e ex-ministro da Justiça Osmar Serraglio (PMDB-PR), o que garantiria a Loures, seu suplente, uma vaga na Câmara — e foro privilegiado?

Infelizmente, a prioridade do Palácio do Planalto parece ser apenas ganhar tempo, apostando no arrefecimento da pressão política. Mesmo que venha a ser bem-sucedida, tal estratégia não produzirá mais que um governo desacreditado e sujeito a novas turbulências.

Benefícios para poucos

Com frequência, avalia-se o papel do governo na distribuição da renda pelas dimensões do gasto em programas sociais. O impacto do setor público na desigualdade do país é, entretanto, mais amplo.

A tributação, por exemplo, será danosa aos pobres quando incidir de forma mais acentuada sobre o consumo de bens e serviços, em vez de concentrar-se em lucros, salários e ganhos financeiros. É o caso do sistema brasileiro.

Subsídios e desonerações de impostos obtidos por alguns setores, não raro de forma pouco transparente, são outros fatores de transferência de riqueza aos estratos mais abonados da sociedade.

Sem contrapartidas claras e mensuráveis, tais dispêndios se convertem em privilégios injustificáveis. Também nesse quesito, o país deixa muito a desejar.

Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), no ano passado foram concedidos R\$ 107 bilhões em subsídios de diversas modalidades ao setor privado.

Os maiores volumes decorrem de empréstimos do BNDES com juros abaixo das taxas de mercado. A diferença é coberta pelo Tesouro Nacional —ou seja, pelo contribuinte. Apenas em 2016, o custo foi de R\$ 29 bilhões, alta de R\$ 10 bilhões em relação ao ano anterior.

O caso do Fies (programa voltado ao financiamento do ensino superior) também merece atenção. As

transferências do Tesouro ao fundo somaram R\$ 19 bilhões no ano passado, sendo mais da metade na forma de subvenção.

Bandeira do governo Dilma Rousseff (PT), o Fies chegou a financiar 700 mil estudantes entre 2013 e 2014. Com inadimplência próxima a 50% e rombos crescentes, passou por cortes drásticos nos últimos dois anos.

Segundo análise do TCU, o programa distribuiu bolsas de forma pouco criteriosa, contemplando alunos que poderiam arcar com as mensalidades, e favoreceu em demasia as empresas do setor.

Outros levantamentos do tribunal constataram que os principais programas de estímulo à indústria não trouxeram vantagens relevantes para a coletividade.

A Lei de Informática custou R\$ 25 bilhões, entre 2006 e 2014, na forma de descontos no Imposto sobre Produtos Industrializados. As empresas beneficiadas deveriam ter investido 5% desse montante em pesquisa, mas apenas metade delas honrou o compromisso.

Como se vê, são falhas ou inexistentes as análises de custo-benefício que deveriam nortear qualquer política pública. Sem controle adequado, interesses particulares continuam a desfrutar de acesso relativamente fácil ao Orçamento.

Acabar com tal permissividade é passo essencial para superar nossa intolerável desigualdade.

O Metro Jornal é impresso em papel
certificado FSC e garante o
manejo florestal responsável.



GAROTA PODEROSA

GAL GADOT, A NOVA
'MULHER-MARAVILHA',
FALA SOBRE COMO É
INVADIR O TERRITÓRIO
MASCULINO DOS
SUPER-HERÓIS PÁG. 14

metr

SÃO PAULO

Quinta-feira,
1º de junho de 2017
Edição nº 2.546, ano 11



MIN: 13°C
MÁX: 23°C

www.metrojornal.com.br | leitor.sp@metrojornal.com.br | www.facebook.com/metrojornal_sp



Palmeiras volta a jogar
mal e perde do Inter
por 2 a 1, mas avança
na Copa do Brasil pela
soma dos resultados

PÁG. 18



**ALEGRIA COM
MODERAÇÃO**

Felipe Melo celebra a classificação para as quartas após jogo em Porto Alegre | VINICIUS COSTA/FUTURA PRESS

Senado põe fim a foro privilegiado com ressalva

Vai à Câmara. Texto define que julgamento de crimes comuns cometidos por autoridades dos três poderes deverão ocorrer na 1ª instância e não mais em tribunais superiores; parlamentares, no entanto, só poderão ser presos depois de esgotar recursos PÁG. 06

Desemprego atinge 13,6%, e 14 milhões buscam ocupação

Em 12 meses, aumento chega a 23%; crise política pode afetar a criação de novas vagas, aponta especialista PÁG. 08

Moradores impedem instalação de tendas para atendimento

Eles protestam contra aumento da violência na região da Luz após megaoperação na Cracolândia PÁG. 02

Atentado com carro-bomba mata 90 no Afeganistão

Ataque em área de segurança na capital Cabul é o pior desde 2001; há pelo menos 460 feridos PÁG. 10

Garrincha sumiu!!!!

Ossada do craque morto em 1983 desapareceu de cemitério em Magé, no Rio PÁG. 18



Protesto impede instalação de atendimento a usuários

Cracolândia. Vizinhança reclamou de alta de violência na área da praça Princesa Isabel

Moradores e comerciantes que ficam próximos à “nova” Cracolândia, instalada na praça Princesa Isabel (centro), impediram ontem que a prefeitura iniciasse a instalação de contêineres para prestar assistência aos usuários de drogas que perambulam pelo entorno.

Máquinas da prefeitura chegaram de manhã para derrubar muro de um terreno da Cohab a um quarteirão da praça, onde um dos 25 pontos de atendimento seriam colocados.

Mas o trabalho foi impedido por vizinhos, que protestavam contra o aumento de violência na área depois da operação policial que prendeu traficantes e tirou os usuários de droga da “antiga” Cracolândia, próximo à estação Julio Prestes.



Usuários de droga ocuparam praça Princesa Isabel | ANDRÉ PORTO/METRO

Para o secretário de Assistência Social, Filipe Sabará, o conflito se deveu ao fato de que “toda mudança tem uma certa resistência”. Em nota, a prefeitura confirmou que os 25 contêineres serão instalados, mas não especificou quando.

Tratamento

Em evento ontem, o prefeito João Doria (PSDB) disse que “não é possível imaginar que um dependente químico tenha a capacidade autônoma para tomar decisão” sobre tratamento.

No entanto, Doria disse

que isso não significa que a prefeitura planeje internação em massa de usuários e que as possíveis internações serão analisadas caso a caso. De 21 a 30 de maio, 184 pessoas foram encaminhadas para internação e/ou tratamento. **METRO**

Direitos Humanos

Eloisa Arruda assume pasta

Procuradora de Justiça e ex-secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania da gestão Geraldo Alckmin (PSDB) entre 2010 e 2014, Eloisa Arruda foi anunciada ontem como a nova comandante da pasta de Direitos Humanos e Cidadania do prefeito João Doria (PSDB) em meio à turbulência na Cracolândia. O posto estava sem titular havia uma semana, quando Patrícia Bezerra deixou o cargo após chamar de “desastrosa” a operação da prefeitura na região. O então secretário-adjunto e a chefe de gabinete também foram exonerados a pedido. **METRO**

Crime. Vizinhos da av. do Cursino pedem socorro

Os moradores da rua Girolamo Dei Libre estão com tanto medo dos frequentes assaltos que colocaram na rua uma faixa que diz “Socorro! Não aguentamos mais ser assaltados”.

A via é uma travessa da avenida do Cursino (zona sul) e já foi cenário de sete ocorrências desde o início do ano. Segundo os moradores, os criminosos agem sempre em dupla e de moto.

Em entrevista à Rádio Bandeirantes, uma senhora conta que “é difícil encontrar alguém que mora na rua e nunca foi assaltado na porta de casa”. Uma outra mulher disse que a ação dos bandidos é aterrorizante.

O secretário da Segurança Pública, Máximo Alves Barbosa Filho, garantiu, du-



A faixa foi pendurada na rua | WILLIAN KURY/RÁDIO BANDEIRANTES

rante o programa “90 Minutos”, que o patrulhamento na região será intensificado. A polícia reforçou o pedido para que as vítimas façam boletim de ocorrência, pois ajuda nas investigações.

METRO WILLIAN KURY, RÁDIO BANDEIRANTES

Social. GCM não vai mais abordar morador de rua

A GCM (Guarda Civil Metropolitana) está proibida pela Prefeitura de São Paulo de abordar ou apreender objetos de moradores de ruas.

A regra foi publicada ontem no Diário Oficial, quase um mês após guarda-civil ser flagrado agredindo e autorizando o recolhimento de pertences de morador de rua.

A portaria determina que as ações de zeladoria serão realizadas somente pelos funcionários das prefeituras regionais, que não poderão retirar objetos pessoais, como documentos, remédios e mochilas, e de trabalho, como carroças e ferramentas.

O texto também veda a apreensão de itens de sobrevivência. Além de colchões, mantas, panelas e fogareiros, papelões estão nesta ca-

tegoria e não podem mais ser recolhidos por fiscais.

A portaria garante que o morador de rua precisará apenas declarar a posse (ou seja, dizer que é o dono dos objetos) para ter estes bens preservados.

Só a segurança

Ainda de acordo com o texto, “a GCM, quando acionada pela Prefeitura Regional, acompanhará as ações de zeladoria, atuando, exclusivamente, na salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e agentes públicos que realizam a ação e na preservação dos direitos das pessoas afetadas pelas ações de zeladoria não cabendo à mesma qualquer atuação nas mencionadas ações com a população em situação de rua”. **METRO**

Em sequestro. Empresário leva 2 tiros e é jogado de carro

A polícia procura por dois homens responsáveis por atirarem e jogarem para fora do carro um empresário de após sequestro-relâmpago na última madrugada.

A vítima foi abordada enquanto dirigia no bairro do Itaim Bibi (zona oeste) e foi obrigada a sacar dinheiro em um caixa eletrônico para os bandidos, que também roubaram seu celular e carteira.

O empresário foi levado até a região da favela de Paraisópolis, no Morumbi (zona oeste), onde levou um tiro na cabeça e outro nas costas, antes de ser jogado para fora do carro. Um motoboy que passava pelo local ajudou a socorrer o homem. **METRO**

O GLOBO

QUINTA-FEIRA, 1 DE JANEIRO DE 2017 ANO XLIX - Nº 30384

Erivan Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

A REPÚBLICA INVESTIGADA

Ministro tem posse esvaziada, e Temer sofre revés no STF

Após assumir pasta da Justiça, Torquato não descarta troca na PF



Nas ruas, Carbo em São Paulo

VÍTIMAS DO CLACK O passado bate à porta

Carlos Eduardo Maranhão, de 46 anos, que vive na cracolândia de São Paulo, criticou a política do prefeito João Dória para viciados, com grande repercussão na internet. Reconhecido por colegas de colégio no Rio, foi procurado por amigos de infância, mas não quer contato com o passado. **PÁGINA 11**

A vida pelo avesso

Andreas von Richthofen, cujos pais foram mortos com a ajuda da irmã, aos 29 é doutor em Química e foi aluno brilhante, mas hoje está internado por uso de drogas. **PÁGINA 10**

Ameaça em presídios

Facção ordena morte de agentes

EXCLUSIVO O PCC ordena a execução de dois agentes de cada um dos quatro presídios federais. Dois guardas foram mortos nos últimos 45 dias. As visitas aos presos foram suspensas por 30 dias. **PÁGINA 8**

Crise econômica

Mais 2,6 milhões desempregados

A taxa de desemprego chegou a 13,8% em abril. Nos últimos 12 meses, mais 2,6 milhões ficaram sem trabalho. Analistas esperam em alta ainda maior. **PÁGINA 21**

Competitividade

Brasil cai em ranking global

No ranking de competitividade da escola de negócios IMD, Brasil caiu mais seis posições e só está à frente de Mongília e Venezuela. **PÁGINA 20**

Fachin rejeita pedido do presidente para suspender depoimento

Sua certidão de posse esvaziada, sem líderes do PSDB, principal aliado do presidente Temer, o novo ministro da Justiça, Torquato Jardim, não descartou mudanças na PF. Em entrevista, afirmou que amanhã conversará com o diretor-geral da PF, Leonardo Duiello, sobre substituições, mas defendeu a Lava-lato e disse que a investigação seguirá "seja com quem for". Temer fez um apelo: "Vamos deixar o Executivo trabalhar em paz." Relator da Lava-lato no STF, Edson Fachin negou pedido de Temer para suspender o depoimento em inquérito a que ele responde. **PÁGINAS 2 e 4**

Comissão do Senado aprova eleições diretas

Proposta ainda tem de passar por outras comissões e por duas votações no plenário, tanto do Senado quanto da Câmara, onde precisa obter 3/5 dos votos. **PÁGINA 6**

MIRVAL PEREIRA
Pelo STF, foro privilegiado está com os dias contados. **PÁGINA 4**

LYDIA MEDeiros
No Planalto, o retrato de um governo cambaleante. **PÁGINA 2**

CANTINHO DO MORENO
Conselho de Ética já articula votar cassação de Aécio. **PÁGINA 2**



Nova fase. Temer observa o ministro durante a posse; Torquato conversou com diretor da PF amanhã

Senadores amenizam fim do foro privilegiado

Enquanto o Supremo Tribunal Federal começava a julgar proposta de restringir o foro privilegiado, o plenário do Senado correu para amenizar a emenda constitucional que prevê o fim da prerrogativa. Pela proposta aprovada em segundo turno pelos senadores, voltou a ser necessária autorização do Congresso para que seja mantida a prisão em flagrante de parlamentares. **PÁGINA 8**

Marco Aurélio levará pedido de prisão de Aécio ao plenário

PÁGINA 6

Em áudio, tucano tenta interferir na delação da Andrade Gutierrez

PÁGINA 6

Joesley deu dinheiro a firma da qual filho de Mantega foi sócio

PÁGINA 5

JBS faz acordo para pagar R\$ 10,3 bi em 25 anos; ações sobem

PÁGINAS 7 e 20

Incerteza leva BC a cortar menos os juros

O Banco Central decidiu ontem reduzir a taxa básica de juros Selic em um ponto percentual, para 10,25% ao ano, e foi explícito ao afirmar que, com o agravamento da crise

política, os cortes de juros daqui por diante serão menores. Segundo o BC, houve "aumento de incerteza sobre a velocidade do processo de reformas e ajustes na economia".

Antes da revelação da delação da JBS, que atinge o presidente Temer, analistas esperavam corte maior nos juros. Entidades empresariais pediram redução maior. **PÁGINA 16**

MÍRIAM LEITÃO
Incerteza já afeta cenário para os juros. **PÁGINA 20**

CARLOS A. SARDENBERG
Fator Joesley afeta câmbio e juros. **PÁGINA 16**

JOSÉ PAULO KUPFER
BC destoa do governo sobre cenário. **PÁGINA 19**

BOA VIAGEM



Na encosta. Praia Trilha dos Abreus

Noronha exclusiva TRILHAS POR TERRA E MAR

ESPORTES

Copa do Brasil BOTAFOGO SE CLASSIFICA; FLU É ELIMINADO

O alvinegro empatou com o Sport (1 a 1) em Recife e avançou às quartas de final. O tricolor foi derrotado pelo Grêmio (2 a 0) no Rio e está fora. **PÁGINAS 26 e 30**



VINHOS DE PORTUGAL BRINDE EM DOSE DUPLA

Evento na Barra reúne de amanhã a domingo os melhores vinhos de Portugal. Depois, os brindes acontecem em São Paulo. **REVISTA ESPECIAL**

SEGUNDO CADERNO TADASHI ENDO MESTRE DA DANÇA EM PALCO CARÍCIO

Festival Cens Brasil traz três espetáculos do bailarino japonês.



VEJA A CHARGE NA PÁGINA 3

Poderes pressionam governistas para que Alerj rejeite teto de gastos

Projeto de lei é uma das contrapartidas para o Rio obter ajuda federal

CARINA BACELAR

carina.gomes@oglobo.com.br

O projeto de lei do Executivo que prevê o teto de gastos em todas as esferas do governo tem sido alvo da indignação de representantes dos poderes, que estão pressionando as bancadas e os líderes do governo na Assembleia Legislativa para que o texto não seja votado. Diante do mal-estar entre o Palácio Guanabara e o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, governistas trabalham nos bastidores para que o Executivo proponha ao Tesouro Nacional uma barganha: eximir o Rio de estabelecer o teto de gastos, já que o governo estadual vai conseguir mais receita com o aumento da alíquota previdenciária dos servidores de 11% para 14%, que foi aprovado na Alerj e sancionado pelo governador Luiz Fernando Pezão.

ALÍQUOTA NÃO É CONTRAPARTIDA

O problema é que a limitação do aumento de despesas dos poderes ao índice de inflação (IPCA) ou ao crescimento da Receita Corrente Líquida — o que for menor — é uma exigência para os estados que querem aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, que foi aprovado no Congresso e sancionado pelo presidente Michel Temer. Por sua vez, o aumento da alíquota previdenciária, que foi muito criticado pelos servidores, não é uma contrapartida para receber a ajuda federal.

Uma fonte que trabalha na cúpula do governo garantiu que,

nas negociações, o Tesouro Nacional se mostra “irredutível”. A pressão dos poderes é tamanha que o projeto não tem apoio nem dos deputados da base aliada de Pezão que votaram a favor da autorização para a venda da Cedae e do aumento da alíquota. Na terça-feira à noite, houve uma reunião a portas fechadas entre o líder do governo na Alerj, Edson Albertassi, o desembargador Ri-

cardo Couto, que costuma representar o Tribunal de Justiça na Alerj, o ex-procurador-geral de Justiça Marfan Vieira e o defensor-geral André Luís Machado de Castro. Lá todos deixaram clara a indignação em relação ao projeto. Aproveitaram ainda para mostrar a insatisfação dos poderes com a lei que, além de mudar a alíquota previdenciária dos servidores, também aumentou, sem

escalonamento, a contribuição patronal de 14% para 28%.

Um dos articuladores da base governista na Alerj garante que, nas condições atuais, o projeto do teto “não tem como” ser aprovado. Outro deputado observou que a medida sequer tem data para ser votada.

O deputado Milton Rangel, líder do DEM, partido que tem sete deputados, a segunda maior bancada da Alerj, afirma que o projeto é “inoportuno”:

— O momento não é de discutir isso. Eu acho que ele não é necessário — disse Rangel, que vinha votando a favor das medidas que são contrapartidas para o estado obter o socorro federal.

RECURSOS LIBERADOS

STF PROÍBE BLOQUEIO DE VERBA FEDERAL

Um dia após ter as contas reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) em parecer prévio, o governo recebeu duas boas notícias, ontem: a Justiça do Rio revogou, em segunda instância, liminar de outubro de 2016 que impedia o estado de conceder novas isenções fiscais e, no fim da tarde, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, proibiu o bloqueio de R\$ 536 milhões pela União.

Em sua decisão, Fux considera que a suspensão do repasse “desestabilizaria” as medidas que vêm sendo adotadas pelo estado para reequilibrar suas contas e poderia levar à paralisação de serviços públicos.

Já a volta dos incentivos foi comemorada pelo governo e pela Firjan. Para a entidade, a decisão é “um avanço”.

Ainda ontem, na Assembleia

Legislativa, o governo conseguiu a aprovação do projeto de lei que permite ao estado quitar dívidas com concessionárias descontando seus débitos do valor que elas devem em ICMS. O dia na Alerj, no entanto, terminou com mais dois pedidos de impeachment protocolados contra o governador Luiz Fernando Pezão e seu vice, Francisco Dornelles: um de servidores e outro da bancada do PSDB. Os dois tomaram como base a rejeição das contas pelo TCE.

— Não há como dizer que não há fundamento. Antes, as contas não tinham sido julgadas. Mas tínhamos todos os indicadores quando o Executivo apresentou os dados do último trimestre. Faltava o julgamento do TCE, que, tecnicamente, disse que as contas estão rejeitadas. A Constituição prevê o crime de responsabilidade nesse caso — disse o líder do PSDB, Luiz Paulo Corrêa da Rocha.

DENTRO DOS LIMITES, DIZ MP

O MP informou que, mesmo com a elevação da contribuição patronal para 28%, “não deverá extrapolar o limite legal de gastos”, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e que atualmente sua despesa com pessoal corresponde a 1,77% da Receita Corrente Líquida do estado.

Segundo a Defensoria Pública, é importante estabelecer regras de ajuste fiscal, mas que “qualquer limitação ou mesmo a redução das despesas orçamentárias devem observar a prioridade dos gastos para a garantia das ações dirigidas à promoção dos direitos fundamentais”. Também procurado pelo GLOBO, o Tribunal de Justiça informou que não conseguiria divulgar um posicionamento sobre o projeto do teto de gastos ontem. ●

Poder em jogo



LYDIA MEDEIROS

Leis da política

Sobravam cadeiras desocupadas no Palácio do Planalto quando o presidente Michel Temer desceu a sinuosa rampa que dá acesso ao Salão Nobre para dar posse a Torquato Jardim como ministro da Justiça. Não estavam lá os presidentes da Câmara e do Senado. Também eram escassos os líderes partidários e outros parlamentares presentes — um público que não costuma perder eventos do tipo. No vasto salão, o retrato de um governo cambaleante. Nunca teve apoio popular e se mantinha pela forte sustentação parlamentar. Desde o dia 17 de maio, porém, com as denúncias da JBS, Temer cercou-se de advogados, e as questões jurídicas dominam todas as suas conversas. A política ficou em segundo plano, atestam aqueles que estiveram com ele nos últimos dias. No Congresso, governistas tentam suavizar a crise, mantendo as votações. Mas enquanto o painel registra os votos, articula-se a sucessão do presidente. O salão esvaziado lembra que não há vácuo na política.

Há vagas

A Secretaria de Comunicação do Palácio do Planalto está recrutando profissionais. Pretende formar um grupo de trabalho para montar uma política de gestão da crise.

Quem manda

A aprovação unânime na Comissão de Constituição e Justiça do Senado de emenda constitucional prevendo eleição direta em caso de dupla vacância da Presidência foi vista na Esplanada como recado à Câmara, onde tramita emenda semelhante (apresentada meses antes) de Miro Teixeira: os senadores não aceitarão ficar a reboque dos deputados.

Visionário

As explicações para a aprovação da emenda das diretas no Senado variaram do pragmatismo à ironia. “Às vezes não se aprova algo que se defende, mas por pressão popular”, disse o senador Agripino Maia. Já Romero Jucá lembrou que o projeto, se aprovado, só terá validade a partir de 2019: “Se um maluco assumir a Presidência em 2018, pode ter um vice doido. Já estou pronto para tirar! Pense num homem prevenido!”

Cacique sem índios

O Brasil “não dispõe de uma política efetiva” para a América do Sul nem dos meios necessários para desempenhar uma liderança regional. O diagnóstico é da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência. Em relatório que faz detalhada revisão da política externa dos últimos anos, afirma que o país perdeu tempo correndo atrás de uma “hegemonia consensual”. Agora, vê-se diante do risco de assumir o papel de “líder sem seguidores”.

Negócios da China

O relatório da SAE constata ainda que o país errou feio na estratégia de relacionamento com a China: “Tornou-se dependente, tanto pelo volume de nossas exportações (quase um quarto de nosso superávit comercial) quanto pelo de nossas importações”. Ao mesmo tempo, prossegue, o Brasil concentrou suas vendas em commodities, e perdeu espaço para a China no mercado dos EUA.

DO MORENO

CANTINHO



O recém-instalado Conselho de Ética do Senado já articula a votação do pedido de cassação do mandato do senador afastado Aécio Neves, feito pela oposição. Pelo visto, ninguém se habilita a defender o indefensável tucano, até porque todos sabem

que os escândalos envolvendo Aécio não se limitam ao caso JBS. Desde sempre corre pelo Senado bochichos de que ele é o mais complicado de todos os políticos que estão no alvo da Lava-Jato. Mais até do que o indigitado Renan Calheiros.

Com Amanda Almeida
poderemjogo@oglobo.com.br

merval@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



O fim próximo

O foro por prerrogativa de função, popularmente conhecido como foro privilegiado, da maneira ampla como existe hoje, está com os dias contados. Bastou que o Supremo Tribunal Federal (STF) colocasse na pauta de ontem a proposta de restringir o seu alcance para os parlamentares, para que o Senado votasse em segundo turno uma emenda constitucional mais ampla, acabando com o foro privilegiado em todos os casos, com exceção dos presidentes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

O foro privilegiado foi tão generosamente distribuído ao longo dos anos a partir da Constituição de 1988 que ninguém sabe ao certo quantas são as autoridades protegidas por ele.

O ministro Luís Roberto Barroso, relator do processo no STF, estimou ontem em seu voto que são 37 mil funcionários públicos os beneficiados. O caso concreto que está sendo analisado — o julgamento continuará hoje no STF — envolve o atual prefeito de Cabo Frio, Marcos da Rocha Mendes.

Pela proposta de Barroso, detentores do benefício devem responder a processos criminais no Supremo somente se os fatos ocorrerem durante o mandato e em função do mandato, o que não seria o caso de Mendes. Nem também de Rocha Loures, pois carregar uma mala cheia de dinheiro proveniente de propina não deveria ser tarefa de um deputado federal.

Se a posição de Barroso prevalecer ao final do julgamento, a decisão terá efeito generalizado. Barroso calculou que apenas 10% dos processos envolvendo parlamentares permaneceriam no STF, os demais desceriam para a primeira instância, resolvendo assim não apenas uma questão ética como também administrativa. O volume de processos, segundo o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, está se tornando insustentável

vel pela sobrecarga de casos policiais num tribunal que não está preparado.

O ministro Luís Roberto Barroso afirmou em seu voto que o fato de se considerar obstrução de Justiça a nomeação de um investigado para um cargo com foro privilegiado, como já aconteceu com o ex-presidente Lula e, agora, com o ex-assessor de Temer Rocha Loures, é sinal claro da “falência” do modelo atual. “Não é preciso falar mais nada.”

A ineficiência do STF para julgar casos criminais, que resulta em prescrição da maioria dos casos e percepção de impunidade por parte da sociedade brasileira, foi citada também pelo ministro Barroso, o que mais uma vez irritou o ministro Gilmar Mendes, que contestou os dados citados por Barroso com base em estudos da Fundação Getúlio Vargas do Rio e do próprio Supremo.

Luís Roberto Barroso faz duras críticas ao foro privilegiado: “O sistema é ruim, funciona mal, traz desprestígio para o STF e traz impunidade”. O ministro cita que duas em cada três ações penais sequer têm o mérito apreciado pelo Supremo. Gilmar Mendes o interrompeu para dizer que o problema não é só do Supremo, mas, sobretudo, na primeira instância da Justiça em todo o país.

A tese de que o foro, da maneira como é usado, protege os políticos de forma indevida, e não o cargo que eles ocupam, foi defendida tanto por Barroso quanto pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O projeto de emenda constitucional (PEC) que foi votado em segundo turno no Senado e encaminhado para a Câmara é uma versão ampliada do que o Supremo está discutindo, mas o julgamento do STF pode interferir na atuação da Câmara.

O relator no Senado, Randolfe Rodrigues, acha que diante da probabilidade de a proposta do ministro Luís Roberto Barroso prevalecer no plenário do Supremo, a Câmara deveria ser interessada em definir a PEC, pois é esta que prevalecerá sobre a decisão do STF, que é apenas uma interpretação nova do texto constitucional.

O projeto do Senado sofreu uma modificação ontem, e agora inclui a possibilidade de a Casa do parlamentar preso na primeira instância (Câmara ou Senado) relaxar a prisão. Mas o processo continuará na primeira instância. ●

Os pontos-chave

1

O foro privilegiado, da maneira ampla como existe hoje, está com os dias contados

2

Generosamente distribuído ao longo dos anos a partir da Constituição de 1988, ninguém sabe ao certo quantas são as autoridades protegidas pelo foro

3

Apenas 10% dos processos envolvendo parlamentares permaneceriam no STF

miriamleita@oglobo.com.br

MÍRIAM LEITÃO



COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Era da incerteza

O número de desempregados estacionado em 14 milhões reforçou a convicção de que o Banco Central tinha mesmo que continuar reduzindo os juros, independentemente da conjuntura política de absoluta incerteza do Brasil. O país vive um momento em que se restabeleceu a credibilidade do regime de metas de inflação, o que dá a principal garantia para reduzir os juros.

Eles caíram para 10,25%, e o corte de 1 ponto poderia ter sido maior não fosse a convulsão política provocada pela inconveniente conversa entre o presidente Temer e o empresário Joesley Batista. O BC apontou que as reduções serão menores daqui para frente por causa dessa incerteza. Fosse apenas pela economia, o ritmo de 1 ponto poderia ser mantido. Hoje, o IBGE divulgará um bom indicador do PIB, mas infelizmente ele não representa o começo da recuperação sustentada, mas um sinal de melhora produzido por poucos fatores, principalmente a agricultura. Sabe-se que não se repetirá no segundo trimestre na mesma dimensão e há projeções de que poderá ser negativo.

O Brasil está em uma conjuntura estranha em que o presidente da República terá que responder a interrogatório da Polícia Federal por ter se comportado de forma absolutamente inadequada no exercício da função. A blindagem constitucional dada a presidentes por fatos que ocorreram antes do mandato não se estende a ele, porque o malfeito ocorreu em março de 2017.

Ao mesmo tempo, ele se agarra em algumas coisas para permanecer no cargo. Uma delas é a melhora na economia, ainda que refletida em poucos indicadores. A inflação está abaixo da meta e deve cair ainda mais em junho, pela redução dos preços da energia e dos combustíveis. Isso tem efeitos benéficos que vão das contas públicas, à política monetária e ao orçamento doméstico. Além disso, o país teve no primeiro trimestre, como ficará claro ho-

je, o primeiro trimestre de crescimento desde 2014 e desta vez pode ter ficado em torno de 1%.

Mesmo assim, com o agravamento da crise política houve uma reversão de expectativas que deve se refletir no consumo e em investimentos que começavam a ser retomadas. Há relatos de empresários de que a redução de compras no varejo chegou a 10% nos dias seguintes à divulgação da delação da JBS.

O dado do desemprego divulgado ontem, relativo ao trimestre encerrado em abril, não surpreendeu e ficou praticamente estável em relação ao trimestre terminado em março. Era 13,7% e caiu para 13,6%. Com os mesmos 14 milhões de desempregados. Mas houve piora recente, que pode ser vista quando se compara o trimestre terminado em dezembro com o terminado em abril: houve aumento de 1,7 milhão de desempregados. Quando a comparação é feita com o mesmo período de 2016, o número é ainda mais assustador: três milhões a mais.

A crise política colocou os economistas, investidores e empresários em compasso de espera. O que vem pela frente em caso de não aprovação das reformas pode ser tão ruim que todos estão aguardando um desfecho mais claro do impasse político antes de tomar qualquer decisão. O economista José Márcio Camargo, da Opus Gestão de Recursos, diz que os próximos três meses serão decisivos para a economia:

— Há basicamente dois cenários. Um em que as reformas andam e outro em que elas param no Congresso. O segundo é muito negativo. Se o Temer ficar e não conseguir aprovar as reformas, teremos uma deterioração grande da crise, com desvalorização cambial. A janela para o mercado é algo entre 2 e 3 meses, esse é o tempo para se sentir a direção que a coisa vai tomar.

Camargo aposta que o cenário mais provável é de separação entre a crise política e a agenda de reformas. Acha que o Congresso vai seguir com as votações e defende que concluir a reforma trabalhista é crucial para diminuir o desemprego, mais até do que a reforma da Previdência. Por ora, avalia que o agravamento da crise é “deflacionário”, e por isso diz que o BC fez certo em continuar cortando os juros. A dúvida é o que vai acontecer em caso de piora da crise de confiança, que poderia levar a uma máxidesvalorização do real, algo acima de 30% em um curto espaço de tempo.

Neste primeiro semestre, não havia mesmo expectativa de melhora no mercado de trabalho, mas a piora da situação política jogou dúvidas para o restante do ano. Aliás, a política conseguiu embaralhar todos os cenários que têm sido montados pelos economistas. ●

▼ Os pontos-chave

1 Desemprego de 14 milhões justifica o corte de juros, mesmo com agravamento da crise política

2 IBGE divulgará hoje o primeiro PIB positivo desde 2014, mas isso não significa recuperação sustentável

3 Economistas e investidores estão em compasso de espera e BC indica reduções menores da Selic

www.correio braziliense.com.br

LONDRES, 1806; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1860; ASSIS CHATEAUBRIANT

CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 1.º DE JUNHO DE 2017

NÚMERO 38.728 • 64 PÁGINAS • R\$ 2,30

Começa o show da poderosa!

Um dos filmes mais esperados do ano, *Mulher-Maravilha* moderniza e empodera a super-heróina dos quadrinhos. De quem, Diana Prince, pode salvar a DC de fracasso nas telas. **DIVERSÃO&ARTE, PÁGINA 3**



Imagem: Bruce Chesler/Agf

Tudo junto no Funn Festival

Evento reúne música, laser e gastronomia no Parque da Cidade, de 3 a 18 de junho. Nego do Borel e Tiago Iorc estão entre as atrações. **DIVERSÃO&ARTE, PÁGINA 6**

Dor e amor na voz de Gal

Canções perdidas e melancólicas enunciam as músicas de Lupicínio Rodrigues, cantadas por uma das maiores artistas da MPB. **DIVERSÃO&ARTE, CAPA**



Imagem: André Frazão/Contrasto

Um basta à impunidade

O Brasil é "um país de ricos delinquentes", diz o ministro Barroso, ao defender, no STF, restrições ao foro que torna políticos corruptos em intocáveis. Surpreendido pelo Supremo, Senado aprova às pressas proposta que acaba com privilégio, mas dificulta a prisão de parlamentares

Temer vê conflito institucional no país; Torquato defende Lava-Jato

Fachin nega pedido e mantém depoimento do presidente à PF

PEC da eleição direta avança, mas não vale para este ano

PÁGINAS 2 A 6, B E 9

Juiz do TRF solta Arruda, Agnelo e Filippelli

Suspeitos de corrupção nas obras do Maré Garrincha, eles estavam presos desde 23 de maio. Delações de empreiteiras atribuem mais irregularidades ao ex-vice-governador Filippelli. **PÁGINAS 2 E 22**

Arq. Renato/Top. OCEA/PA Press



A brincadeira é séria!

Numa casa na QI 12 do Lago Norte nasceu o Chrona Squad, criado por cinco engenheiros brasileiros (foto) da Behold Studios. A aventura com guetreiros futuristas é o primeiro game produzido em Brasília vendido nos principais consoles do mundo, o Xbox One e o PlayStation. **PÁGINA 28**

Impasse sobre Caracas

OEA não tem consenso em relação à crise da Venezuela. Brasil exige que Maduro suspenda convocação de Constituinte. **PÁGINA 14**

Vitória dos condomínios

Senado aprova a MP que regulariza imóveis rurais e urbanos em todo o país. Parcelamentos no DF serão beneficiados. **PÁGINA 7**

Imagem: Divulgação



Um afago no Sol

Nasa prepara sonda de pesquisas que chegará perto da coroa da estrela, região onde a temperatura passa de 5 mil graus Celsius. Cientistas dizem que o aparelho vai "tocar o Sol".

PÁGINA 16, ASSISTA AO VÍDEO NO SITE DO CORREIO

Cemitérios do DF estão sob investigação

Relatório elaborado pelo GDF aponta uma série de falhas da empresa que administra os campos. Há cobranças excessivas e falhas na segurança.

PÁGINA 23

TCU suspende reajuste para o Judiciário

O aumento salarial de 13,23% foi concedido aos servidores por meio de processos administrativos. 56 beneficiado por decisão judicial terá a correção.

PÁGINA 11

BC reduz juros para 10,25%; desemprego cai

Número de pessoas sem trabalho no país diminuiu em 200 mil, segundo o IBGE. É a primeira queda mensal desde novembro de 2014.

PÁGINA 8



9771806 266059

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.dfgdabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS

FUNCIONALISMO / Corte determina interrupção dos pagamentos a funcionários públicos do Judiciário que receberam o aumento por meio de processos administrativos

TCU suspende reajuste de 13,23% para servidor

» HAMILTON FERRARI *

O Tribunal de Contas da União (TCU) mandou suspender o pagamento do reajuste de 13,23% que vem sendo pago para servidores do Judiciário. A decisão foi tomada ontem, em plenário, por meio do Acórdão 1120/2017, assinado pelo procurador-geral Paulo Soares Bugarin. Serão suspensos todos os pagamentos a servidores que receberam o aumento por meio de processos administrativos dos tribunais. Só poderão continuar recebendo os 13,23% aqueles que detêm decisões judiciais.

O TCU determinou, ainda, que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Superior Tribunal do Trabalho (TST) e o Superior Tribunal Militar (STM) cobrem o ressarcimento do reajuste pago administrativamente a partir de 14 de março de 2016, quando foi publicada liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), assinada pelo ministro Gilmar Mendes, interrompendo o aumento.

Os tribunais terão 30 dias, a contar da data de publicação do acórdão do TCU, para abrir processos administrativos e exigir o ressarcimento aos servidores. No entender dos ministros do TCU, o pagamento dos 13,23% já deveria ter sido suspenso desde março de 2016.

A disputa sobre o reajuste, denominada vantagem pecuniária individual (VPI), se refere à Lei 10.698, de 2003. Por meio dela, o então presidente Lula determinou o pagamento de R\$ 59,87 a todos os servidores públicos federais a tí-

TCU/Divulgação - 14/10/16



Procurador-geral no TCU, Paulo Soares Bugarin assina acórdão com a decisão sobre aumento do Judiciário

» Câmara aprova MP com aumentos

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem a MP que concede reajustes a servidores federais e reestrutura cargos e carreiras do serviço público, como de auditor fiscal e analista da Receita Federal, auditor do Trabalho, perito médico previdenciário, supervisor médico pericial da Previdência, analista e especialista de infraestrutura, diplomata, oficial e assistente de chancelaria e policial civil dos ex-territórios (Acre, Amapá, Rondônia e Roraima). A matéria segue para votação no Senado.

tulo de aumento. As reclamações sobre a falta de paridade no pagamento do benefício foram enormes. Tanto que a Justiça Federal decidiu que a VPI era um reajuste geral para os servidores públicos federais. Assim, calculou que, em vez de R\$ 59, o aumento deveria

ser de 13,23%, retroativo à data da sanção da lei, 2 de julho de 2003.

Segundo o ministro Bruno Dantas, do TCU, já havia várias decisões administrativas contra o pagamento do aumento de 13,23%. O próprio tribunal, por sinal, já havia suspenso

o aumento, com base em liminar concedida pelo STF.

O processo julgado pelo TCU foi aberto no ano passado com base em ação movida pelos sindicatos dos servidores estaduais da Justiça do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. São interessados no tema o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho de Justiça Federal, o Conselho Nacional do Ministério Público, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o Superior Tribunal Militar, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o Superior Tribunal Eleitoral e o Tribunal Superior do Trabalho.

* Estagiário sob supervisão de Simone Kafruni



Nas entrelinhas

por **Luiz Carlos Azedo**
luizazedo.df@dabr.com.br

Recuo nas reformas

O presidente Michel Temer abriu negociações com a Força Sindical para mitigar a reforma da Previdência e a reforma trabalhista, o que pode dividir as centrais sindicais e isolar a CUT. Na noite de terça-feira, recebeu o presidente da entidade, deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, e outros dirigentes da entidade, num encontro patrocinado pelo presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), para reabrir as negociações com as centrais.

Temer revelou preocupação com as manifestações organizadas pelas centrais sindicais, como as de quarta-feira da semana passada, e disse aos sindicalistas que as reformas da Previdência e trabalhista serão negociadas no âmbito do Congresso. Ou seja, o governo não vai para o tudo ou nada com os sindicatos. A conversa foi música para os sindicalistas, que fazem um intenso lobby no Senado contra a aprovação da reforma trabalhista, com apoio aberto do líder da bancada do PMDB, Renan Calheiros.

Hoje, a reforma trabalhista seria aprovada por apenas um voto na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, assim mesmo com a promessa de o governo mitigar a extinção do imposto sindical, com uma medida provisória escalonando sua extinção. Os sindicalistas querem aprovar a reforma com modificações, para que ela volte à Câmara, onde seria negociada a proposta de atribuir aos acordos coletivos, aprovados em assembleias, a fixação do valor da contribuição sindical, que substituiria o antigo imposto sindical.

Temer manobra nos bastidores do Congresso com habilidade, para atravessar a crise em que o governo mergulhou desde a divulgação das gravações de sua conversa com o dono da JBS, Joesley Batista, que fez acordo de delação premiada. Ontem, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou por unanimidade a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que

estabelece eleições diretas se a Presidência da República ficar vaga nos três primeiros anos do mandato. A eleição direta ocorreria caso os cargos de presidente e vice-presidente fiquem vagos.

Apresentada pelo senador Reguffe (sem partido-DF) em 2016, a PEC altera o artigo que trata da vacância da Presidência. O texto será enviado ao plenário do Senado. Caso aprovem o texto em plenário, seguirá para a Câmara, onde já tramita uma emenda semelhante, de

autoria do deputado Miro Teixeira (Rede-RJ). Até a oposição se surpreendeu com a aprovação do projeto de Reguffe.

A legislação atual prevê que, na hipótese de presidente e vice deixarem o comando do país nos últimos dois anos do mandato, deve ser realizada eleição indireta, em até 30 dias, pelo Congresso Nacional. Para o senador José Agripino (DEM-RN), a aprovação da proposta servirá para unir a base do governo contra o "Fora, Temer!". Ou seja, inibirá as articulações dos setores governistas que desejam a renúncia do presidente da República, pois não seria possível a eleição de outro nome de base para substituí-lo numa eleição indireta. Haveria nova eleição presidencial. Faz todo sentido.

Foro

Noutra decisão surpreendente, o Senado aprovou por 69 votos a zero, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com o foro privilegiado nos casos em que as autoridades cometerem crimes comuns, entre os quais roubo, lavagem de dinheiro e corrupção. O texto segue para análise na Câmara dos Deputados. Pelo texto aprovado, a autoridade que cometer crime comum será processada na primeira instância da Justiça. Mas os senadores retiraram da PEC o dispositivo que permitia a prisão de parlamentares após condenação em segunda instância. Ou seja, parlamentar só pode ser preso em flagrante se cometer crime inafiançável, mesmo assim sua prisão dependerá de confirmação da Câmara ou do Senado.

O assunto também está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro relator Luís Roberto Barroso anunciou ontem o seu voto a favor da limitação do foro privilegiado e defendeu que a prerrogativa abarque somente casos ocorridos durante e em razão do cargo ou mandato, ou seja, atos cometidos antes do mandato em exercício não estariam favorecidos pelo dispositivo. O julgamento será retomado hoje. Se a medida for aprovada, 90% dos casos envolvendo autoridades baixarão para a primeira instância.

Interrogatório

A propósito do STF, o ministro Luiz Edson Fachin negou pedido da defesa de Temer para suspender o seu interrogatório no inquérito relacionado às delações da JBS, que ainda não tem data marcada. Esclareceu, porém, que o presidente Michel Temer tem o direito de não responder às perguntas da Polícia Federal.

Temer manobra nos bastidores do Congresso para atravessar a crise em que o governo mergulhou desde a divulgação das gravações de sua conversa com o dono da JBS Joesley Batista



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br

E o Palocci, hein?

O pedido de prisão domiciliar para o ex-ministro Antonio Palocci, justamente, às vésperas do Congresso do PT foi lido por setores do partido como um recado do tipo, "me aguardem".

Temer respira...

A avaliação dos políticos é a de que a situação política do presidente Michel Temer é muito melhor hoje do que ontem. A cada dia a sua aflição.

... apesar dos pesares

A coluna quis saber dos ministros e líderes aliados do presidente qual o maior imponderável que Temer precisa enfrentar hoje para atravessar esse período. A maioria não tem dúvidas. É o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures, filmado carregando uma mala com R\$ 500 mil.

Distritão

Enquanto a Comissão de Constituição e Justiça do Senado faz andar a eleição direta em caso de vacância da presidência da República, a Câmara realiza consultas sobre a reforma política. Começa a se formar um consenso entre os deputados de que a melhor saída para eles hoje é o distritão (onde os mais votados são eleitos). É mais fácil de o eleitor entender e, para completar, há quem jure que ajudará muitos congressistas hoje, por causa dos votos do interior.

Aposta

Representantes de peso do mercado financeiro apostavam ontem à tarde na queda de um ponto percentual nos juros. É por um motivo muito simples: 0,75 e 1,25 são patamares que podem requerer algum tipo de explicação. Um ponto ficava no meio termo. Bingo!

Pós-leniência, turbulência

O grupo J&F pode ter recebido o que os médicos costumam chamar de "visita da saúde", com o vantajoso acordo de leniência que ajudou a subir a cotação das ações de empresas do grupo na Bolsa de Valores. É que procuradores afirmam já ter elementos para dizer que a companhia terá que responder por informação privilegiada por ganhos obtidos quando do vazamento da gravação da conversa de Joesley Batista com o presidente Michel Temer.

Só tem um probleminha: a dupla Joesley e Wesley sempre poderá dizer que "não sabia de nada" a respeito da aplicação no mercado de câmbio, mas a empresa terá que responder. Ou seja, os problemas da JBS estão longe de terminar com a delação.



DF/Alves/CB/DA/Press - 05/2/17



CURTIDAS

Ele não perde o humor! Se tem algo que caracteriza o líder do governo no Senado, Romero Jucá (foto), é a capacidade de rir de si mesmo. Ele se referiu assim a quem perguntava a ele sobre eleição direta já: "É para derrubar o próximo. Se vier um doidinho, com um vice doído, já teremos a eleição direta. O Michel, obviamente, vai terminar o mandato", afirmou Romero.

Por falar em Jucá... Numa rápida conversa no Planalto, Jucá tinha acabado de dizer a um grupo de jornalistas que não mexia "com essa história de cargo". Eis que um homem se aproxima e vai logo agradecendo: "Senador, obrigado, viu? Aquelas pessoas que o senhor indicou já estão trabalhando".

E em diretas... O senador Raimundo Lira (PMDB-PB) não titubeou ao explicar por que a CCJ aprovou a eleição direta em caso de vacância da Presidência da República: "Sabe como é, às vezes a Casa vota por pressão popular. Eu defendi eleição indireta, que é a que está na Constituição".

Enquanto isso, no Planalto... Ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) preferiram ficar distantes da solenidade de posse do ministro Torquato Jardim. Não é momento de desfilarmos nos salões palacianos.

Olho vivo! Deputados enroscados em processos da Lava-Jato acompanharam, da sala de café do plenário, os votos dos ministros sobre a restrição do foro privilegiado. É a preocupação da maioria no momento.

www.valor.com.br

Quinta-feira, 1 de junho de 2017 | Ano 18 | Número 4267 | R\$ 5,00

China e União Europeia formam 'aliança verde' para se contrapor a eventual recuo dos EUA na área ambiental A13

Inflação muito baixa é preocupação para o Fed C3

Apesar dos planos do Planalto, 'leva tempo se estabelecer na área de defesa', avisa Buskhe, da Saab B4



Valor

ECONÔMICO

Destaques

Baixa competitividade e corrupção



Alto do preço político, o Brasil continua afundando em termos de competitividade e aparece na liderança para posição entre 163 países no Relatório de Competitividade Global 2017, do IMD, um dos mais importantes escalões de rankings do mundo. Também é o segundo mais corrupto, atrás da Venezuela. "Essas questões estão na raiz da pobre eficiência governamental", afirma Arturo Iñiz, diretor do relatório. A6

Críticas de armadores noruegueses Segundo o maior mercado da indústria naval norueguesa, o Brasil foi alvo de críticas em evento do setor na capital, Oslo. Na presença do embaixador brasileiro, o empresário Kristian Sim, da Sim Industries, questionou a limitação das dívidas na Petrobras e de que o Brasil "não tem sido fácil", "o país começou como uma democracia e depois o povo elegeu criminosos", disse. B4

Pagamento móvel começa a acelerar O uso do celular para pagar compras no dia a dia foi uma das primeiras aplicações pensadas para os smartphones, mas também é a que tem levado mais tempo, quase uma década, para se tornar realidade no Brasil. Hoje, três opções já estão disponíveis e novas concorrentes de peso, como Google e Apple, estão perto de chegar. B6

Expansão de Leforte O grupo Leforte — antigo Hospital Bandeirantes — assumiu R\$800 milhões do Instituto Paulista de Cancerologia, mediante três clínicas oncológicas fundadas pelo médico Galberrme Mendes Filho, apunha o Valor. A partir de agosto, o foco será a expansão orgânica, embora outros quatro ativos estejam sendo avaliados no Estado de São Paulo. B7

Delações prejudicaram investidor A crise política envolvendo o presidente Temer deixou sequelas para o investidor, que viu boa parte das aplicações ficar no vermelho em maio. Nem mesmo a renda fixa passou ileso e, na atualização dos títulos públicos a valor de mercado, houve perdas relevantes, ao menos contabilmente. A bolsa caiu 4,12% e devolveu todo o ganho que acumulou no ano. C2 e C8

F1-FGTS define novos aportes Três projetos receberam recursos do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (F1-FGTS) entre os apresentados no chamamento público aberto em janeiro para a área de infraestrutura. O maior deles, de R\$ 1 bilhão, é o Itaipu entre a Região Sudeste e o Rio de Janeiro, da Xingü Rio Transmissora de Energia. C3

Autorização por aporte à Petrobras A SAUziza da Justiça Federal do Rio estabeleceu decisão da 1ª instância administrativa da licitação que confirmou a atuação de mais de R\$ 5 bilhões contra a Petrobras cobrando R\$ e CSL sobre aporte feito à Petrobras, mas permitindo a redução de 20% na base de cálculo. A estatal havia feito abatimento integral, enquanto o Carf impedia qualquer dedução. Ainda cabe apelação da sentença. E1

Ideias

Maria Cristina Fernandes Plano de Jôhn pode não agradar a classe média, mas tem garantia no colégio eleitoral que poderá definir o sucesso de Temer. A8

Thiago de Moraes Moreira Sem ações de política econômica focadas na geração de superávit, a economia brasileira voltará a estar vulnerável. A14

Indicadores

Indicador	2016	2017	2018
Desemprego	13,4%	12,7%	12,0%
Índice Ibovespa	23.000	24.000	25.000
Índice de preços	1,5%	1,2%	1,0%
Índice de produção	1,0%	0,8%	0,6%
Índice de comércio	1,2%	1,0%	0,8%
Índice de serviços	1,1%	0,9%	0,7%
Índice de indústria	0,8%	0,6%	0,4%
Índice de construção	0,5%	0,3%	0,1%
Índice de transporte	0,4%	0,2%	0,1%
Índice de energia	0,3%	0,1%	0,0%

Donos da JBS assumem ônus do acordo de leniência

Luiz Henrique Mondes, Fernando Torres, Vanessa Adachi e Mauro Magro De São Paulo e Brasília

O mercado reagiu positivamente ao acordo de leniência fechado pelo Ministério Público Federal com a JBS, holding da família Batista que controla a JBS. Com o acordo, de R\$ 10,3 bilhões, será paga no prazo de 25 anos exclusivamente pela JBS, a JBS ficou livre desse ônus. Suas ações subiram 9,05% na B3, a maior valorização de ontem do Ibovespa. A JBS ganhou R\$ 1,1 bilhão em valor de mercado e, embora não tenha se recuperado a perda acumulada desde 17 de maio, quando a delação premiada dos irmãos Batista veio a público, as ações subiram para R\$ 3,9 bilhões. O mercado trabalhava com a hipótese

de divisão do valor da multa entre JBS, JBS e Eldorado, a empresa de celulose do grupo. O que provavelmente forçava a JBS a vender alguns de seus bons ativos no exterior. Neste caso, tal como aconteceu com a Itaipava, o investidor em ações da JBS acabaria pagando parte da conta por subsornos de responsabilidade exclusiva do controlador. Outros, analisavam que a JBS fero protegi-la, embora desdém ainda persistisse, com maior custo de crédito na região de dívidas e novas multas nos EUA e no Brasil. Com a definição da multa, a maior do mundo para violações a leis anticorrupção, o MPF tenta combater a percepção na sociedade de uma "superpenalidade" concedida à pessoa física dos irmãos Batista em troca da delação. Mas o prazo dilatório de 25 anos para pagamento e o

pelo IPCA, sem juros, tornam as condições para o grupo mais favoráveis do que as pretendidas inicialmente pelo MPF. A JBS obteve desconto de quase R\$ 4 bilhões, em valor presente, no total a pagar no acordo. O MPF pediu R\$ 10,3 bilhões, parcelados em 13 anos e corrigido pela Selic. O grupo possui R\$ 13 bilhões, com prazo mais longo e outro índice de correção. O acordo saltou, a valor presente, ao custo aproximado de R\$ 7,2 bilhões. Pelo mesmo cálculo de valor presente, Odebrecht e Itaipava, que dividiram a conta com seus acionistas, inclusive com a Petrobras, e foram parte de um cartel que aplicava sobrepreço a obras do setor público, vão pagar, juntos, R\$ 6,6 bilhões. Sem contar que, como a multa da Odebrecht foi estabelecida pelo Departamento de Justiça dos EUA, ela não tem a pagar por lá. Página B10

Novo Refis traz descontos em juros e multas

Raphael Di Couto e Fabio Grazer De Brasília

Contra a vontade da Receita Federal, o novo Refis vai oferecer descontos de até 90% nos juros de débitos em atraso e de até 50% nas multas. Nas três modalidades de parcelamento, a entrada será de 20% do valor da dívida consolidada, para débitos superiores a R\$ 15 milhões. Nos valores abaixo disso, a entrada será de 7,5%. O programa permitirá a inscrição de débitos vencidos até 30 de abril. A Medida Provisória criando o novo Refis foi publicada ontem à noite, em edição extra do "Diário Oficial da União". O programa deve gerar arrecadação adicional de até R\$ 13 bilhões neste ano. A expectativa era regularizar cerca de R\$ 200 bilhões em dívidas. Página A12

Plano de voo



Dois semanas após assumir a Lufthansa Brasil (LH-TAM), Jerome Cadore encara uma crise que deve afetar a reação da demanda. Por isso, o foco é rentabilidade e não participação do mercado. Pág. B1

Crise leva BC a reduzir ritmo de corte de juro

Alex Ribeiro e Eduardo Campos De Brasília

A crise que ameaça o mandato do presidente Michel Temer deve levar o Banco Central (BC) a reduzir o ritmo de corte da taxa básica de juros (Selic). O Comitê de Política Monetária (Copom) diminuiu ontem a Selic em um ponto percentual, para 10,25% ao ano, e indicou que, na próxima reunião, marcada para os dias 25 e 26 de julho, haverá "redução moderada" na velocidade de queda da taxa. No comunicado da decisão de ontem, o Copom apontou como principal fator de risco para o controle da inflação o aumento das incertezas quanto à aprovação das reformas institucionais, como a da Previdência. A degradação da cena política, decorrente das delações da JBS, também pode afetar o tamanho do ciclo de redução dos juros. Até a recente piora do cenário político, o Copom vinha trabalhando com a possi-

bilidade de acelerar o ritmo de corte, antecipando o ciclo de redução, uma vez que a inflação projetada para este ano já está abaixo da meta de 4,5%. As expectativas estão sob controle e a atividade econômica segue bastante fraca. No comunicado, o BC não abriu todos os componentes do balanço de riscos, como em reuniões anteriores. Preferiu mencionar as incertezas sobre as reformas. "O aumento recente da incerteza associada à evolução do processo de reformas e aos ajustes necessários na economia brasileira dificulta a queda mais célere das estimativas da taxa de juros estrutural [que mantém a atividade num determinado patamar sem gerar inflação] e ao mesmo tempo incertezas", diz o comunicado. Até então, o BC deixava claro que a tramitação das reformas ocorreria de forma positiva, reduzindo o nível da taxa estrutural. A mudança de estratégia é uma consequência efetiva da crise que atinge Temer há duas semanas. Página C1

Corrupção distorce competição, diz Iedi

Ligia Guimarães e Catherine Vieira De São Paulo

A corrupção é um fator que distorce a competitividade, afirma o presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Pedro Wrongtchowski. Os episódios que culminaram

na atual crise política, econômica e institucional expõem o setor empresarial a constrangimento e evidenciam a necessidade de redefinir a relação entre empresas e o setor público. Vice-presidente do conselho da Ultra-pac, Wrongtchowski disse, em entrevista ao Valor, que vê com preocupação a "me-

morização" da política, porque ela é "a base para a formação nacional". Segundo ele, as instituições do Brasil têm sido sistematicamente postas à prova, mas têm se saído bem. Com visão extremamente crítica das lideranças empresariais, Wrongtchowski diz que a construção sindical obrigatória é danosa. Página A16

Tucanos da Câmara e de SP querem romper com Temer

Marcelo Ribeiro, Raphael Di Couto, Ricardo Mondação e Fernando Taquari De Brasília e de São Paulo

Insatisfeitos com a decisão dos dirigentes do PSDB de permanecerem na base de apoio ao governo, os chamados "tucanos verdes" do partido na Câmara dos Deputados fizeram um novo apelo à cúpula da legenda para convocação de reunião após o julgamento do pedido de cassação da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral, na terça-feira, para reafirmar a posição do partido. A intenção da bancada tucana é deixar o governo mesmo que o julgamento seja suspenso por um possível pedido de vista. "Caso o presidente Temer seja cassado e recorra à decisão, o desembargo também deve ser imediato. Só a absolvição imediata deve manter o PSDB no governo", defendeu um deputado. Em São Paulo, onde o líder institucional do partido é o governador Geraldo Alckmin, o presidente do diretório paulista, o deputado estadual Pedro Ibsias, como correligionários da Assembleia Legislativa, prefeitos e até vereadores tucanos de todo o Estado para um encontro na segunda-feira, que vem sendo chamado de "super reunião ampliada" de avaliação, para discutir a permanência na base do governo. No Palácio do Bandeirantes, a ordem é não se comprometer oficialmente com o encontro. Página A8

A HYUNDAI CAOA TRABALHA PARA CONQUISTAR SEUS CLIENTES.

PRÊMIOS SÃO APENAS UMA CONSEQUÊNCIA.

HYUNDAI CAOA. VENCEDORA DO PRÊMIO CONSUMIDOR MODERNO DE EXCELÊNCIA EM SERVIÇOS AO CLIENTE NA CATEGORIA AUTOMÓVEIS DE LUXO, ULTRAPASSANDO A MERCEDES-BENZ, DETENTORA DESSE PRÊMIO DURANTE 12 ANOS.

HYUNDAI CAOA MONTADORA



Tucanos da Câmara e de SP querem romper com Temer

**Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto,
Ricardo Mendonça e Fernando Taquari**
De Brasília e de São Paulo

Insatisfeitos com a decisão dos dirigentes do PSDB de permanecerem na base de apoio ao governo, os chamados “cabeças pretas” do partido na Câmara dos Deputados fizeram um novo apelo à cúpula da legenda para convocação de reunião após o julgamento do pedido de cassação da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral, na terça-feira, para rediscutir a posição do partido. A intenção da bancada tucana é deixar o governo mesmo que o julgamento seja suspenso por um provável pedido de vista.

“Caso o presidente Temer seja cassado e recorra da decisão, o desembarque também deve ser imediato. Só a absolvição imediata deve manter o PSDB no governo”, defendeu um deputado.

Em São Paulo, onde o líder incontestável do partido é o governador Geraldo Alckmin, o presidente do diretório paulista, o deputado estadual Pedro Tobias, convocou correligionários da Assembleia Legislativa, prefeitos e até vereadores tucanos de todo o Estado para um encontro na segunda-feira, que vem sendo chamado de “super reunião ampliada” de avaliação, para discutir a permanência na base do governo. No Palácio dos Bandeirantes, a ordem é não se comprometer oficialmente com o encontro. **Página A8**

PSDB paulista faz reunião para propor rompimento com Temer

Ricardo Mendonça
e Fernando Taquari
De São Paulo

Sob o argumento de que o PSDB precisa ouvir suas bases a respeito de como se posicionar em relação ao governo Michel Temer, o deputado estadual Pedro Tobias, presidente do diretório paulista da sigla, convocou colegas da Assembleia Legislativa, prefeitos, dirigentes partidários e vereadores tucanos de todo o Estado de São Paulo para um encontro que vem sendo chamado de “super reunião ampliada” de avaliação. O objetivo é discutir a conjuntura nacional e colocar em votação se o partido deve desembarcar do governo.

O evento, segundo os envolvidos, não partiu da iniciativa do governador Geraldo Alckmin, que é muito próximo a Tobias e que não participou da reunião entre o presidente da República, o presidente da sigla, senador Tasso Jereissati (CE), e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em um hotel em São Paulo na segunda-feira à noite. Na reunião, a cúpula tucana discutiu um acordo para manutenção provisória de apoio a Temer.

A tendência no encontro de segunda-feira, conforme observadores ouvidos pelo Valor, é de rompimento com Temer, o que deve reforçar a pressão feita pelos chamados “cabeças-pretas” da sigla, os parlamentares e dirigentes mais jovens da agremiação.

Uma reunião de deputados federais paulistas do PSDB realizada na segunda-feira em Brasília antecipou essa tendência. Dos 12 integrantes da bancada, dez votaram pelo desembarque.

“Não pode mais reunião de cinco ou seis decidir para onde vai o partido”, diz Pedro Tobias. “Estou sendo massacrado [por ter convocado a reunião] porque nunca tem unanimidade. Mas eu, como presidente, não posso ser omissor numa hora dessa.” O encontro está agendado para segunda-feira, dia 5, às 18h. Será sob uma tenda armada no quintal do Diretório Estadual da sigla, em São Paulo. A ex-



Alckmin: governador não quis se envolver com a organização do encontro, que será iniciativa de dirigente local

pectativa é de comparecimento de até duas centenas de militantes.

Segundo Tobias, será a oportunidade para tucanos paulistas discutirem e se posicionarem sobre os grandes temas nacionais: “Fica com Temer? Ou sai [do governo] imediato? Vamos fazer reformas? Ou vamos esperar?”

A reunião não tem quórum mínimo para deliberar. Ele diz que não quer algo demorado. “Coloca a tese, quatro ou cinco defendem favorável, quatro ou cinco defendem contra e então vota”, explica. “Caso a maioria decida sair, não podemos obrigar ninguém [do PSDB a deixar o governo ou ir para a oposição]. Mas vamos mandar recado para [a direção] nacional. São Paulo é importante. Tem 51 milhões de pessoas. O PSDB mais consolidado é o de São Paulo. Tem governador [Geraldo Alckmin], que é liderança nacional”.

No Palácio dos Bandeirantes, a ordem é não se comprometer oficialmente com a reunião ampliada. Assessores de Alckmin garantem que ele não foi consultado previamente sobre a convocação e que, como filiado, é um mero convidado do evento. Não há confirmação se participará, se só chegará no final, após a votação, ou se irá ignorar o encontro.

Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Cauê Macris é um dos que defendem o desembarque. Ele elogiou a iniciativa de Tobias e disse que irá à reunião defender sua posição. “Acredito que o PSDB não deveria ter qualquer tipo de cargo no governo [Temer]. Não se trata de ir para a oposição. Mas atuar e votar com independência, a favor das reformas e do Brasil”, afirmou.

Um dirigente do partido que aceitou dar entrevista, mas pediu para

não ter o nome identificado, disse que a reunião ampliada dos paulistas servirá como “um recado” para Tasso, que recentemente assumiu a presidência do PSDB nacional em substituição a Aécio Neves (MG), senador afastado por suspeita de corrupção. O sentimento predominante é o de que o PSDB paulista tem sido deixado de lado na hora de tomar decisões importantes de caráter nacional. Esse dirigente chegou a usar uma expressão forte para se referir a Tasso: “Ele tem cabeça de coronel”.

Tasso é um dos nomes cotados em Brasília para representar o PSDB em eleição indireta à Presidência no caso de eventual queda de Temer. Para alguns defensores de Alckmin, que quer ser candidato em 2018, isso pode representar o surgimento de mais um concorrente interno. *(Colaborou Marcelo Ribeiro, de Brasília)*

Política monetária Após corte de um ponto no juro, BC indica diminuição 'moderada' no ritmo

Copom reduz taxa Selic a 10,25%

Eduardo Campos e Alex Ribeiro
De Brasília

A crise política levou o Banco Central (BC) a rever o ritmo de redução da taxa básica de juros, a Selic. Depois de um corte de um ponto percentual na quarta-feira, que levou a taxa a 10,25% ao ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) indicou que uma "redução moderada" no ritmo de flexibilização "deve se mostrar adequada em sua próxima reunião", que acontece nos dias 25 e 26 de julho.

O colegiado, presidido por Ilan Goldfajn, aponta como principal fator de risco no seu horizonte o aumento de incerteza sobre a velocidade do processo de implementação de reformas e ajustes na economia. A piora do cenário político, decorrente das delações dos controladores da JBS, também poderá ter implicações sobre o tamanho do ciclo de redução pretendido.

Até então, o Copom vinha trabalhando com a possibilidade de acelerar o ritmo de corte na reunião de ontem, com uma redução de 1,25 ponto percentual,

antecipando o ciclo de distensão monetária, em virtude do bom comportamento da inflação e das expectativas e do fraco ritmo da atividade econômica.

De acordo com o Copom, o ritmo de flexibilização monetária continuará dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos, de possíveis reavaliações da estimativa da extensão do ciclo e das projeções e expectativas de inflação. No comunicado, o BC não abriu todos os componentes do balanço de risco como fez em outras reuniões, que até então citavam a atividade econômica e o cenário internacional, e centrou a atenção sobre como as incertezas políticas poderão afetar a tramitação das reformas.

Já a extensão do ciclo, ou até que percentual a Selic pode cair nos próximos meses, continuará relacionada às estimativas da taxa estrutural, que é aquela que garante o máximo crescimento com inflação na meta. O comunicado alerta que "o aumento recente da incerteza associada à evolução do processo de reformas e ajustes ne-

cessários na economia brasileira dificulta a queda mais célere das estimativas da taxa de juros estrutural e as torna mais incertas".

Até então, o BC deixava claro que o processo de aprovação das reformas acontecia de forma positiva, reduzindo o patamar dessa taxa estrutural — também chamada de "taxa neutra". Ilan chegou a pedir aos agentes de mercado que refizessem suas estimativas para essa taxa.

O BC também diz que, nesse ambiente com maiores riscos, as suas projeções de inflação envolvem maior grau de incerteza. Numa delas, que considera a queda da taxa Selic a 8,5% neste ano, conforme previsto pelos analistas econômicos do mercado, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fecharia 2017 em 4% e subiria a 4,6% em 2018, nesse caso pouco acima da meta, de 4,5%. As projeções de inflação feitas pelo Copom na sua reunião de abril mostravam um IPCA de 4,1% neste ano e ao redor de 4,5% no ano que vem.

A avaliação do Copom é a de que o comportamento da inflação

permanece favorável, com a queda de preços difundidas entre componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária, como o preço dos serviços. Mas diz que "é necessário acompanhar possíveis impactos do aumento de incerteza sobre a trajetória prospectiva da inflação".

Em seus pronunciamentos recentes, Ilan apontou que o BC daria tratamento simétrico aos choques favoráveis e desfavoráveis de preços e que poderá utilizar a flexibilidade do regime de metas para acomodar as variações atípicas nos preços dos alimentos e também do dólar. O preço da moeda americana foi um forte termômetro da crise política e representa um importante canal de transmissão de choques para a inflação, incluindo as incertezas políticas.

Ilan também deixou claro que em um ambiente com inflação e expectativas ancoradas na meta ou ao redor dela, o BC não reage aos chamados efeitos de primeira ordem, ou seja, à alta do preço em si, mas sim quando há difusão dessa alta para outros segmentos da economia.

A piora do cenário político também levou o BC a fazer uma ponderação na sua avaliação sobre a atividade. Por ora, o BC mantém a visão de estabilização da economia no curto prazo e de recuperação gradual ao longo do ano. Mas diz que "a manutenção, por tempo prolongado, de níveis de incerteza elevados sobre a evolução do processo de reformas e ajustes na economia pode ter impacto negativo sobre a atividade econômica".

Por ora, o mercado reduziu apenas marginalmente a projeção de crescimento do PIB em 2017, de 0,5% para 0,49%. O governo mantém a previsão de alta de 0,5%.

Na parte dedicada ao cenário externo, o BC diz que o quadro tem se mostrado favorável até o momento, já que a atividade econômica global mais forte tem mitigado os efeitos de possíveis mudanças de política econômica nos países centrais. O BC vinha mostrando preocupação com as políticas econômicas nos Estados Unidos e na China.

Economistas veem corte de 0,75 ponto em julho e fim de ajuste mais próximo

Silvia Rosa e Chrystiane Silva
De São Paulo

O Copom do BC indicou uma desaceleração no ritmo de corte da taxa Selic de 1 ponto para 0,75 ponto percentual em sua próxima reunião, no fim de julho, e pode ainda interromper mais cedo o atual ciclo de queda de juros, avaliam economistas.

Diante do comunicado da decisão, a expectativa dos economistas é que o tamanho do ciclo possa ficar um pouco menor do que o refletido no mercado de juros futuros. Na última pesquisa Focus, a previsão era que a taxa básica Selic recuasse para 8,5%. Os contratos de juros já refletiam ontem uma queda da Selic para perto de 8,8%.

A economista-chefe da ARX Investimentos, Solange Srouf Chachamovitz, afirma que as projeções do mercado financeiro já consideravam que o corte de juros poderia ser menor na próxima reunião do Copom devido à crise política. "O mercado tem sido complacente e reagido de maneira até positiva em relação à crise institucional, vamos ver se esse comportamento continua", diz.

Para Solange, o efeito das incertezas políticas e do andamento das reformas estruturais pode ser dúbio para a taxa de inflação. Por um lado, o atraso na recuperação econômica pode ajudar a reduzir a inflação o que, consequentemente, facilitaria a redução dos juros. Mas, por outro lado, se houver uma desvalorização cambial, pode ocorrer o repasse para a inflação, o que vai diminuir a possibilidade de corte acelerado das taxas. "Esse é

um fator que o mercado vai analisar com atenção", afirma.

Segundo Carlos Kawall, economista-chefe do Banco Safra, o tamanho do ciclo total de corte de juros vai depender do impacto das incertezas em relação ao encaminhamento das reformas, da atividade e das estimativas para a taxa de juros estrutural da economia brasileira. "A chance de aprovar a reforma da Previdência do jeito que está na comissão na Câmara é baixa", afirma.

"Mas ainda faz sentido se pensar em uma Selic em 8% para o fim deste ano, podendo cair até abaixo disso no ano que vem", diz o economista. A projeção do economista se baseia em um cenário mais pessimista para a atividade econômica, prevendo um PIB de 0,2% para 2017.

Para Tony Volpon, economista-chefe do UBS no Brasil e ex-diretor de assuntos internacionais do BC, o Copom pode fazer a última redução na Selic em julho, o que levaria a taxa básica para 9,5%, dependendo da evolução das incertezas, especialmente em relação às reformas. "O não andamento da situação e a permanência do elevado grau de incerteza podem levar o Banco Central a encerrar o ciclo de corte de juros com a Selic a 9,50%", afirma Volpon.

Segundo o economista, o cenário de incerteza dificulta a projeção para o tamanho do ciclo. "O BC está claramente puxando o freio na velocidade de queda dos juros por causa da incerteza", diz Volpon. Na sua avaliação, o BC está com um cenário menos otimista que o do mercado.

Segundo Alessandra Ribeiro,

economista da Tendências Consultoria, o BC deixou claro que vai avaliar o impacto da evolução das reformas estruturais sobre a atividade, o que vai impedir cortes mais agressivos nos juros. Além disso as projeções macroeconômicas para 2017 e 2018 pioraram. Considerando a Selic em 8,5% no fim de 2017 e 2018, as projeções do BC mostram o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) em 4% no fim de 2017 e de 4,6% para 2018. Na reunião de abril, as projeções mostravam IPCA de 4,1% neste ano e de 4,5% em 2018.

Para Alessandra, é difícil mensurar o impacto das incertezas sobre as reformas. Ela afirma que pode haver uma redução dos investimentos, sendo que o setor de construção civil pode ser um dos mais atingidos. Mas, por outro lado, o setor de consumo pode reagir de maneira positiva. "Não vejo chance de o BC reduzir os juros além de 0,75% na próxima reunião", diz.

O economista-chefe para mercados emergentes da Capital Economics, Neil Shearing, avalia que a mudança de linguagem do comunicado parece ser direcionada, em parte, para tranquilizar os investidores em um contexto de aumento do risco político. "No entanto, se a crise política desencadear um deslocamento maior da curva de juros, é claro que o Copom será mais conservador", escreveu.

A projeção da Capital Economics é a de que o Copom pode cortar o juro em 0,75 ponto percentual na próxima reunião de julho e fazer mais dois cortes de 0,50 ponto percentual em setembro e outubro, colocando a Selic em 8,5%.

Setor de ônibus urbano enfrenta queda de demanda, corte de pessoal e dívidas

Luciano Máximo
De São Paulo

Pesquisa inédita encomendada pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) mostra que a maioria das empresas privadas de ônibus responsáveis pelo transporte público urbano vivem, pelo menos nos últimos três anos, um cenário de demanda em queda, perda de mão de obra, elevação do endividamento e aumento do índice de encerramento de atividades.

De acordo com o levantamento, que será divulgado hoje, durante a recessão, entre 2014 e 2016, a demanda do setor, levando em conta uma amostragem de 225 empresas em 115 municípios brasileiros, caiu 16,5%, passando de 382,4 milhões de passageiros transportados para 319,3 milhões. No mesmo período, as empresas avaliadas demitiram mais de 7 mil trabalhadores, terminando o ano passado com um efetivo de 133,5 mil funcionários. A pesquisa também aponta que, nos últimos três anos houve o fechamento de 56 empresas de ônibus por motivo de falência ou perda de contratos públicos.

Diante desses números negativos, o presidente da NTU, Otávio Vieira da Cunha Filho, diz que quase 68% das companhias avaliadas têm hoje algum tipo de dívida, a maioria de origem tributária ou previdenciária —

Setor em crise

Empresas de transporte público urbano perdem passageiros, demitem e fecham as portas

- **Universo da pesquisa:**
225 empresas
- **Frota:**
32.349 veículos
- **Ônibus por empresa:**
148
- **Endividamento:**
67,6%*



Fonte: Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU)/Instituto FSB Pesquisa. *Uma ou mais dívidas tributária ou particular; **Falência, encerramento de atividade e derrota ou não participação em licitação.

três em cada dez não contribuíram regularmente com a Previdência Social. A pesquisa, elaborada pelo Instituto FSB Pesquisa, aponta ainda que quase a metade das empresas avaliadas aderiram a programas de recuperação fiscal nas esferas federal, estadual e municipal. Outro um terço delas pretendem aderir ao novo Refis, criado pela Medida Provisória 766, editada recentemente pela União.

O presidente da NTU atribui esses problemas, em geral, à pobre formulação de políticas públicas há mais de 20 anos, o que envolve falta de recursos orçamentários para investimentos em infraestrutura urbana, precariedade na modelagem de contratos de concessão pública do setor e desenho de rotas e irracionalidade na definição de tarifas. "As dívidas, em média, superam

30% do faturamento anual das empresas. É uma situação preocupante, que expõe uma crise que compromete o serviço oferecido aos usuários do sistema de transporte público urbano [ônibus]. Nos últimos 20 anos o setor tem perdido demanda, produtividade e sofre com a ausência de políticas públicas para socorrê-lo. O endividamento é reflexo dessa situação que pode tomar proporções ainda maiores. Enquanto os custos do transporte público forem pagos somente pela tarifa, a situação só tende a se agravar", diz Cunha Filho.

Ele explica que em países desenvolvidos os ônibus recebem subvenção financeira pública, deixando parte da tarifa para custear a operação e outra parte para remunerar os operadores. "É preciso constituir um fundo, como existiu até 1988, para dar

conta da demanda de passageiros e de infraestrutura. A criação de um imposto municipal, uma espécie de Cide cobrada na bomba do posto de gasolina, pode dar liquidez a esse fundo e ajudar nos investimentos, porque só com a tarifa atual não é possível melhorar a operação, mal dá para manter, por isso que a população reclama de serviços ruins", acrescenta o dirigente, pontuando que quase 25% das empresas avaliadas na pesquisa declararam que não tiveram reajustes tarifários em 2016. "Essa insegurança contratual prejudica muito a operação."

A conjuntura do setor de transportes urbanos e a pesquisa da NTU serão debatidas nesta quinta no seminário "Transporte público urbano: desafios e oportunidades", promovido pelo Valor em Brasília.

Atraso na legislação ameaça a 'reforma' do setor elétrico

Rafael Bitencourt
De Brasília

O esforço do governo em promover ampla reforma do setor elétrico poderá ser desperdiçado se as propostas de ajuste na legislação não forem enviadas logo ao Congresso para serem aprovadas ainda em 2017. O alerta foi feito ontem por entidades e pelo Ministério de Minas e Energia. Representantes do setor consideram que o governo — apesar de enfrentar grave crise política — ainda conta com apoio suficiente para fazer passar as mudanças no Legislativo.

Durante audiência pública na Câmara dos Deputados, o presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), Reginaldo Medeiros, disse que a reestruturação do setor poderá ser atropelada pelas eleições se ficar para 2018. A avaliação do executivo não chega a considerar a possibilidade de reviravolta ainda maior na política com a realização de eleição antecipada, seja direta ou indireta, para escolha de novo presidente da República.

“Se não mudarmos o setor esse ano, muito dificilmente no próximo ano teremos condições de promover as alterações na lei em função do calendário eleitoral”, disse o presidente da Abraceel, na audiência realizada na Comissão de Minas e Energia.

As mudanças pretendidas pelo governo passam pela retirada de subsídios cobrados nas contas de luz, pela quebra do modelo de co-

tas de energia fornecida por hidrelétricas antigas e pela abertura no setor com maior facilidade de migração dos consumidores para o mercado livre. Boa parte destas medidas de reestruturação estava prevista para ser publicada em medida provisória (MP), como informou o Valor no início de maio.

O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, também reconheceu o risco de deixar a aprovação das medidas no Congresso para 2018. Segundo ele, a melhor estratégia seria promover os ajustes de caráter amplo na legislação ainda no segundo semestre desse ano. Isso permitiria a edição de decreto e aprovação de outras normas de regulamentação da lei no próximo ano, após concluir a discussão técnica com o setor.

“As leis hoje impedem um conjunto de coisas acontecerem no setor. Se tirarmos essa imposição legal, depois podemos discutir, no nível de decreto, como seria a implementação”, afirmou Pedrosa.

Em debate sobre a abertura gradual do mercado de energia, na Comissão de Minas e Energia da Câmara, o deputado Fabio Garcia (PSB-MT), relator do projeto que trata do tema, disse que o novo modelo de comercialização trará desafios ao setor elétrico brasileiro principalmente relacionados ao financiamento de novos empreendimentos e ao risco de aumento das sobras de energia contratada pelas distribuidoras.

PPSA vai escolher agente para vender óleo do pré-sal

André Ramalho
De Brasília

A Pré-sal Petróleo (PPSA) pretende lançar, no segundo semestre, uma licitação a fim de contratar um agente para fazer a comercialização dos volumes de petróleo de propriedade da União, produzidos no pré-sal sob o regime de partilha, a partir de 2018. Enquanto isso, segundo o presidente da estatal, Ibsen Flores, a PPSA está negociando um contrato temporário com a Petrobras, para comercialização dos primeiros barris da União, já a partir deste ano.

Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), as receitas da União com a comercialização do petróleo dos contratos de partilha são estimadas em R\$ 768 milhões em 2017.

A intenção da PPSA é fechar contrato de três anos com o agente comercializador, válido a partir do segundo semestre de 2018. Segundo Flores, a ideia é atrair tradings (comercializadoras), associadas a empresas com infraestrutura logística, ou companhias que integrem as duas atividades. O executivo acredita que a Petrobras é uma forte candidata.

“A Petrobras poderá participar da licitação e é uma forte concorrente, porque é a empresa com maior infraestrutura logística do país. Ela tem uma vantagem competitiva”, comenta Flores.

Vencerá a licitação a empresa que apresentar a menor taxa de remuneração. Pelo contrato, a

trading comercializa o petróleo da União e retira, na venda, uma espécie de comissão antes de repassar as receitas ao Tesouro.

A expectativa da PPSA é que, inicialmente, as receitas da União sejam geradas a partir da comercialização do óleo dos campos de Libra (cujo teste de longa duração está o previsto para julho), Lula e Sapinhoá (ambos já em produção) e Tartaruga Verde (com produção prevista para o 4º trimestre).

Representante da União na gestão dos contratos de partilha, a PPSA vive a expectativa de um novo aporte de capital este ano. As regras das rodadas de partilha do pré-sal preveem o pagamento de bônus de R\$ 53,8 milhões à estatal.

A intenção, diz Flores, é utilizar os recursos para investimentos em tecnologia, sobretudo softwares, e na contratação de pessoal. O plano é promover um concurso público no ano que vem — ainda não há previsão de quantos funcionários de carreira seriam contratados.

O executivo destacou, ainda, que a meta da PPSA é acelerar e fechar, até outubro, os acordos de unitização dos campos de Sapinhoá e Tartaruga Verde, cujas áreas adjacentes, pertencentes à União, serão ofertadas na 2ª rodada de partilha, no leilão das áreas unitizáveis. Flores esclareceu, no entanto, que ainda não tem previsão de quando assinará o acordo de Carcará e Gato do Mato, que também irão a leilão, mas ainda estão em fase de exploração.

Conjuntura Procura por vagas desacelera e carteira assinada cai pelo 27º mês

Trabalho por conta própria segura desemprego em abril

Camilla Veras Mota e Robson Sales
De São Paulo e do Rio

Com geração líquida de postos de trabalho, a taxa de desemprego recuou no trimestre encerrado em abril, de 13,7% nos três meses até março para 13,6%. Descontados os efeitos sazonais, o indicador da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua manteve-se estável em 13,2%, calculam economistas. O sinal é positivo, já que a expectativa do mercado era de aumento da taxa, mas frágil. A maior parte do emprego gerado no período foi o por conta própria, categoria precária, que inclui muitas vezes o trabalho informal. O volume de vagas com carteira assinada recuou pelo 27º mês consecutivo, no confronto com igual período do ano anterior.

Os salários, por sua vez, tiveram o quinto aumento real consecutivo, na mesma comparação. Ajudados pela inflação comportada, eles cresceram 2,7%, maior alta desde abril de 2014. A massa de rendimentos avançou 1,1%.

O ritmo mais brando da procura por trabalho contribuiu para o recuo da taxa de desemprego, afirma Cosmo Donato, da LCA Consultores. Depois de avançar em média 1,1% no segundo semestre de 2016, a força de trabalho aumentou 1,4% no primeiro trimestre deste ano. Em abril, a alta desacelerou para 1,2%, na comparação com o mesmo intervalo do ano passado.

Assim, a taxa de participação — a proporção de pessoas empregadas ou à procura de nova vaga em relação à população em idade ativa — manteve-se estável em patamar alto, de 61,6%, nível condizente com o atual cenário de recessão. “A força de trabalho tem espaço para subir, mas em um ritmo menos intenso”, pondera. O arrefecimento levou o economista a revisar a projeção preliminar para o

desemprego em maio, de 14% para 13,8%, e a média prevista para o ano, de 13,7% para 13,6%.

A avaliação em relação à ocupação, que chegou a crescer 0,3% sobre o trimestre encerrado em março, é de que ela não tem fôlego para manter resultados positivos no curto prazo. O desempenho de abril, destaca o economista, foi baseado no aumento especialmente do emprego por conta própria — de onde vieram 167 mil das 291 mil vagas geradas de um trimestre móvel para outro. “O setor formal ainda está sofrendo os efeitos da crise”, afirma, referindo-se à retração de 3,6% do volume de postos com carteira assinada ante igual período do ano anterior.

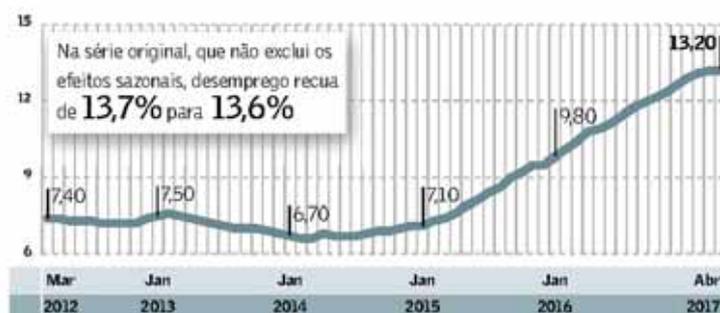
O diagnóstico também se aplica à indústria, que teve o primeiro resultado positivo em dois anos, alta de 1,8% em relação ao trimestre anterior — abril em relação a janeiro. “Os dados de produção e a utilização da capacidade instalada ainda não indicam uma reversão”.

Sarah Bretones, economista da MCM Consultores, destaca a queda de 1,5% no total de empregados na comparação com o mesmo trimestre de 2016, menor retração em um ano — auxiliada pelo aumento do emprego por conta própria. No primeiro trimestre, a ocupação encolheu 1,9%. “Pode ser um resquício de informalidade voltando, mas é preciso ter cautela”, ressalva, já que ainda não é possível afirmar se o movimento de abril foi pontual ou se é uma nova tendência.

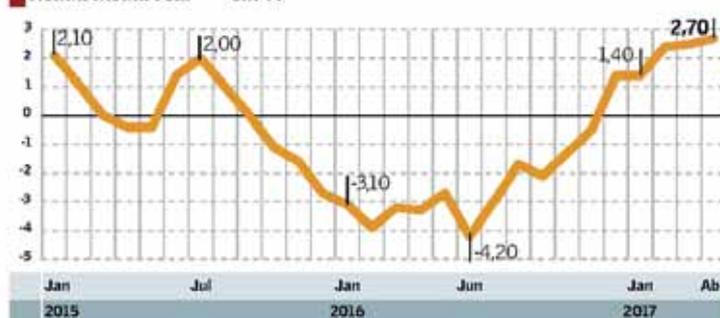
“Isso pode ser sinal de mercado está demitindo menos”, disse Cimar Azeredo, coordenador de trabalho e rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ele destacou que o número de desempregados, que recuou de 14,2 milhões para 14 milhões, cresceu expressivos 23,1% sobre o trimestre até abril de 2016. A alta, contudo, foi a menor nessa comparação desde maio de 2015.

Estabilização

Taxa de desemprego dessazonalizada* - em trimestres móveis



Renda média real** - em %



Fonte: Pnad Contínua/IBGE *Elaboração: LCA Consultores **Variação sobre o mesmo período do ano anterior

Os ganhos reais nos salários, diz Sarah, são movimento cada vez mais consistente diante das surpresas positivas trazidas pela inflação, que desacelera em ritmo mais intenso que o esperado. Assim, a MCM provavelmente revisará sua estimativa para a renda média real no ano — de queda de 0,3% para um número positivo.

Já a forte inércia inflacionária que tem mantido o avanço nominal da renda acima de 7%, na comparação com iguais intervalos do ano anterior, deve ceder nos próximos meses, acrescenta Donato, da LCA. Ainda assim, os salários devem finalizar o ano com ganhos reais, ele avalia.

Para o diretor de pesquisas econômicas do Goldman Sachs para a América Latina, Alberto Ramos, o mercado de trabalho continuará se deteriorando nos próximos me-

ses, já que a economia não dá sinais de que está chegando ao patamar mínimo de crescimento que absorveria a expansão natural da força de trabalho — algo entre 1,2% e 1,4% ao ano, calcula.

A expectativa é que o desemprego estabilize no segundo semestre e comece a recuperar no fim do ano. O risco nesse cenário é a nova crise política, que, ao aumentar a incerteza, pode ter impacto negativo sobre a economia e, por consequência, no mercado de trabalho.

“A crise pode postergar o início da recuperação”, concorda Sarah. A expectativa inicial era que a taxa começasse a ceder a partir do segundo semestre. O prolongamento da instabilidade política, diz, pode elevar o desemprego médio de 13,1% previsto para 2018 e levá-lo para mais próximo do esperado para este ano, 13,3%.

Setor externo Em competitividade, país só ganha de Venezuela e Mongólia

Brasil é visto como segundo mais corrupto em lista de 63 países

Assis Moreira
Genebra

Afetado pela crise política, o Brasil continuou afundando em termos de competitividade e aparece na terceira pior posição entre 63 países no Relatório Global de Competitividade Global 2017. Ao mesmo tempo, o país é visto como o segundo mais corrupto entre todos os pesquisados, atrás apenas da Venezuela.

O relatório elaborado pelo IMD, uma das mais reputadas escolas de administração do mundo, sediada em Lausanne, aponta queda pelo quinto ano consecutivo da competitividade do Brasil. A maior economia da América Latina ocupa agora a 61ª posição — enquanto no ano passado estava na 57ª —, e agora fica à frente apenas de Mongólia e da Venezuela.

“A pior classificação é ocupada por países que estão sofrendo turbulências políticas e econômicas”, diz o professor Arturo Bris, diretor do relatório. Para ele, era de se esperar que países como a Ucrânia (60ª), Brasil

(61ª) e Venezuela (63ª) caíssem no ranking global, diante das notícias sobre questões políticas. “Essas questões estão na raiz da pobre eficiência governamental, que diminui a posição desses países no ranking”.

José Caballero, economista-chefe do relatório, acrescenta: “Os perfis dos países mais competitivos no mundo incluem fatores como previsibilidade e estabilidade das políticas dos governos. No caso do Brasil, isso é completamente baixo, e falta visão de futuro”.

O IMD faz o ranking usando 260 indicadores, sendo dois terços de dados como emprego, comércio exterior, custo do capital e outros. O outro terço vem de 6.250 respostas a uma sondagem junto a executivos internacionais, para medir a percepção deles sobre questões como corrupção, meio-ambiente e qualidade de vida nos países.

Em termos de eficiência governamental o Brasil aparece na 62ª posição, a segunda pior do ranking global, só atrás também da Venezuela. Um dos componentes

desse indicador é “propina e corrupção”, com o Brasil também aparecendo como o segundo pior entre os 63 países.

Na verdade, corrupção é uma epidemia na América Latina. Os cinco países vistos no exterior como os que mais têm as práticas de propina são Venezuela (63ª), Brasil (62ª), Colômbia (61ª), Peru (60ª) e México (59ª).

“Em termos de transparência, o Brasil melhorou, é um país pelo menos tentando corrigir o problema, mas o nível de corrupção alimenta a percepção negativa”, diz Caballero.

Apesar desse cenário, o relatório do IMD destaca que os investidores externos continuam levando dinheiro para o Brasil, e o risco financeiro, considerando a imprevisibilidade política no país, está no ranking em 33ª, relativamente baixo.

O Brasil registra também um fluxo sustentável de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), na comparação internacional. Ou seja, na medida em que a situação política se estabilizar, o potencial de retomada da econo-

mia é reconhecido.

Além disso, o país continua aparecendo relativamente bem em termos de eficiência dos negócios (49ª posição). A flexibilidade das empresas, sem entrar em detalhes de como isso ocorre, fica na 10ª posição, globalmente.

Sem surpresa, o desastre na educação brasileira volta a ser destaque na comparação internacional e ajuda a afundar a competitividade da economia do país. O Brasil é oitavo em termos de gastos públicos na educação, mas 62ª em qualidade de educação, ou seja, o segundo pior do mundo. “O Brasil gasta muito, mas mal”, diz Caballero.

Os países mais competitivos do mundo são os conhecidos de sempre: Hong Kong, Suíça, Cingapura, EUA e Holanda. Esses países mantêm um ambiente amigável aos negócios, que encoraja abertura e produtividade, na avaliação do IMD. A China também melhorou cinco posições, ocupando agora o 18º lugar no ranking geral.

Pela primeira vez, o IMD publica um ranking separado sobre es-

pecificamente sobre a competitividade digital. O Brasil fica em 54ª posição. “O problema é a produção de conhecimento e a adaptação a mudanças tecnológicas. O Brasil e a América Latina investem pouco em pesquisa e desen-

volvimento e precisam desenvolver e implementar estratégia nacional digital”, diz Caballero.

No turbilhão político do Brasil, o IMD avalia que um dos desafios para o país é recuperar a confiança internacional.



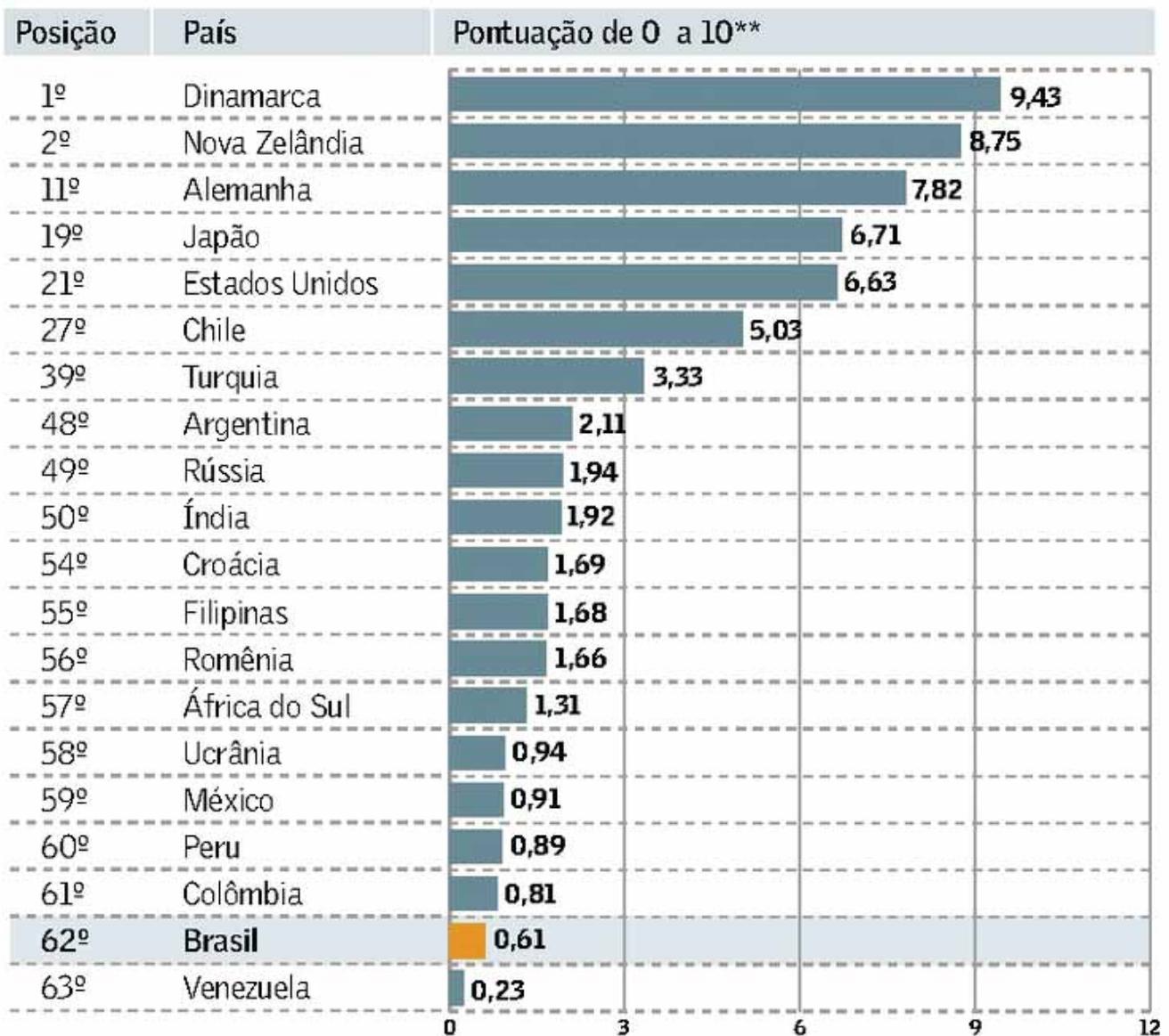


Piora crescente

Posição do Brasil no ranking de competitividade da IMD entre 63 países

	Desempenho geral	Desempenho da economia	Eficiência do setor público	Eficiência do setor privado*
2013	51º	42º	58º	37º
2014	54º	43º	58º	46º
2015	56º	51º	60º	51º
2016	57º	55º	61º	51º
2017	61º	59º	62º	49º

Corrupção



Fonte: IMD. * Negócios. ** Quanto mais perto de 10, menor a corrupção

Economia chinesa volta a desacelerar

A economia chinesa começou novamente a desacelerar, depois de forte crescimento no primeiro trimestre. Desde que o presidente Xi Jinping advertiu para a necessidade de “estabilidade financeira” e trocou alguns dos responsáveis pela regulação bancária, uma nova rodada de aperto de liquidez atingiu não apenas os alvos necessários, como o sistema bancário paralelo (shadow), como vários setores da economia. O ritmo de crescimento da produção industrial, das vendas no varejo e dos investimentos fixos declinou em abril.

Em maio, pela primeira vez em um quarto de século, a Moody's rebaixou a dívida chinesa em um degrau (de Aa3 para A1), uma ação mais voltada para os riscos futuros domésticos que para sua exposição externa. A dívida externa chinesa não é grande em relação ao PIB — 13% ou US\$ 1,4 trilhão — nem a participação dos investidores estrangeiros é significativa no mercado de bônus chinês, restringindo-se a US\$ 65 bilhões, ou meros 4% do total. Além disso, a China ainda possui US\$ 3 trilhões em reservas, um colchão de segurança invejável.

As estatísticas são preocupantes, porém, quando põem o foco no mercado interno. As empresas chinesas estão entre as mais alavancadas do mundo, acumulando dívida de US\$ 18,9 trilhões, ou 170% do PIB. O ritmo de expansão do crédito foi 25% no último ano e a freada de arrumação que está sendo feita pelo governo reduziu essa velocidade a 15%, ainda elevado, mas suficiente para levar à inadimplência várias empresas — algo incomum na China.

O governo elevou os juros para desestimular crédito de curto prazo que alimenta a expansão do sistema bancário paralelo, que movimenta um terço dos financiamentos totais do país. Isso não só reduziu os fluxos financeiros para rolagem de dívidas como também a produção industrial de abril, que evoluiu 6,5% (ante 7,6% em março). Se o aperto persistir, o que é duvidoso, a taxa de investimentos em infraestrutura e em imóveis, aquecidas pelos estímulos creditícios concedidos em 2016, também irão recuar. No primeiro quadrimestre, a primeira aumentou 23,3% e a última, 9,3%.

A economia provavelmente está crescendo

abaixo dos 6,9% do primeiro trimestre e a meta dos burocratas chineses para o ano é algo em torno de 6,5%. No início de 2016, diante dos temores de uma desaceleração mais acentuada, que ameaçasse o piso de expansão estabelecido, o governo deu alguns passos atrás, reduziu juros e incentivou investimentos, ampliando para além de limites já perigosos o endividamento das empresas e dos governos locais.

Esse movimento contracíclico passou a ser típico desde a crise de 2008, com a diferença de que o modelo econômico chinês busca fazer uma transição para elevar a fatia do consumo interno e reduzir a dependência das exportações, o que implicava exatamente a redução da fatia do investimento em relação ao PIB. Diante de dívidas muito altas dos governos locais, por meio dos quais o sistema bancário paralelo é alimentado, o governo trocou parte das dívidas por títulos, protelando de certa forma o ajuste financeiro.

O aperto no crédito provocou uma interrupção recente no ciclo de alta global das commodities e, se depender da China, elas não subirão muito mais no curto prazo, porque a demanda chinesa tende a declinar. Esse aperto tende a ser limitado pois depende dos objetivos de Xi Jinping, que não quer arranhar suas credenciais com a queda abrupta da expansão, no momento em que pretende consolidar sua liderança e indicar seus aliados para postos-chaves no 19º Congresso do PC chinês, em novembro.

Os riscos formados pela bolha de crédito, pela fragilidade do sistema bancário paralelo, pelo endividamento elevado e o excesso de capacidade de produção estão sendo contornados há tempos com paliativos. Há limites para essa abordagem, mas os investidores até agora acreditaram na capacidade da liderança chinesa em não atingi-los. Para evitar esses riscos, a economia chinesa tem que desacelerar. Com a força do consumo atual, a economia cresceria algo como 3% a 4% (Martin Wolf), o que significa que só será possível crescer a 6% ampliando ainda mais o endividamento. Em países democráticos, uma crise já teria estourado. Mas é questão de tempo até que as autoridades chinesas tenham de encarar sem subterfúgios as ameaças que se acumulam em seu sistema econômico.

retomada do crescimento

Recentemente, o IBGE divulgou a base de dados (de 2000 a 2014) denominada "Contas Econômicas Integradas" (CEI), que propicia a análise dos balanços financeiros dos chamados setores institucionais: empresas não financeiras, setor financeiro, famílias, governo e resto do mundo. Cada balanço mensura o saldo financeiro dado pela diferença entre todas as fontes de rendimentos/transfêrencias e o total de gastos. Saldo negativo (déficit) resultam em necessidades de financiamento dos setores correspondentes. Eventuais déficits devem ser financiados por saldos positivos (superávits) gerados pelos demais setores. Portanto, existe uma regra contábil de soma zero dos balanços, a partir da qual déficits e superávits devem se compensar.

O gráfico ao lado ilustra a trajetória destes balanços como proporção do PIB, cuja soma para todos os anos é também necessariamente zero. Vale ressaltar que os superávits do resto do mundo correspondem à necessidade de financiamento externo ou aos déficits em transações correntes.

Além de uma quase constante necessidade de financiamento externo (com exceção de 2004 a 2006), é interessante notar a regularidade dos superávits das famílias e do setor financeiro. A manutenção destes saldos positivos justificou-se principalmente pelos altíssimos juros e elevada desigualdade social.

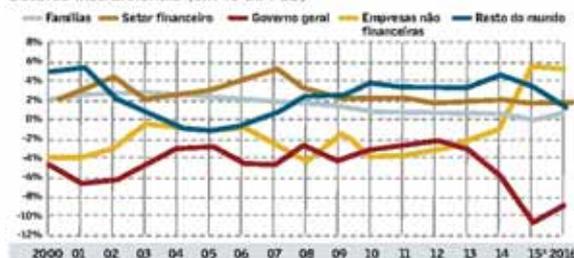
No caso das famílias, a despeito do amplo crescimento do endividamento das pessoas físicas, sobretudo no período 2009/2014, o aumento no fluxo de rendimentos financeiros (juros e dividendos) auferidos pelas classes abastadas (R\$ 397 para R\$ 717 bilhões, ou seja, 12,5% ao ano) foi superior à expansão dos pagamentos de juros pelas classes endividadas (R\$ 174,5 para R\$ 299,5 bilhões, ou seja, 11,4% ao ano).

Com relação ao setor financeiro, os superávits foram fundamentalmente mantidos devido aos lucros decorrentes dos elevados juros (e spreads) pagos pelos segmentos endividados de famílias, empresas e governo. Ademais, a impressionante resiliência dos saldos de famílias e setor financeiro estimados (em proporção do PIB) durante a recessão de 2015/16 é emblemática do caráter estrutural destes balanços.

Por outro lado, chamam atenção os permanentes déficits das empresas não financeiras e do governo até 2014. Denota-se também que de longe foram os balanços mais afetados pela recessão. É de fato peculiar a manutenção de déficits financeiros pelas empresas por um período tão prolongado. Na análise de dados da CEI de economia avançada, estes balanços tendem a apresentar trajetória cíclica, alternando

Balanços financeiros

Setores institucionais (em % do PIB)



Fonte: Contas Econômicas Integradas (IBGE).
*Valores estimados com base nos dados do Banco Central e Contas Nacionais Trimestrais.

saldos positivos e negativos. Durante períodos de aceleração do crescimento espera-se realmente uma deterioração nestes saldos em função da expansão inicial nos gastos. No entanto, com a maturação dos investimentos, os lucros retidos pelas empresas costumam propiciar superávits.

A desaceleração econômica após o ciclo de investimentos do período 2006/10 inviabilizou uma dinâmica expansiva mais consistente nos lucros e os déficits das empresas foram mantidos, ampliando sobremaneira a fragilidade financeira deste setor. A partir de meados de 2014, com a "contribuição" de choques (Operação Lava-Jato e redução nos preços das commodities), o ajuste se impôs de forma abrupta. A principal variável ajustada foram os investimentos, que sofreram retrações sem precedentes e, conjuntamente com a redução nos custos salariais em função das demissões em massa, levaram o balanço das empresas a níveis positivos inéditos.

Sem ações para redução dos saldos de famílias e setor financeiro, a economia continuará vulnerável a crises

A acentuada deterioração do balanço financeiro do governo deve ser entendida neste contexto de forte retração econômica. As receitas são determinadas pela arrecadação com os impostos que, por sua vez, são altamente correlacionadas com a atividade econômica. Por outro lado, parte expressiva dos gastos/transfêrencias corresponde a compromissos constitucionais, não passíveis de contingenciamento. Logo, a despeito dos severos cortes de gastos onde era possível ser feito (principalmente nos investimentos), a necessidade de financiamento do governo atingiu níveis muito elevados na recessão.

Quanto aos superávits do resto do mundo, os dados também apontam para a presença de um importante componente estrutural, associado principalmente ao crescente espaço ocupado pelas importações, em detrimento da produção nacional. Beneficiada

pela dinâmica predominante de apreciação do real, substituições de produção nacional por produtos estrangeiros também prejudicaram o alcance de melhores resultados financeiros no balanço das empresas, em particular do setor industrial. A recente redução na necessidade de financiamento externo deve-se também principalmente ao comportamento das importações, que sofreram forte retração.

Em suma, a recuperação e consolidação de uma trajetória de crescimento mais consistente e sustentável requer mudanças estruturais que alterem fundamentalmente a dinâmica dos balanços financeiros das empresas não financeiras, as principais responsáveis pelos investimentos. A geração de superávits pelas empresas não pode ser explicada apenas por crises e retrações abruptas de investimento, devendo estar associada à expansão da produção e da produtividade.

Contudo, o foco da política econômica tem sido na melhoria do balanço do governo a partir do maior controle dos gastos públicos e das transferências previdenciárias. Ainda que aceitemos a tese de que redução do déficit do governo para níveis próximos de zero reduza a taxa de juros, nada garante que isto modifique a estrutura superavitária de famílias, setor financeiro e resto do mundo. Com a reprodução das tendências verificadas nestes últimos balanços, a simples matemática da regra de consistência da soma dos balanços nos diz que o saldo das empresas não financeiras voltará a gravitar em terreno deficitário.

Sem ações de política econômica focadas na geração de superávits, ou pelos menos diminuição dos déficits, em transações correntes e/ou na redução dos saldos financeiros de famílias e setor financeiro, a economia brasileira voltará a estar vulnerável a crises.

As opiniões emitidas neste artigo são de inteira responsabilidade do autor, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista das instituições onde trabalha.

Thiago de Moraes Moreira é economista da Petrobras, professor de Macroeconomia do Corecon-RJ e membro do Grupo Reindustrialização.

Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br

São Paulo, quinta-feira, 1º de junho de 2017

Nº 23.950

Preço banca: R\$ 2,30

Copom reduz juros básicos da economia para 10,25%

Comissão do Senado aprova PEC da Eleição Direta

Página 4

CVM abre inquéritos para investigar JBS no mercado de dólar futuro

Página 5

Pela sexta vez seguida, o Banco Central (BC) baixou os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu na quarta-feira (31) a taxa Selic em 1 ponto percentual, de 11,25% ao ano para 10,25% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

Com a redução de quarta-feira, a Selic chega ao menor nível desde janeiro de 2014, quando estava em 10% ao ano. De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano, no menor nível da história,

e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015. Somente em outubro do ano passado, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA ficou em 0,14% em abril, no menor nível da história registrado para o mês. Página 3

Número de mortos e feridos no atentado de Cabul já passa de 500

O governo do Afeganistão atualizou o número de mortos e feridos no ataque com carro-bomba ocorrido na quarta-feira (31) perto do Palácio Presidencial de Cabul, capital do país. Segundo o novo levantamento, "o atentado causou a morte de 90 pessoas e deixou feridos mais de 400 civis", indicou o Centro Governamental de Informação e Imprensa afegão, pelo Twitter. A informação é da agência EFE.

O ataque ocorreu na manhã de quarta-feira na estrada que dá acesso a uma região fortemente protegida na capital do Afeganistão, próxima ao Palácio Presidencial e no qual estão várias embaixadas. Apoteótico detonação do carro-bomba, que foi ouvida em vários pontos da cidade, ocorreu em pleno mês sagrado do Ramadã e na hora que os funcionários estavam chegando para trabalhar. Página 3

Nasa lançará sonda que atravessará a atmosfera do Sol em 2018

A Agência Aeroespacial dos Estados Unidos (Nasa) anunciou na quarta-feira (31) o lançamento de uma sonda que chegará à distância mais próxima da superfície solar jamais alcançada por um artefato humano para estudar as características físicas da atmosfera da estrela. A informação é da agência EFE. Página 3

Previsão do Tempo

Quinta: Muitas nuvens o dia todo, com aberturas de sol. 25°C / 17°C



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,23
Venda: 3,23

TURISMO

Compra: 3,11
Venda: 3,37

EURO

Compra: 3,63
Venda: 3,63

OURO

Compra: 117,80
Venda: 154,10

Michel Temer dá posse a Torquato Jardim no Ministério da Justiça



O presidente Michel Temer cumprimenta o ministro da Justiça, Torquato Jardim

O presidente Michel Temer empossou na quarta-feira (31) o jurista Torquato Jardim como ministro da Justiça e Segurança Pública. Em cerimônia no Palácio, Temer disse que o Brasil vive momentos de "grande conflito institucional", mas pediu

que se deixe o Judiciário trabalhar "sossegado", assim como os demais Poderes.

"O Brasil vive momentos de grande conflito institucional, porque não se dá cumprimento à ordem institucional. Precisamos, com celeridade, recuperar a institucionalidade do país. A recuperação significa a manutenção da ordem, cumprimento da lei", disse o presidente, pedindo que o novo ministro colabore na manutenção dos "limites legais".

"Quando se fala abuso de autoridade, [fala-se] como se abusar fosse abusar do fulano de tal que transitoriamente ocupa o cargo. Mas quem tem autoridade no Brasil é a lei. Então, toda vez que alguém ultrapassa limites legais, aí sim, está abusando da autoridade. Página 4

Novo ministro da Justiça diz que Lava Jato é um "programa de Estado"

Após assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública na quarta-feira (31), Torquato Jardim disse que a Operação Lava Jato é um "programa de Estado" e negou que tenha manifestado intenção de impedir as investiga-

ções. Em entrevista à imprensa depois que foi empossado pelo presidente Michel Temer, o novo ministro não descartou trocas na equipe, sem excluir a cúpula da Polícia Federal. Página 5

Lei garante direito de o consumidor recusar ligações de telemarketing

Página 2

Meirelles diz que é prematuro quantificar reflexos econômicos da crise política

Página 5

Esporte

Circuito TRIDAY SERIES seguirá para o interior paulista em junho

O Circuito TRIDAY SERIES 2017 seguirá para o interior paulista no mês de junho. No dia 11 será realizada a terceira etapa da temporada, desta vez no Parque Eco-Esportivo Damha, na cidade de São Carlos, na região de Araraquara. Depois da USP, em São Paulo, e Riacho Grande, no ABCD, agora será a vez do interior mostrar sua força na competição criada pela Unlimited Sports para agitar o triatlo nacional. A competição terá duas distâncias. Página 6



Circuito TRIDAY SERIES

Segunda etapa será em Santa Bárbara D'Oeste



Campeonato Paulista de Resistência 2017

O Campeonato Paulista de Resistência 2017 terá sequência no próximo domingo, dia 4 de junho. Depois da abertura em São José dos Campos, no Vale do Paraíba, agora será a vez de Santa Bárbara D'Oeste receber a competição e algumas das principais equipes e pilotos do país. Atletas de 14 categorias estarão reunidos, com destaque para a Elite, masculino e feminino, com diversas feras da modalidade. A etapa será no Condomínio Firezzi (ao lado da rodovia 306 - Km 23 - Sta. Bárbara D'Oeste), a partir das 7h. Página 6

Champions League Masculina de Handebol tem brasileiro na disputa da fase decisiva

Este ano o Brasil já esteve muito bem representado no Final 4 da Champions League Feminina de Handebol, o mais importante campeonato de clubes da Europa. Agora chegou a vez da torcida acenar a bandeira verde e amarela na decisão masculina para o pivô Rogério Moraes, do Vardar. Neste sábado (03) e domingo (04), em Colônia, na Alemanha, ele entra em quadra pelo time da Macedônia em busca desse título de primeira grandeza da modalidade. Página 6

Campeonato ClickSpeed de Kart Amador mais equilibrado do que nunca



Largada da categoria Elite com Super Kart

As disputas do Campeonato ClickSpeed de Kart Amador (CCSKA) estão esquentando a cada etapa. A novidade desta vez foi a realização da quinta etapa no Kartódromo Aldeia da Serra, em Barueri (SP), no último domingo (28), sendo que a categoria Elite utilizou o Super Kart, mais rápido do que o tra-

dicional kart de 13 hp. O grande nome da rodada foi Gabriel Ariel, que além de vencer na categoria mais rápida, ainda faturou a Graduados como convidado. O vencedor de direito foi novamente Daniel Robles, enquanto Thiago Kelpmair foi o vencedor na Light. Página 6

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA

Apesar da atuação de quase 'fiel escudeiro' do prefeito Doria (PSDB), que fará sua visita mensal ao parlamento, o vereador-presidente Milton Leite vai ter que começar a tirar 'coelho da cartola' no sentido ...

PAULISTANA

... de atuar como verdadeiro 'algodão entre cristais'. O caso 'cracolândia' tá expondo a face mais perversa pra alguém que conta com maiorias eventuais: cobranças dos que ainda não são e dos que já eram.

PREFEITURA

Seria o caso do prefeito Doria colocar na pauta da visita mensal ao parlamento paulistano quem quer ser o indicado pra Secretário dos Direitos Humanos, ainda com o caso 'cracolândia', ou ninguém da bancada ...

PAULISTANA

... quer ir pro sacrifício que hoje pesa sobre o ombro do ex-deputado (ALESP), médico, professor e ex-presidente paulistano do PSDB - Milton Flávio; uma vez que a líder Adriana e a colega Aline declinaram ?

ASSEMBLEIA (SP)

Presença do governador (SP) Alckmin - tratado como candidato do PSDB à Presidência - na ALESP - juntou, além dos deputados governistas, prefeitos de cidades de interesse turístico que viajam na campanha 2018.

CONGRESSO

Senadores e deputados federais do PSDB começam a aceitar a possibilidade do DEM (ex-PFL) voltar a ser vice numa chapa Presidencial pra 2018. Caso seja Doria, por ser filho de bahiano pode ser ACM Neto ?

PRESIDÊNCIA

Gozação no Palácio,, dá conta de que "se um Jardim - o Lauro - se prestou a plantar outonos políticos de Temer (PMDB), outro - o Torquato - veio pra promover as primaveras que faltam até o fim deste mandato.

JUSTIÇAS

Ainda que não vistam o mesmo uniforme, as lógicas maiores do Supremo escalam os 11 ministros no mesmo 'time'. Político que não compreender isso, vai morrer recorrendo às cortes internacionais ou ao papa.

PARTIDOS

Advogado, ex-vereador paulistano, presidente do diretório (SP) do PHS e agora em compasso de espera pra assumir também como dirigente nacional do partido, uma vez que o atual não tinha como se segurar ...

POLÍTICOS

... Laércio Benko só não vai liderar o partido nacionalmente se não quiser. Em tempo: não é só o PHS que passa por este momento difícil, pelos mais variados motivos de ligações perigosas. Chegou a hora da verdade.

HISTÓRIAS

Ao reafirmar, porque não é de hoje que Drauzio Varela diz que não é possível acabar com a 'cracolândia', o médico reconhecido internacionalmente coloca uma 'azeitona na empada' do colega Alckmin pra 2018.

EDITOR

Desde 1992, esta coluna diária é publicada pelo jornalista Cesar Neto. Ela foi se tornando referência na política e uma via das liberdades possíveis. Ele está dirigente na Associação dos Cronistas de Política de São Paulo.

cesar.neto@mais.com

Cresce o percentual de recursos na previdência complementar paulista

Um levantamento feito pela Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM) mostra que os uma parcela de servidores transferiu investimentos de planos privados para a previdência complementar paulista.

Do total de 20 mil integrantes, cerca de 80% recebem salários acima do teto do INSS de R\$ 5.531,31. Nesta faixa, que corresponde a 16 mil participantes, 12,4% apresentavam em dezembro de 2016 alíquota superior ao limite de até 7,5%, que é

a contribuição paritária do governo estadual.

Entre os motivos das alterações de percentuais e transferência de novos recursos estão a transparência, a confiança no sistema e sua rentabilidade, que supera com larga margem os índices de inflação e investimentos tradicionais como a caderneta de poupança. Além destes fatores, os planos de previdência complementar foram elaborados de acordo com o perfil e a realidade dos servidores públicos.

A instituição tem registrado

também a migração de recursos de outros tipos de aplicação para a Fundação e elevação das contribuições facultativas. Estas duas fontes deram origem a R\$ 11,1 milhões de depósitos feitos no fundo desde o início das inscrições em 2013 até 2016. Deste montante, R\$ 3,6 milhões correspondem à portabilidade de capital investido em planos de previdência em outras instituições financeiras. Os valores extras, que o servidor pode aportar sempre que desejar, foram responsáveis pelo ingresso de R\$ 7,5 milhões. Em 2016, es-

tes depósitos adicionais cresceram cerca de 30% em relação a 2015.

Os funcionários públicos que aderiram aos fundos de previdência complementar ocupam postos em diversos órgãos estaduais espalhados por 32 cidades. A capital lidera o ranking com cerca de 40% dos participantes, seguida por Ribeirão Preto, Campinas, Bauru, São Carlos, Osasco, Piracicaba, Santos, Sorocaba e Guarulhos. (Governo do Estado de São Paulo)

Lei garante direito de o consumidor recusar ligações de telemarketing

Sabe aquela chamada telefônica que você recebe nos horários mais inconvenientes para oferecer produtos e serviços dos mais variados? A boa notícia é que a Fundação Procon-SP, ligada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, mantém em seu site o sistema “Cadastro para Bloqueio do Recebimento

de Ligações de Telemarketing”.

Para utilizar o serviço é preciso cadastrar o número do telefone fixo ou móvel. O Procon-SP passa a gerenciar o cadastro e 30 dias depois o consumidor só receberá chamadas de instituições filantrópicas e de empresas que forem autorizadas por escrito.

O bloqueio está previsto na

Lei 13.226/08 e regulamentado pelo Decreto Estadual 53.921/08. As empresas que desrespeitarem a legislação devem prestar esclarecimento sob sua conduta e estão sujeitas a processos administrativos e multas de até R\$ 9 milhões. Recentemente, a Fundação Procon-SP notificou 35 empresas por desrespeito à Lei.

Desde que a legislação entrou em vigor, quase 1,5 milhão de telefones foram cadastrados para não receber ofertas e serviços. Só no ano passado, 120 mil consumidores se cadastraram, sendo que no período o Procon-SP recebeu 7 mil reclamações. (Governo do Estado de São Paulo)

Prefeitura de SP reúne representantes religiosos para debater Nova Luz

Os secretários municipais Júlio Semeghini (Governo) e Milton Flávio (Direitos Humanos) e o secretário-adjunto do Governo, Orlando Lindório de Faria, se reuniram na manhã desta quarta-feira (31) com representantes religiosos e de missões que têm projetos sociais na Nova Luz. O objetivo foi conhecer as ações de cada entidade e tentar definir uma agenda comum para o atendimento aos dependentes quí-

cos da região.

“É importante ouvir as pessoas que têm uma vasta experiência e atuação nesta região para conseguirmos articular ações integradas que beneficiem os que precisam de atendimento. A Prefeitura de São Paulo está sempre aberta a essas conversas e troca de experiências”, afirma o secretário Júlio Semeghini.

Participaram da reunião representantes das igrejas católicas, evangélicas e missionários.

Os secretários ouviram sobre os trabalhos que são desenvolvidos com os dependentes químicos e pessoas em situação de rua no Centro de São Paulo. Foi discutido também como o governo municipal pode apoiar os projetos e como as ações dessas entidades podem auxiliar o poder público no atendimento aos dependentes.

“Eles querem se incorporar a este projeto Redenção, oferecendo não apenas o seu trabalho,

mas também contribuindo com sua experiência e suas propostas, aprimorando o projeto, que estamos construindo. Nós esperamos que efetivamente com o engajamento deles o programa possa acontecer com mais rapidez e menos confrontos”, conclui Milton Flávio.

Novas reuniões de trabalho com os representantes religiosos devem ser realizadas nas próximas semanas. (Prefeitura de São Paulo)

SPTrans entrega novos ônibus ao sistema municipal de transporte

A SPTrans apresentou nesta quarta-feira (31) novos ônibus zero quilômetro que reforçam a frota na cidade de São Paulo. O evento simbólico, realizado na Prefeitura de São Paulo, apresentou três novos veículos - um midiônibus com capacidade para 54 passageiros, um básico para 73 pessoas e um padron com capacidade de 89 passageiros.

“Os ônibus novos têm bancos anatômicos, com grau de conforto no seu sistema hidráulico e última tecnologia disponível no mercado brasileiro. Essa entrega representa nosso compromisso de oferecer veículos novos à cidade de São Paulo”, disse o prefeito João Doria.

A entrega faz parte do calendário da Campanha Maio Amarelo, mês de conscientização sobre a valorização da vida e da segurança no trânsito. Essa entrega simbólica representa os

mais de 400 ônibus novos entregues nesta gestão e que já estão em circulação por toda a cidade.

Os novos veículos trazem conforto, tecnologia e segurança. Todos saem de fábrica com as especificações técnicas exigidas pela SPTrans, com acessibilidade, espaço para cadeiras de rodas e equipados com ar-condicionado, tomadas USB, Wi-Fi, entre outros itens.

“Além dessas especificações, esses novos carros são equipados como motores Euro V e substituem na frota os veículos como motores Euro III. Dessa maneira eles também contribuem para melhoria da qualidade do ar da cidade. Com isso, São Paulo obtém mais qualidade e eficiência energética e mais atributos para convidar os usuários a trocar o transporte individual pelo transporte coletivo”,

disse o secretário de Mobilidade e Transportes, Sérgio Avelleda.

A modernização e renovação da frota de ônibus têm sido possíveis antes mesmo da licitação para a concessão do serviço público de transporte coletivo de passageiros, que vai melhorar o sistema com novas diretrizes de segurança e conforto.

Licitação

A gestão atual está empenhada em melhorar o serviço oferecido aos usuários. Nesta quinta-feira (1º de junho), a Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT) realizará uma audiência pública para um debate do poder público e sociedade civil sobre propostas do novo edital, que está em sua fase final. A audiência será realizada no Instituto de Engenharia de São Paulo, às 8h.

“Em maio assumimos o compromisso de retomar a licitação para a possibilidade de a cidade ter novos contratos, já que desde 2003 não há licitação em São Paulo. Com essa licitação queremos oferecer transporte de muito mais qualidade aos usuários”, disse Avelleda.

A atual administração preza pelo diálogo com a população e, por meio desse mecanismo, está aberta a sugestões de toda a sociedade civil para definir a nova configuração do transporte municipal. Após a audiência, o edital será concluído e publicado para a fase de consulta pública.

A publicação do edital do sistema de ônibus é uma importante meta e uma das principais prioridades da administração da SMT, desde que assumiu em janeiro deste ano. (Prefeitura de São Paulo)

Prefeitura de SP lança edital para receber estudos de concessão para Complexo do Pacaembu

A Prefeitura de São Paulo publica nesta quinta-feira (1º), no Diário Oficial do município, um edital de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para a concessão do Complexo Pacaembu, composto pelo Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho e pelo Centro Poliesportivo.

A partir do edital, poderão ser recebidos estudos sobre projetos de investimento, novas modalidades de uso, fontes de receita e demais ideias que possibilitem a concessão ou parceria para gestão do equipamento. A partir das manifestações de interesse, a Prefeitura irá definir o modelo de concessão ou parceria.

Os custos atuais do equipamento para os cofres públicos municipais são de aproximadamente R\$ 9 milhões ao ano, entre gastos com o estádio e o clube. “Nosso objetivo é buscar junto à sociedade um modelo de gestão mais eficiente e dinâmico, que desonere a prefeitura e

traga modernidade ao equipamento”, afirmou o secretário municipal de Desestatização e Parcerias, Wilson Poit.

O prazo para credenciamento começa em 2 de junho e termina em 3 de julho. No ato de credenciamento, os interessados devem entregar também Estudos Preliminares de Arquitetura que evidenciem o conceito de projeto que pretendem adotar no Complexo, já que se trata de um bem tombado. Esse estudo passará por análise prévia do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) e do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), para que todas as regras de proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural sejam respeitadas.

Depois de credenciados, os interessados terão 60 dias para apresentar todos os estudos. Uma Comissão Especial de Avaliação analisará os projetos en-

viados para planejar o modelo ideal de concessão ou parceria. Depois disso, será lançada uma consulta pública e, na sequência, a licitação para a concessão do complexo.

“O Pacaembu fez e faz parte de grandes espetáculos do esporte brasileiro. O apoio da iniciativa privada vai acelerar a modernização deste ícone da cidade de São Paulo”, diz o secretário municipal de Esportes, Lazer e Recreação, Jorge Damião.

Estudos

A ideia é receber estudos de modelagem operacional, econômico-financeira, jurídica, de engenharia e arquitetura para modernização, restauração, gestão, operação e manutenção do Complexo do Pacaembu. Será dada preferência a modelos que garantam a desoneração da administração pública municipal. Poderão participar deste PMI pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras, individualmente ou em consórcio, que pre-

encham os requisitos de participação previstos no edital.

Os interessados deverão seguir algumas premissas básicas: respeitar as determinações do CONDEPHAAT e Conpresp, assumir as despesas de operação, realizar melhorias e investimentos, além de contrato com prazo mínimo de 10 anos.

Caberá à Prefeitura o papel de gestão e acompanhamento do contrato celebrado, além de promover a integração do equipamento com a cidade e seu entorno, bem como resguardar as premissas de interesse público.

Sobre o Pacaembu

- Inaugurado em 27 de abril de 1940
- Composto pelo Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho e pelo Centro Poliesportivo
- 75.598 m² de área
- 40.199 assentos
- aproximadamente R\$ 9 milhões/custo anual (Prefeitura de São Paulo)



 / LEIS E TRIBUTOS

Projeto que anula obrigação do Aviso de Recebimento será votado

SÃO PAULO, 31 DE MAIO DE 2017 ÀS 20:44 POR REDAÇÃO DC



A previsão é que na próxima semana seja derrubada a lei paulista que determinou esse tipo de obrigação para informar o consumidor inadimplente

Deve ser votado na próxima semana o Projeto de Lei 874/2016, que **revoga a obrigatoriedade de envio de carta com Aviso de Recebimento (AR)** a consumidores inadimplentes antes de incluir seus nomes em cadastros de negativação.

A informação é do presidente da **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)**, Cauê Macris (PSDB), confirmada pelo líder do governo na Alesp, Barros Munhoz (PSDB), a membros de Associações Comerciais paulistas.

Os representantes do comércio se reuniram na última terça-feira, 30/05, com os legisladores na Alesp.

Representantes da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), da **Associação Comercial de São Paulo (ACSP)** e de outras entidades filiadas à Facesp pediram celeridade na aprovação do projeto, de autoria do governador Geraldo Alckmin, que revoga a obrigatoriedade de envio de AR.

A obrigatoriedade do AR foi imposta pela Lei 15.659/2015. "O AR não tem trazido nenhum benefício para o sistema de crédito, os comerciantes e os consumidores", disse Alencar Burti, presidente da Facesp e da ACSP.

O líder do governo concorda: "A lei foi mais perniciosa do que benéfica", disse Barros Munhoz. "Não estou falando simplesmente como deputado, como cidadão paulista, mas também como líder do governo. Vou cumprir uma missão e encaminhar favoravelmente a votação desse projeto. Vamos discutir serenamente e mostrar que a lei precisa ser mudada, deve ser mudada e vai ser mudada, pelo povo de São Paulo", disse.

"A semana que vem vai ser especial porque colocaremos o projeto na pauta do colégio de líderes da semana que vem", disse o presidente da Alesp.

CREDIBILIDADE

Adriana Flosi, vice-presidente da Facesp/Região de Campinas, ressalta que a perspectiva das Associações é a de que de fato tanto o líder do governo quanto o presidente da assembleia cumpram o compromisso estabelecido. "Mas que seja rápido, nas próximas semanas. **Já estamos aguardando isso há mais de um ano**", disse Adriana.

A derrubada do AR é crucial para as ACs porque tem interferido no dia a dia das entidades, especialmente das pequenas.





“Levando-se em consideração que quase um terço dos municípios paulistas não têm cartório, elas acabam não conseguindo protestar dívidas. Assim, há inadimplentes que não são incluídos em cadastros de proteção ao crédito e nem em lista nenhuma. E isso tira ainda a credibilidade da informação que as ACs dão aos associados. A credibilidade é a base das associações, é o seu maior patrimônio”, afirma Adriana.

DISTORÇÃO

Com o AR, a taxa de sucesso de entrega da correspondência é menor, uma vez que existem diversos fatores para o não recebimento da carta pelo consumidor, como recusa em assinar o protocolo de recebimento.

Além disso, como a entrega do AR é feita em horário comercial, é comum que o consumidor esteja trabalhando e, portanto, não seja encontrado em casa. E é mais caro do que a carta simples, o que onera os credores, em especial os micro e pequenos empresários. “Esse custo adicional, obviamente, é repassado ao consumidor”, lembra Burti.

Durante a reunião na Assembleia, varejistas e consumidores deram seus depoimentos sobre as inconveniências que o AR vem trazendo. A lei do AR tem distorcido o mercado de crédito no Estado de São Paulo, contribuindo para o superendividamento, o aumento da inadimplência e o encarecimento dos empréstimos.



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**

CLIPPING

DEPUTADOS - 18ª LEGISLATURA

MESA DIRETORA

**DEPUTADO CAUÊ MACRIS
PRESIDENTE**

**DEPUTADO LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
1º SECRETÁRIO**

**DEPUTADO ESTEVAM GALVÃO
2º SECRETÁRIO**

EXPEDIENTE

Secretário Geral de Administração
Joel Oliveira

Departamento de Comunicação:
Matheus Perez Granato

Gráfica:
Patrícia Yamamoto

Serviço de Fotomicrografia:
Julio Cesar Miranda Silva
Miguel Roberto Mahfuz

SELEÇÃO, LEITURA, DIAGRAMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:

Antonio Carlos Galban Dias
Cláudia Valéria P. Neves
Márcia M. Yamamoto
Sérgio Kazuo Tanaka
Sonia Mariano

Fones: 3886 6010/6032/6033

Divisão de Imprensa

LEIA ESTE CLIPPING NA INTRANET

ABELARDO CAMARINHA
ADILSON ROSSI
AFONSO LOBATO
ALDO DEMARCHI
ALENCAR SANTANA BRAGA
ANA DO CARMO
ANALICE FERNANDES
ANDRÉ DO PRADO
ANDRÉ SOARES
ANTONIO SALIM CURIATI
BARBA
BARROS MUNHOZ
BETH SAHÃO
CAIO FRANÇA
CAMPOS MACHADO
CARLÃO PIGNATARI
CARLOS BEZERRA JÚNIOR
CARLOS CEZAR
CARLOS GIANNAZI
CARLOS NEDER
CÁSSIO DE CASTRO NAVARRO
CAUÊ MACRIS
CÉLIA LEÃO
CELINO CARDOSO
CELSO GIGLIO
CHICO SARDELLI
CLELIA GOMES
CORONEL CAMILO
CORONEL TELHADA
DAVI ZAIA
DELEGADO OLIM
ED THOMAS
EDMIR CHEDID
EDSON GIRIBONI
ÊNIO TATTO
ESTEVAM GALVÃO
FELICIANO FILHO
FERNANDO CAPEZ
FERNANDO CURY
GERALDO CRUZ
GIL LANCASTER
GILENO
GILMACI SANTOS
GILMAR GIMENES
HELIO NISHIMOTO
ITAMAR BORGES
JOÃO CARAMÉZ

JOÃO PAULO RILLO
JOOJI HATO
JORGE CARUSO
JORGE WILSON
JOSÉ AMÉRICO
JOSE ROBERTO APRILANTI JR.
JOSÉ ZICO PRADO
LECI BRANDÃO
LEO OLIVEIRA
LUIZ CARLOS GONDIM
LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
LUIZ TURCO
MÁRCIA LIA
MÁRCIO CAMARGO
MARCO ANTONIO VINHOLI
MARCOS DAMASIO
MARCOS MARTINS
MARCOS ZERBINI
MARIA LUCIA AMARY
MARTA COSTA
MILTON LEITE FILHO
MILTON VIEIRA
ORLANDO BOLÇONE
PASTOR CELSO NASCIMENTO
PASTOR CEZINHA
PAULO CORREA JR
PEDRO KAKÁ
PEDRO TOBIAS
PROFESSOR AURIEL
RAFAEL SILVA
RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
RAUL MARCELO
REINALDO ALGUZ
RICARDO MADALENA
RITA PASSOS
ROBERTO ENGLER
ROBERTO MASSAFERA
ROBERTO MORAIS
ROBERTO TRÍPOLI
RODRIGO MORAES
ROGÉRIO NOGUEIRA
ROQUE BARBIERE
SEBASTIÃO SANTOS
ULYSSES TASSINARI
VAZ DE LIMA
WELLINGTON MOURA
WELSON GASPARINI

